

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ALICE VIALI

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO:
AS RELAÇÕES AFETIVAS INTER-RACIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTO ALEGRE
2020

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
Escola de Humanidades
PROGRAMA DE POS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO:
AS RELAÇÕES AFETIVAS INTER-RACIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Andreia Mendes dos Santos

ALICE VIALI

PORTO ALEGRE – RS 2020

Ficha Catalográfica

V611e Viali, Alice

Estigma e discriminação : as relações afetivas inter-raciais no Estado do Rio Grande do Sul / Alice Viali . – 2020.
130.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Andreia Mendes dos Santos.

1. relação inter-racial. 2. estigma. 3. discriminação. 4. racismo.
I. Mendes dos Santos, Andreia. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

ALICE VIALI

ESTIGMA E DISCRIMINAÇÃO:

AS RELAÇÕES AFETIVAS INTER-RACIAIS NO ESTADO DO RIO GRANDE DO
SUL

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof. Dra. Andreia Mendes dos Santos

Aprovada: em 05 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Andreia Mendes dos Santos (PUCRS) Orientadora

Prof. Dr. André Ricardo Salata (PUCRS)

Prof. Dra. Leunice Martins de Oliveira (PUCRS)

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Maria Lucia e Vanildo, pelo apoio incondicional ao longo de todos esses anos, sobretudo nesses dois últimos, que sabemos que reservaram seus momentos de adversidades e questionamentos. Obrigada por, junto comigo, sempre demonstrar que, mesmo face às dificuldades, conseguimos alcançar nossos objetivos com amor, entrega e persistência.

À minha irmã Angela e ao meu cunhado Gabriel, por estarem comigo mesmo nos momentos mais difíceis. Minha irmã, você é essencial.

Ao meu companheiro Raphael, meus sogros, Antônio Paulo e Maria Isabel, e meu cunhado André, por todo esforço e toda ajuda.

Aos meus filhotes felinos, Raulzito e Sara, por tanto amor e carinho incondicional.

Ao meu terapeuta Ivan, por me encorajar e estar sempre presente nos momentos de maior insegurança.

À minha orientadora, Andreia, pela abertura, compreensão e empatia, com as quais me acolheu já no decorrer do Mestrado, e pelo entusiasmo e sabedoria, com os quais me guiou nessa transição aos estudos sobre relacionamentos inter- raciais.

Aos meus colegas – que se tornaram amigos – de departamento e do Centro Brasileiro de Pesquisas em Democracia, Drielli, Marjori, Matheus, Oscar e Vagner, pelo companheirismo, escuta e partilha de conhecimentos, memórias e sonhos.

E entre tantos outros amigos, fora do núcleo acadêmico, que, das suas maneiras, foram primordiais nessa etapa da minha vida, pessoal e profissional.

“Eis aqui este sambinha feito numa nota só.
Outras notas vão entrar, mas a base é uma só.
Esta outra é consequência do que acabo de dizer.
Como eu sou a consequência inevitável de você.
Quanta gente existe por aí que fala tanto e não diz nada,
Ou quase nada.
Já me utilizei de toda a escala e no final não sobrou nada,
Não deu em nada.
E voltei pra minha nota como eu volto pra você.
Vou contar com a minha nota como eu gosto de você.
E quem que todas as notas: ré, mi, fá, sol, lá, si, dó.
Fica sempre sem nenhuma, fique numa nota só.”

(Letra: Newton Mendonça; Música: Antônio Carlos Jobim,
1961)

RESUMO

O Brasil é uma nação que possui grande miscigenação e proporcionalidade racial, contudo, a miscigenação não cessou a discriminação, de maneira oposta, a dilatou, a diversificou, deu a ela mais cores, frente à presença ou à ausência sucessiva de características “negras”, passou, portanto, de um racismo bivalente para um racismo polivalente. Na contemporaneidade desta pauta, compreende-se que há poucos estudos que confirmam a fragilidade nas relações inter-raciais, embora tenha aumentado o número de casamentos exogâmicos. A literatura presente evidencia que a cor atua como um dos fatores que exercem grande influência na escolha do companheiro ou companheira, o que expressa ainda na predominância de relações raciais endogâmicas. Este cenário manifesta a perspectiva dentro do seio familiar e no convívio social face a conceitos discriminatórios e estigmatizantes sobre a pessoa que escolhe o parceiro diferente de sua cor, “raça” ou etnia. O presente estudo tem como objetivo geral constatar de que forma se manifestam as pressões envolvidas na construção dessas relações e compreender as contradições de uma sociedade que se vangloria da mestiçagem como um indício de ausência de conflitos raciais. A metodologia desta investigação tem a natureza qualitativa por meio de revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas. Para a extração de dados, através do acesso a depoimentos de casais residentes em Porto Alegre-RS e região metropolitana, que vivem ou vivenciaram um relacionamento racialmente heterogêneo, considerando a aproximação que se estabelece com o objeto de pesquisa de modo descritivo e interpretativo, foram investigados como essas pessoas compreendem o racismo e até que ponto se configura como um problema para essas relações, identificando se existe a discriminação e quais são as estratégias de enfrentamento ao racismo, levando em consideração os conflitos decorrentes da identificação racial dos cônjuges tanto na família, quanto no convívio com parentes e amigos. Os resultados revelam que a identidade afro-brasileira no processo de pertencimento social ainda sofre com a discriminação, com a invisibilidade, de modo geral da sociedade, com expressões cotidianas de “microrracismo”, com a intolerância social para discriminação direta e passividade demonstrada pela população diante de comentários pejorativos a pessoas negras, seus grupos e suas culturas.

Palavras-chave: Relação inter-racial; Discriminação; Racismo

RESUMEN

Brasil es una nación que tiene un gran mestizaje y proporcionalidad racial, sin embargo, el mestizaje no ha dejado de discriminar, por el contrario, ha dilatado, diversificado, le dado más colores, dada la presencia o ausencia de características "negras", pasó de un racismo bivalente a un racismo multivalente. En el contexto contemporáneo de esta agenda, se entiende que hay pocos estudios que confirmen la fragilidad en las relaciones interracial, aunque ha aumentado el número de matrimonios exogámicos. La literatura actual muestra que el color actúa como uno de los factores que ejercen una gran influencia en la elección de la pareja, lo que también expresa el predominio de las relaciones raciales de endogamia. Este escenario manifiesta la perspectiva dentro de la vida familiar y social frente a conceptos discriminatorios y estigmatizantes sobre la persona que elige a la pareja además de su color, "raza" o etnia. El objetivo del presente estudio es descubrir cómo se manifiestan las presiones involucradas en la construcción de esas relaciones y comprender las contradicciones de una sociedad que se jacta del mestizaje como una indicación de la ausencia de conflictos raciales. La metodología de esta investigación tiene una naturaleza cualitativa a través de la revisión de literatura y entrevistas semiestructuradas. Para la extracción de datos, a través del acceso a testimonios de parejas que viven en Porto Alegre-RS y la región metropolitana, que viven o experimentaron una relación racialmente heterogénea, considerando la aproximación que se establece con el objeto de investigación de manera descriptiva e interpretativa, investigó cómo esas personas entienden el racismo y hasta qué punto es un problema para esas relaciones, identificando si existe discriminación y cuáles son las estrategias para hacer frente al racismo, teniendo en cuenta los conflictos derivados de la identificación racial de los cónyuges en la familia, como en vivir con parientes y amigos. Los resultados revelan que la identidad afrobrasileña en el proceso de pertenencia social todavía sufre discriminación, con invisibilidad, en la sociedad en general con expresiones cotidianas de "micro-racismo", con intolerancia social a la discriminación directa y la pasividad demostrada por la población frente a los comentarios despectivos a los negros, sus grupos y sus culturas.

Palabras llave: Relación interracial; Discriminación; Racismo

ABSTRACT

Brazil is a nation that has great racial miscegenation and proportionality, however, miscegenation has not ceased discrimination, in the opposite way, dilated, diversified it, gave it more colors, given the presence or absence of “black” characteristics, it went from a bivalent racism to a multivalent racism. In the contemporary context of this agenda, it is understood that there are few studies that confirm the fragility in interracial relations, although the number of exogamous marriages has increased. The present literature shows that color acts as one of the factors that exert great influence on the choice of partner, which also expresses the predominance of inbreeding race relations. This scenario manifests the perspective within the family and social life in the face of discriminatory and stigmatizing concepts about the person who chooses the partner other than his or her color, “race” or ethnicity. The aim of the present study is to find out how the pressures involved in the construction of these relationships manifest themselves and to understand the contradictions of a society that boasts of miscegenation as an indication of the absence of racial conflicts. The methodology of this investigation has a qualitative nature through literature review and semi-structured interviews. For data extraction, through access to testimonials of couples living in Porto Alegre-RS and the metropolitan region, who live or experienced a racially heterogeneous relationship, considering the approximation that is established with the research object in a descriptive and interpretative way, investigated how these people understand racism and the extent to which it is a problem for these relationships, identifying if there is discrimination and what are the strategies for coping with racism, taking into account the conflicts arising from the racial identification of spouses in the family, as in living with relatives and friends. The results show that Afro-Brazilian identity in the process of social belonging still suffers from discrimination, with invisibility, in general society with everyday expressions of “micro-racism”, with social intolerance for direct discrimination and passivity demonstrated by the population in the face of derogatory comments to black people, their groups and cultures.

Keywords: Interracial relationship; Discrimination; Racism

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 QUE PAÍS É ESSE? NUANCES DA IDENTIDADE DA QUESTÃO RACIAL	18
2.1. O TERMO “RAÇA” ENTRE OS SERES HUMANOS	18
2.2. RACISMO	22
2.3. SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO.....	24
2.4. A INTRODUÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVAS	26
2.5. DISCRIMINAÇÃO POSITIVA	28
2.6. IDENTIDADE RACIAL	30
2.7. POLÍTICA DE IDENTIDADE	32
2.8. IDENTIDADE BRANCA	33
3 TRAJETÓRIA DO NEGRO: AS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A NEGRITUDE NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL	36
3.1. UM BREVE APANHADO HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL.....	36
3.2. A ESCRAVIDÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL.....	40
3.3. O PROCESSO DE “FIM” DA ESCRAVIDÃO	43
3.4. MISCIGENAÇÃO: CRUZAMENTO DE RAÇAS DIFERENTES.....	46
3.5. POLÍTICA DO BRANQUEAMENTO	50
3.6. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL (PARAÍSO DAS TRÊS RAÇAS).....	53
4 RELAÇÕES INTER-RACIAIS	58
4.1. O CENÁRIO LITERÁRIO SOBRE A RELAÇÃO INTER-RACIAL	58
4.2. O QUE É IDENTIDADE	62
4.3. RECONHECIMENTO	66
5 EXCLUSÃO SOCIAL, MICRORRACISMO E SUA INVISIBILIDADE	72
5.1. OS CONCEITOS INTER-RELACIONADOS QUE DÃO LUGAR AO MICRORRACISMO.....	76
5.2. O PASSO DO RACISMO EVIDENTE AO RACISMO SUTIL.....	79
5.3. EXPRESSÕES ESTEREOTIPADAS	81
6 METODOLOGIA	83
7 ANÁLISE	90
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	102

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	106
ANEXO A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADA 1	111
ROSA, COMPANHEIRA DE LÍRIO	111
ANEXO B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ENTREVISTADA – 2	114
MARGARIDA, COMPANHEIRA DE CRAVO	114
ANEXO C – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ENTREVISTADO 3	123
CRAVO, COMPANHEIRO DE MARGARIDA.....	123
ANEXO D – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADO 4	126
LÍRIO, COMPANHEIRO DE ROSA.....	126
ANEXO E – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADA 5	129
TULIPA, COMPANHEIRA DE GIRASSOL.....	129
ANEXO F – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADO 6	133
GIRASSOL, COMPANHEIRO DE TULIPA.....	133

1 INTRODUÇÃO

Em primeiro lugar, faz-se necessário justificar a utilização da música “Samba de Uma Nota Só” (letra de Newton Mendonça e Música de Tom Jobim, 1961) na epígrafe deste trabalho. O presente trabalho tem por objeto de estudo os efeitos da experiência de relacionamentos afetivos inter-raciais, a fim de produzir conhecimentos suscetíveis para a contribuição do debate público sobre estigma e discriminação que afetam o cotidiano desses casais.

Nesta dissertação, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Escola de Humanidades da PUCRS, propõe-se que não se investigue apenas “uma nota” das relações afetivas inter-raciais. O estudo tem como elementos o conhecimento que vai além das experiências concretas, com entrevistas semiestruturadas para trazer à luz a discussão científica e ao mesmo tempo gerar uma contribuição social até o engajamento em nível teórico sobre a natureza da diversidade étnica e cultural afro-brasileira, bem como da validação dos nexos entre as condições sociais posicionadas historicamente, oriundas da interação de conteúdos cognitivos desses atores com a própria realidade coletiva.

A pesquisa científica envolvendo diversas “notas” das relações afetivas inter-raciais revela que esse tema é um complexo totalizante que agrega diversos aspectos, sejam eles discursos empregados para expressar ou conceber uma atmosfera de boa vontade, sociabilidade ou compartilhamento de sentimentos, sejam eles axiológicos, o peso do viés histórico enraizado em várias culturas que teciam a rejeição, resistência, hostilidade e falta de aceitação, dentre outros.

Vê-se, portanto, que a investigação sem este estudo de interdisciplinaridade é incompleta, pois o universo do estigma e discriminação é muito mais amplo, deve ser estudado em sua completude, não apenas no âmbito puramente do discurso da democracia racial, na figuração da fluidez da identidade ou somente na matéria que expressa as nuances da miscigenação.

Embora as relações inter-raciais seja um assunto que está em constante debate, atitudes de discriminação e preconceito são bastantes presentes na vida

dessas pessoas. Ainda que essas relações tenham aumentado, como serão expostas no decorrer do estudo, o preconceito que as permeia é, de certa forma, desconhecido pela sociedade, o que justifica a importância dessa pesquisa.

O Brasil é um país conhecido pela sua grande miscigenação e "harmonia" racial, mas, segundo Sales Junior (2009), a miscigenação não eliminou a discriminação, muito pelo contrário, a ampliou, modalizou, deu a ela mais cores, conforme a presença ou ausência gradual de características "negras", passou de um racismo bivalente para um racismo polivalente, variações da cor da pele que desestabiliza a variável "raça".

Atualmente, há poucos estudos que confirmam a fragilidade nas relações inter-raciais. Os estudos revelam que a cor atua como um dos fatores que exercem grande influência na escolha do companheiro ou companheira, o que expressa ainda na predominância de relações raciais endogâmicas. Essa situação demonstra que, dentro da intimidade familiar e no convívio social, se reproduz conceitos discriminatórios e estigmatizantes sobre a pessoa que escolhe o parceiro diferente de sua cor, "raça" ou etnia. (OLIVEIRA, 1999)

Outra questão importante é que, em cada cinco entre seis relações, o cônjuge negro tem status socioeconômico superior (TELLES, 2003), ou seja, na maioria dos casamentos inter-raciais, o negro desfruta de maior prestígio social conferido pelo maior nível educacional bem como uma situação financeira estável. Apesar disso, os negros nas sociedades ocidentais como o Brasil são considerados socialmente inferiores, porém, se estiverem em uma posição de superioridade, financeira e/ou educacional, podem trocar sua suposta/deduzida "inferioridade racial" e "superioridade socioeconômica" pela suposta/deduzida "superioridade racial". A segurança financeira e ascensão social alcançada, talvez compensasse o tabu de unir-se a alguém da raça considerada "inferior" (CASTRO, 2013).

Esta pesquisa aborda o tema do preconceito em suas diferentes matrizes, levando-se em consideração também questões de gênero, raça, cor, etnia e classe social. Como forma de delimitação do tema, elegemos estudar o estigma e a discriminação decorrente das relações inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

A perspectiva do estudo é contribuir na discussão acerca da conceituação da

identidade afro-brasileira no processo de pertencimento social. Dessa forma, torna-se fundamental pontuar formas de contribuição e métodos de reconhecimento, valorização e respeito à diversidade histórico cultural afro-brasileira.

Para isso, faz-se necessário, de forma imprescindível, explorar algumas questões sobre a identidade cultural na pós-modernidade, tomando-se como ponto de partida a sociedade moderna, quando a identidade era bem definida e localizada no mundo social e cultural, fato esse alterado, pois, no final do século XX, uma mudança estrutural está transformando as sociedades modernas (HALL, 2002).

Segundo alguns teóricos, tais como Castro (2013) e Costa (2009), as identidades modernas estão entrando em colapso, fragmentando e deslocando as identidades e paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Se antes havia sólidas localizações como indivíduos sociais, hoje há um deslocamento ou, como muitos chamam, a descentração do sujeito, eis aí o grande conflito, pois a ideia de possuir uma identidade significa pertencimento, coesão e finitude, situação totalmente esvaziada em tempos líquido-modernos (BAUMAN, 1999). Isso está afetando psicológica e corporalmente todas as minorias discriminadas, seja por qualquer tipo de preconceito. O que nos leva a pensar nesses diferentes enfoques sobre a temática discriminação e estigma por contaminação.

O foco básico deste estudo é constatar **de que forma se manifestam as pressões envolvidas na construção dessas relações e compreender as contradições de uma sociedade que se vangloria da mestiçagem como um indício de ausência de conflitos raciais**. A análise será feita com depoimentos de indivíduos que vivem ou já viveram um relacionamento racialmente heterogêneo, residentes em Porto Alegre e região metropolitana, investigando como compreendem o racismo por contaminação e o decorrente machismo envolvido. Até que ponto essas questões se configuram como um problema para essas relações, identificando se existem e quais são as estratégias de enfrentamento ao racismo e percebendo os conflitos decorrentes da identificação racial dos cônjuges tanto na família como no convívio com parentes e amigos.

Nesse sentido, estudou-se o conceito do estigma, tratado por Goffman (1975), pioneiro em pensar tal conceito numa perspectiva social. Para Goffman, a

sociedade categoriza as pessoas atribuindo-lhes características comuns e naturais para que possam ser inseridas em tal grupo social. Em ambientes já estabelecidos, as relações sociais cotidianas propiciam um relacionamento entre pessoas, previsto e esperado a tal lugar, sem atenção ou reflexão particular umas com as outras. As formas de estigmatizar uma pessoa não têm a ver com a existência do atributo em si, mas sim pelas relações feitas de forma inadequada entre os estereótipos e atributos que os ditos “normais” criam para um determinado tipo de pessoa. Assim, as pessoas que possuem atributos que não são compatíveis com o estereótipo criado pelos “normais” passam a ser excluídas, gerando identidades deterioradas, eis aí o processo de estigmatização.

Da mesma forma, o estigma é a situação do indivíduo que não possui uma identidade social aceitável, ou seja, que está inabilitado para a aceitação de forma plena na sociedade. Goffman (2004) ainda nos traz vários tipos de estigmas, ressaltaremos aqui os estigmas tribais de raça, que possuem um caráter de grande relevância para este estudo, eles podem ser disseminados através das gerações e contaminar por igual todos os membros da família. Essa contaminação ocorre também nas relações afetivas e casamentos inter-raciais, o estigma da raça ou cor contamina o cônjuge mesmo que este, por sua vez, não faça parte de uma minoria discriminada pela raça até então, a partir do momento em que se relaciona com uma pessoa negra, passa a possuir uma nova identidade.

Pode-se perceber pelos estudos de estigmatização que ser estigmatizado sempre tem consequências negativas para a vida do indivíduo. Sua identidade real sofre deteriorações por não se incluir no que a sociedade institui como normal e natural. Desse contexto pode-se pensar em dois fatores que torna importante a realização desta pesquisa: refletir os efeitos do estigma para a subjetivação do sujeito e o papel da sociedade para tal processo.

A reprodução do preconceito está intrinsecamente ligada ao conformismo, ao conservadorismo, à indiferença e à naturalização do desrespeito. A escolha de manter um relacionamento inter-racial, principalmente para uma mulher, causa grande choque para sua família. Portanto, ao invés de neutralizar as desigualdades raciais, as evidenciam. Já que o negro para ser aceito no ambiente privado da família branca, ainda tem que "se mutilar" negando sua identidade, se adequando para ser visto como

"negro de alma branca", na tentativa de encaixar-se em tal grupo social.

Observa-se que o fato de viver uma relação inter-racial não isenta um dos cônjuges de racismo, pelo contrário, traz à tona o que antes era mascarado, fingido. Por vezes essas práticas ganham legitimidade diante do silêncio e são incorporadas no cotidiano social e familiar acriticamente, como sendo natural. É essencial o reconhecimento de que a miscigenação não rompeu e não é suficiente para a abolição do racismo no Brasil, para que, deixando de ser invisível, torne-se passivo de reflexão e intervenção.

No que diz respeito à estrutura desta dissertação, ela está dividida em sete sessões que abordam questões teóricas e relevantes, aspectos metodológicos da pesquisa, a análise dos dados, considerações finais e referências bibliográficas.

A primeira parte evidencia as nuances da identidade da questão racial, conceitua-se o termo "raça", racismo, sistema de classificação, a introdução de políticas afirmativas e a discriminação positiva.

A segunda parte traz um breve histórico do negro no Brasil, através de uma análise teórica e crítica. A construção de identidade(s) afrodescendente(s) em contexto sócio cultural pós-moderno. Além disso, são abordados estudos sobre a miscigenação no Brasil, a supremacia branca e o branqueamento como solução, bem como a ideia de falsa democracia racial vendida, por anos, pelo Brasil ao exterior e a construção de uma identidade social frente a tantos estigmas e desigualdades sociais, tendo como referências autores como Florestan Fernandes, Stuart Hall, Guiddens, Goffman, entre outros.

A terceira parte consiste na exposição sobre as relações inter-raciais e sobre as compreensões da formação identitária da raça negra. Em seguida abarca-se a teoria do reconhecimento, analisando em que medida os casais inter-raciais se reconhecem dentro da sociedade.

A quarta parte consiste na fundamentação sobre a exclusão social e o microrracismo na sociedade, dessa forma, são expostos os conceitos inter-relacionados que dão lugar ao microrracismo e como este está enraizado em nossa cultura.

A quinta parte versa sobre a Metodologia que foi adotada. Nossa opção é pela pesquisa qualitativa exploratória, realizada através do acesso a depoimentos de casais que vivem ou vivenciaram um relacionamento racialmente heterogêneo, por meio de entrevistas semiestruturadas conduzidas pelos objetivos da pesquisa, com maiores possibilidades de abrangência, gravada em áudio e transcrita. Os casais foram escolhidos por critério visual, homens negros com companheiras brancas e mulheres negras com companheiros brancos.

A sexta parte deste material expõe a análise da entrevista semiestruturada, com a interpretação do autor frente aos resultados obtidos, buscando evidenciar e compreender as barreiras existentes nas relações afetivas inter-raciais.

A sétima parte deste estudo compõe as considerações finais do autor, nessa parte, há a demonstração do pesquisador sobre suas impressões, análises, conceitos, conclusões, contradições, que tem por fundamento o critério científico, buscando responder ao atendimento do objetivo geral deste estudo, que adota, na consideração, uma postura proativa, não se restringindo apenas a expor sua ótica, mas com a preocupação de problematizar e propor mudanças em relação ao tema delimitado, como contribuição à Ciência Social.

2 QUE PAÍS É ESSE? NUANCES DA IDENTIDADE DA QUESTÃO RACIAL

Neste capítulo, será discutido o termo “raça” entre os seres humanos, bem como evidencia-se, neste capítulo, o conceito sobre racismo, os sistemas de classificação. Compreende-se a importância dessa discussão uma vez que, na antropologia física ou antropologia clássica, a raça tem sido historicamente usada na diferenciação dos seres humanos por suas características fenotípicas.

No entanto, nas décadas de 1950 e 1960, o termo começou a ser questionado com o advento da genética humana e as novas correntes antropológicas (LIEBERMAN, 2003). Vê-se, atualmente, que a relação das questões de raça e preconceito está presente nas discussões. As relações raciais, há bastante tempo, tem sido uma pauta privilegiada para reflexão e investigação científica no Brasil. Contudo, é apenas recentemente, e especificamente no contexto de debates sobre políticas de discriminação positiva, que o dilema colocado pela noção de "raça" como categoria social, por um lado, e como categoria analítica, por outro lado, ganhou terreno entre pesquisadores, sociólogos e antropólogos, historiadores e geneticistas, ansiosos por entender e explicar esse fenômeno social (MUNANGA, 2005)

2.1.O TERMO “RAÇA” ENTRE OS SERES HUMANOS

O termo raça tem um conceito abstrato, não é possível alcançar uma nova perspectiva adotando o conceito de coletividade histórica? Se, como Weber já tinha observado, aqueles a quem chamamos de afrodescendentes compõem um grupo, isso não se deve à cor de sua pele, pelo contrário, porque se consideram e são considerados por outros como descendentes de africanos que foram submetidos a uma certa experiência histórica, o que os tornam uma coletividade histórica particular (SCHNAPPER, 1998).

De acordo com Guimarães (2001, p.96):

[...] as raças são, cientificamente, uma construção social e devem ser estudadas por um ramo próprio à Sociologia ou às Ciências Sociais que trata das identidades sociais. Estamos, assim, no campo da cultura, e da cultura simbólica. Podemos dizer que as “raças” são efeitos de discursos; fazem parte desses discursos sobre origem. As sociedades humanas constroem discursos sobre suas origens e sobre a transmissão de essências entre

gerações. Este é o terreno próprio às identidades sociais, o seu estudo trata desses discursos sobre origem. Usamos essa ideia, podemos dizer o seguinte: certos discursos falam de essências que são basicamente traços fisionômicos e qualidades morais e intelectuais; só nesse campo a ideia de raça faz sentido.

Primeiramente, faz-se necessário compreender de onde surgiu a ideia de raça, que é a base do pensamento racista. Na concepção de Quijano (2000), a gênese está no nascimento da América e no surgimento do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado, como um novo padrão de poder mundial. A partir da ideia de raça, deu-se um padrão de poder através de uma construção mental que expressa a prática elementar da dominação colonial. A partir daí, esse conceito teve grande repercussão e influência nas formas de poder e domínio mundial.

Segundo Sérgio Costa (2002, p.35):

Partindo da constatação de que as adscrições raciais no Brasil implicam desigualdades sociais que podem ser reunidas de sorte a definir dois grupos populacionais polares, brancos e não brancos, alguns estudos raciais adotam o conceito (não biológico) de raça como categoria sociológica e política ampla. Válida e mesmo imprescindível no âmbito do estudo das desigualdades raciais, a categoria raça, quando transformada em instrumento geral de análise e desiderato normativo, leva a uma compreensão incompleta da formação nacional brasileira, a uma visão objetivista das relações sociais e à redução das identidades sociais a sua dimensão político-instrumental.

Durante o século XIX, iniciaram-se estudos em relação à evolução biológica, aplicando-se o conceito de raça à humanidade e determinando uma relação de superioridade e inferioridade entre colonizadores e conquistados. Essa visão fundamentou as respectivas relações de dominação. Tal classificação racial (que atribuía aos colonizadores o poder de separar a população entre “superior” e “inferior”) não ficou restrita à América. Difundiu-se por todo o mundo, criando novas identidades sociais (índios, negros, mestiços) e redefinindo outras.

Dessa forma, o surgimento da ideia de raça na América validou as relações de dominação europeia. Uma concepção errônea da realidade, mas que justificava a visão eurocêntrica do conhecimento. Definindo assim uma supremacia cultural baseada num modelo que se julgava hegemônico não só na Europa, mas fora dela também, desprezando a diversidade cultural existente em outras sociedades. O que reflete até os dias atuais.

Concomitante ao surgimento desse pensamento, teorias sobre raça são elaboradas para justificar e naturalizar as relações coloniais. Ou seja, pré-conceitos com status de ciência para explicar as relações entre dominadores e dominados sob a falsa ótica de superioridade e inferioridade entre seres humanos.

Em termos biológicos, raça não existe. Porém a sociedade age com base na ideia de que uma etnia é superior à outra. Portanto, é essencial esclarecer aqui que **raça** é algo que existe socialmente, é um conceito construído no imaginário **social**.

As sociedades usam diferenças e relações naturais como maneira de organizar as relações entre as pessoas. Isso é o caso de gênero e relacionamento entre pais e filhos, da mesma forma, os seres humanos usam as diferenças físicas, pensadas em termos de raça, para estabelecer e identificar papéis sociais.

Guimarães (2001, p.99) ressalta:

[...] a ideia de raça, tal como a temos hoje, pressupõe uma noção chave para a ciência moderna – a de natureza imanente – segundo a qual da natureza emana um determinado caráter, uma determinada psicologia, uma determinada capacidade intelectual. A ideia científica de que a natureza se desenvolve propulsionada por seus próprios mecanismos internos é imprescindível para essa ideia moderna de raça. Feita essa distinção, não se pode negar que a palavra “raça” é anterior a esta ideia moderna. Mas trata-se então de uma ideia não científica, inteiramente teológica, que no Brasil nos Estados Unidos e em outros lugares justificou a escravidão.

Dessa forma, compreende-se que, no processo de constituir-se Estado-nação, a ideia de cor está presente atualmente fundamentada no que é denominada nação brasileira, isto é, está diretamente relacionada ao emprego do Estado Nacional brasileiro, implicado por reflexos africanos substanciais, mesmo negligenciada à marginalidade e ao silêncio.

Isto é, conforme citado por Munanga (2005), no século XVIII e no século XIX, os cientistas, de modo geral, buscaram classificar os grupos humanos somente em função de suas características físicas, fazendo construções hierárquicas frente a uma escala de valores.

Ainda que raça seja uma categoria nativa, pergunta-se: quando ela não será mais necessária? Guimarães (2001, p.50) informa que:

[...]primeiro, quando já não houver identidades raciais, ou seja, quando já não existirem grupos sociais que se identifiquem a partir de marcadores direta ou indiretamente derivados da ideia de raça; segundo, quando as desigualdades, as discriminações e as hierarquias sociais efetivamente não corresponderem a esses marcadores; terceiro, quando tais identidades e discriminações forem prescindíveis em termos tecnológicos, sociais e políticos, para a afirmação social dos grupos oprimidos.

As raças não existem, nem biológica nem cientificamente. Os homens, por sua origem comum, pertencem ao mesmo repertório genético. As variações que se pode verificar não são o resultado de genes diferentes. Se "raças" estavam envolvidas, há apenas uma "raça": a humana (LIEBERMAN, 2003).

É atual, no contexto do debate sobre a existência ou não de raças no *Homo sapiens*, e o termo raça ainda é usado no uso popular ou coloquial e cada vez mais desencorajado na linguagem científica. Em vez disso, como já mencionado acima, o uso do termo etnia ou população é o preferido. Compreende-se, segundo Lieberman *et al.* (2003), que aqueles que contribuíram para a construção da mesma cultura não são necessariamente de uma única raça e nem todos da mesma raça participaram de uma cultura. Na linguagem científica, a cultura não é função da raça. Não se deve esquecer que o conceito de etnia é um conceito do tipo -êmico, que pode ser usado sem ambiguidade, enquanto o conceito de raça pretendia ser um conceito do tipo -ético que, como tal, não era válido, pois era difícil especificar o limite de uma corrida à luz de descobertas genéticas.

Por mais imperfeitas que sejam as ideias antigas sobre as raças, os estudos genômicos modernos revelam um panorama surpreendente, atraente e diferente da diversidade genética humana. Somos, em média, cerca de 99,5% geneticamente semelhantes entre si. Esse é um novo valor, comparado com a estimativa anterior de 99,9%. Para colocar em perspectiva o que pode parecer pequenas diferenças, somos 98,5% semelhantes aos chimpanzés, nossos parentes evolutivos mais próximos (LIEBERMAN, 2003).

Essa nova figura é de grande importância para nós. Entre outras coisas, deriva de muitas pequenas diferenças genéticas conhecidas em estudos comparativos de populações humanas.

2.2. RACISMO

O racismo é uma ideologia que parte do pressuposto sem base científica frente à compreensão da existência de raças dentro das espécies humanas, considera-se, portanto, nesse entendimento, que certas categorias de pessoas são inerentemente superiores às outras. É sua diferença com o racialismo, que parte do mesmo postulado, mas não considera as raças desiguais. Essa ideologia pode levar a privilegiar uma dada categoria de pessoas em detrimento de outras (GALEÃO-SILVA, 2007).

Define-se racismo, no sentido amplo do termo, como uma atitude de hostilidade repetida ou mesmo sistemática em relação a uma categoria específica de pessoas. Importante deixar claro que o racismo apenas ocorre através de um grupo privilegiado ou “hierarquicamente superior” em relação a grupo historicamente oprimido. Portanto, não existe racismo reverso, pelo fato de que nunca houve escravidão reversa, nem imposição de valores culturais e religiosos dos povos africanos e indígenas ao homem branco, tampouco ao genocídio da população branca, como ocorre até hoje o genocídio do negro brasileiro. O dominado nada pode impor ao dominante.

Essa hostilidade a outra afiliação social (seja a diferença cultural, étnica - ou simplesmente devido à cor da pele) também se reflete em formas de xenofobia ou de etnocentrismo. Algumas formas de expressão do racismo, como insultos raciais, difamação racial, discriminação, são consideradas crimes em vários países (LESLIE *et al.*, 2015).

De acordo com alguns sociólogos, o racismo é parte de uma dinâmica de dominação social frente a um pretexto racial. As ideologias racistas serviram de base para as doutrinas políticas que levam à discriminação racial, segregação étnica, injustiças e violência que podem, em casos extremos, culminar em genocídio (LESLIE *et al.*, 2015).

Para o caráter multidimensional do racismo, pode-se distinguir em (LESLIE *et al.*, 2015):

- Sua dimensão conceitual e ideológica: ele se baseia em sistemas de fala que pretendem cientificidade;
- Sua dimensão perceptiva: constitui um olhar, um prisma que dirige e instrui nossa percepção do "Outro";
- Sua dimensão prática: o racismo em ação se manifesta por ações individuais (violência, insultos) ou sistemas institucionalizados de dominação (apartheid, segregação, colonização, escravidão)

Contudo, quando falamos em racismo, logo pensamos em uma violência direta contra uma pessoa negra, indígena, ou contra ciganos, judeus, etc. Temos a ideia de uma violência direta, ou seja, quando se ofende ou agride alguém, quando se impede a entrada de alguém em certos ambientes, ou até mesmo quando se paga um salário menor. Entretanto, para compreender o racismo, deve-se entendê-lo como um fenômeno conjuntural, não se trata o racismo como em patologia social ou atribuir àqueles que são racistas algum tipo de problema intelectual, mental ou até mesmo de caráter. Costuma-se tratar o racismo como uma anormalidade. A noção de racismo estrutural demonstra que o racismo não é algo anormal, mas sim algo normal. Não no sentido de que deva-se aceitar, mas no sentido de que independente de aceitar ou não, ele constitui as relações no seu padrão de "normalidade".

Segundo Pierre Dardot e Christian Laval (2016), o neoliberalismo é uma forma de racionalidade, assim como o racismo também é uma forma de racionalidade. Ou seja, é uma forma de normalização de compreensão das relações, ele constitui não só as ações conscientes, mas também as inconscientes. Por exemplo, quando falamos de estrutural, estamos falando basicamente de três dimensões: a economia, a política e a subjetividade.

Dessa forma, esses pontos estruturais são os constrangimentos por que os indivíduos passam e que fazem parte da própria dinâmica que eles vivem cotidianamente. No campo da economia, por exemplo, pesquisas recentes demonstram que o grupo social mais afetado pela carga tributária no Brasil são as mulheres negras. Justamente pela estrutura, o sistema tributário funcionando na sua "normalidade", de acordo com as normas estabelecidas, ele reproduz as condições de desigualdade que coloca a mulher negra no final da pirâmide social recebendo assim os menores salários. Como a tributação brasileira é estruturada, fundamentalmente, para incidir sobre consumo e sobre salário, as pessoas que

ganham menos e que também consomem são as que pagam proporcionalmente mais, portanto, forma-se uma cadeia. Se a pessoa ganha pouco e mora em lugar de grande vulnerabilidade, o ganhar pouco cria privações que vão gerando tensões familiares, tensões sociais que tornam as pessoas a serem vítimas de algum tipo de violência. Desse modo, se estabelece uma relação estrutural entre o baixo salário das mulheres negras. (Sílvia Almeida, 2018)

O racismo estrutural ainda tem um outro efeito sobre as pessoas que não são negras, a pessoas brancas. Que é exatamente naturalizar a sua condição enquanto pessoa branca, ou seja a branquitude. O branco se torna regra e ser negro se torna exceção, ou seja, tanto o ser branco como o ser negro são construções sociais e que são vivenciadas a partir de certos privilégios estruturalmente estabelecidos.

Dentro desse sentido, a luta contra o racismo e, portanto, a luta pela transformação social, pela construção de uma sociedade melhor passa, necessariamente, contra o racismo na sua dimensão social, que significa abrir mão de privilégios para que a luta contra o racismo seja uma luta realmente efetiva.

2.3. SISTEMA DE CLASSIFICAÇÃO

Em nenhum outro momento da história do país, os especialistas da questão procuraram tanto justificar o uso ou o não uso da palavra "raça". Tudo isso em um contexto social e político instigado por demandas e políticas de integração que destacaram a existência e gravidade da desigualdade racial no Brasil. Até então, era mascarado por discursos oficiais, persistindo em definir o Brasil como um país de democracia racial e explicando as diferenças sociais entre negros e brancos apenas pela condição histórica de exclusão social dos primeiros.

No âmbito da ciência, raça foi empregada originalmente na classificação de espécies animais e vegetais por Carl Von Linné, no século XVII. Conforme exposto por Munanga (2005, p.26):

Linné divide o Homo Sapiens em quatro raças:

- 1) Americano: o próprio classificador descreve como moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem corpo pintado;

- 2) Asiático: amarelo, melancólico, governado pela opinião e pelos preconceitos, usa roupas largas.
- 3) Africano: negro, fleumático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade de seus chefes, unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados
- 4) Europeu: branco, sanguíneo, musculoso, engenhoso, inventivo, governado pelas leis, usa roupas apertadas.

De fato, o estabelecimento e a classificação da população de acordo com as categorias raciais no Brasil não são novos. Os censos no Brasil sempre coletaram informações sobre "raça", definidas por "cor da pele" e não em termos culturais ou linguísticos. O primeiro censo oficial de 1872 já havia estabelecido três categorias: preto, mestiço e branco. E, com raras exceções, os seguintes censos incluíram essas categorias.

Atualmente, existem três principais sistemas de classificação da população brasileira, em termos de raça, em uma sequência de cor entre o branco e o preto. O primeiro sistema corresponde à classificação do censo oficial: branco, *pardo* e preto, às quais são adicionadas categorias "indígena" para o povo indígena do país e "amarelo" para povos de origem asiática. Essas categorias são auto-declaradas pela população. Um segundo sistema, sob o discurso popular, utiliza muitos termos familiares para se referir a raça/cor com um contínuo de cores com diferentes gradações. A categoria pardo tenta abranger todos os termos usados para definir os mestiços no discurso popular. Isso se aplica a qualquer pessoa que não consiga se identificar com as categorias "branco" ou "preto". Finalmente, um último sistema de classificação, adotado especialmente dentro dos movimentos negros, concebe duas categorias: "*negro*" (a soma de negros e mestiços) e branco (TELLES, 2003: 105).

A classificação racial nos censos brasileiros sempre foi debatida, refletindo a complexidade do estabelecimento de categorias raciais bem definidas no país. Os elementos que levam à atribuição de uma categoria racial e que levam à auto identificação são numerosos: miscigenação, condição social, região de origem e até idade e gênero. Essa dificuldade de categorizar a raça no Brasil destaca certa ambiguidade e falta de nitidez da identificação racial típica do país (SANSONE, 1993).

No entanto, a introdução de políticas de ação afirmativa no início dos anos 2000 e, em particular, algumas experiências esporádicas com o uso de cotas raciais

para acesso às universidades deram origem a discussões acaloradas sobre implicações normativas da institucionalização das identidades raciais e do papel da ciência – particularmente das ciências sociais – na formulação de políticas públicas articuladas em torno de categorias raciais (GUIMARÃES, 2001).

O lançamento de pesquisas sobre a questão racial no Brasil nessa área estava se tornando urgente e profundamente estimulante. Ao mesmo tempo, foi um desafio considerável para os pesquisadores se declararem, inclusive politicamente, a favor ou contra cotas. Esse contexto, marcado por posições extremamente polarizadas, impediu um debate mais amplo e a promoção de um diálogo que poderia ter resultado em propostas alternativas.

2.4.A INTRODUÇÃO DE POLÍTICAS DE AÇÃO AFIRMATIVAS

As políticas desenvolvidas a partir da década de 1990 para a população negra foram inicialmente baseadas em anti-racismo e na legislação anti-discriminação, apoiadas pela Constituição de 1988. Além disso, essas políticas foram uma resposta à demanda pela cultura negra e ao reconhecimento da posse da terra pelas comunidades de origem africana, chamadas *quilombos*, compostas de escravos, que continuaram e ainda mantêm as tradições da terra de seus ancestrais africanos (GUIMARÃES, 2001).

Finalmente, consistiram, principalmente, na introdução de medidas de discriminação positiva. O objetivo, desse modo, é promover a igualdade racial, combatendo os efeitos adversos da discriminação racial e promovendo o acesso a direitos fundamentais, como educação e emprego para afrodescendentes. Isso representa uma mudança significativa na maneira de entender o racismo no Brasil. Sendo a arena política institucional aberta à discriminação positiva, logo os representantes do movimento negro brasileiro puderam expressar suas demandas.

Nesse sentido, vale destacar o documento entregue a Fernando Henrique Cardoso, então Presidente da República, em 1995, por ocasião da "Marcha Zumbi de Palmares contra o Racismo, pela Cidadania e pela Vida", organizada por ativistas de organizações não governamentais negras que pediram medidas efetivas pelo Estado (MUNANGA, 2005).

No mesmo dia, o Presidente criou o Grupo de Trabalho Interdepartamental para o Aprimoramento da População Negra (GTI), anexado ao Ministério da Justiça. Ele também abriu o debate organizando o simpósio "Multiculturalismo e Racismo: O Papel da Discriminação Positiva nos Estados Democráticos Contemporâneos", no qual pesquisadores brasileiros e norte-americanos foram convidados a refletir sobre a aplicação da discriminação no Brasil.

A influência de agências multilaterais internacionais, como o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como algumas instituições como a Fundação Ford, que, até o final da década de 1980, também devem ser levadas em consideração, fez com que os Estados latino-americanos adotassem políticas multiculturais.

Embora concentrando-se no reconhecimento cultural e na diferenciação étnica, particularmente nos povos indígenas, essas políticas estenderam seu alcance aos negros de todo o continente. O próprio movimento negro latino-americano não excluiu, muito pelo contrário. Procurou unir-se ao movimento indígena e se posicionar contra o Estado como um novo sujeito político, com suas especificidades culturais (GUIMARÃES, 2001).

Entre um discurso culturalista adaptado à demanda de reconhecimento cultural e étnico e à denúncia de discriminação racial, que relega os negros às classes sociais mais desfavorecidas, houve um consenso em torno da necessidade de aplicar discriminação positiva no Brasil. O debate tomou um significado ainda maior desde a preparação da III^a Conferência Mundial contra o racismo, discriminação racial e xenofobia, organizado pela ONU em Durban, África do Sul, em 2001.

Nesse contexto, uma organização de pesquisa governamental, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), destacou-se em particular pela divulgação de dados estatísticos socioeconômicos que confirmavam a desigualdade racial existente no país (HENRIQUE, 2001). A ampla divulgação desses dados atestando a situação social desfavorável da população negra brasileira – que, nesse caso, incluiu toda a população classificada como "negra" e "*pardo*" no censo nacional – justificou a demanda.

De acordo com Guimarães (2001, p.44):

[...]não é a primeira vez em que se denuncia as diferenças sociais entre negros e brancos no Brasil. É até considerado um problema histórico, o resultado da integração desigual da população negra na economia republicana e capitalista após a abolição da escravidão.

Já os estudos realizados pelos intelectuais de São Paulo, financiados pela UNESCO na década de 1950, mostram essa diferença na integração social e na sobrevivência de preconceitos contra pessoas de cor, de fato raciais e não sociais (FERNANDES, 1965). Esses estudos indicam a existência de racismo mascarado no Brasil, apoiado por uma ideologia de harmonia racial, mantendo o *status quo*, impedindo a mobilização política em torno dos problemas raciais.

Nesse sentido, também devem ser mencionados os estudos realizados nas décadas de 1970 e 1980 por Carlos Hasenbalg (1979) e Nelson do Valle Silva (1981), que contestam a associação imediata entre preconceito e escravidão, como sobrevivência histórica, e mostram que a discriminação racial está sendo atualizada de novas formas, contribuindo para perpetuar uma situação de desigualdade social dos negros.

2.5. DISCRIMINAÇÃO POSITIVA

A discriminação positiva para os negros surgiu no Brasil em sua forma mais controversa, a das cotas raciais, principalmente para ingresso em universidades públicas.

Foi considerada uma política compensatória destinada a reparar uma injustiça do passado, o legado histórico da escravidão. As cotas receberam apoio de vários atores do movimento negro, especialmente no Rio de Janeiro e em São Paulo, pertencentes à comissão que participou da conferência de Durban. Em geral, eram representantes de ONGs que realizavam trabalhos intensivos de assistência à população negra, principalmente por meio do financiamento de cursos preparatórios para vestibular (IGREJA, 2005; GUIMARÃES, 2001).

Com base em critérios raciais, a política de cotas se opõe, em primeiro lugar,

à imagem do Brasil como um país misto. A miscigenação racial, como Telles (2003) explica, está intrinsecamente e historicamente ligada à identidade nacional e sua alta frequência demonstraria a tangibilidade das fronteiras raciais.

Além disso, segundo alguns críticos, as cotas raciais são contrárias à ideia de democracia racial, considerada não como uma realidade, mas como uma meta a ser alcançada através da luta contra a discriminação e não por seu estabelecimento. É uma visão da democracia racial como um mito, um conjunto de ideias e valores que moldam a vida cotidiana; uma concepção que defende uma melhor compreensão desse mito, sua eficácia e permanência (SCHWARCZ, 2002).

Finalmente, as cotas levaram à comparação entre o Brasil e os Estados Unidos. Para alguns autores, a política de cotas é mais adaptada a um sistema "segregacionista" e "racista", típico dos Estados Unidos e, desse ponto de vista, adquire um caráter de "inautenticidade", como uma espécie de "Visão importada" no contexto brasileiro.

O artigo de Bourdieu e Wacquant publicado em *Theory, Culture and Society* em 1999 é uma das expressões mais emblemáticas desse tipo de interpretação. Os autores argumentam que a formulação do racismo em termos multiculturais norte-americanos é um exemplo de imperialismo cultural e violência simbólica no contexto brasileiro (BOURDIEU E WACQUANT, 1999).

No início da década de 2000, foram implementadas as primeiras políticas de cotas para ingresso na universidade. Na academia, em particular, opiniões divergentes sobre esse assunto parecem estar relacionadas a diferentes abordagens da questão racial no Brasil. A princípio, eles pareciam contraditórios. Por um lado, dados estatísticos, explorados por muitos sociólogos, destacaram as grandes disparidades sociais e econômicas entre brancos e negros no país, o que justificava a urgência de se desenvolver uma política de discriminação positiva. Por outro lado, as relações raciais brasileiras seriam consideradas por muitos pesquisadores, começando pelos antropólogos, como mais "fluentes" e mais "ambíguas" do que dentro do modelo norte-americano (GUIMARÃES, 2001).

Em geral, houve uma polarização entre os estudos com finalidade mais estatística, que revelaram a desigualdade socioeconômica entre negros e brancos, e

os com objetivo mais qualitativo, essencialmente etnográfico, que buscavam dar conta das relações sociais cotidianas, demonstrando a complexidade das classificações raciais, que não poderiam ser reduzidas a uma oposição binária.

Esses estudos chamaram a atenção para a importância do fator social e da história, como fator determinante na atual situação desfavorável dos negros e os riscos de racialização da sociedade brasileira. Além disso, reiteraram a ideia de que raça é um conceito cujo significado é constantemente renegociado, testado de acordo com o contexto social e histórico (GUIMARÃES, 2001).

Foi então que vozes consensuais de sociólogos e antropólogos foram ouvidas. Eles procuraram demonstrar a necessidade de abordar essa desigualdade socioeconômica visível como um plano vertical de relacionamentos ou mesmo como um domínio "pesado" de relações raciais (TELLES, 2003), levando em consideração as relações "horizontais", as áreas "leves" compartilhadas por negros e brancos: espaços de lazer, espaços religiosos e até aqueles considerados específicos para os negros – religião e música afro-brasileiras . A urgência de encontrar soluções para a flagrante desigualdade racial no Brasil levou intelectuais e acadêmicos a adotarem uma postura ativa sobre esse assunto.

2.6. IDENTIDADE RACIAL

O pensamento lógico tem criticado progressivamente a noção de raça. As relações entre as "raças", atualmente, são analisadas como parte dos processos de inclusão e exclusão dos diferentes grupos sociais de maneira de tal análise são permeadas pelos vieses estruturais sociais e políticos buscando legitimidade.

De acordo com Oliveira (1999, p.57):

Assumir a identidade racial negra em um país como o Brasil é um processo extremamente difícil e doloroso, considerando-se que os modelos "bons", "positivos" e de "sucesso" de identidades negras não são muitos e o respeito à diferença em meio à diversidade de identidades raciais éticas inexistente.

O conceito de "identidade racial" gerou muitos e diferentes corpos de literatura que carregam diretamente suas múltiplas implantações nas áreas social e ciências comportamentais. Dado que todo indivíduo é universal e simultaneamente

também faz parte de um grupo, seja no âmbito familiar, seja na comunidade, seja em uma sociedade, o fato é que a questão saliente para as ciências sociais se refere em que condições os indivíduos pensam sobre o termo “racial”.

Existe uma vasta literatura sobre a psicologia dos direitos identidade que fornece um ângulo específico para abordagem deste tópico. Uma área paralela enfatiza o poder da “identidade de grupo” para moldar o comportamento social através da imposição de identidades nacionais (BURMAN E HARRELL BOND, 1979).

Da mobilização política à relação afetiva inter-racial, cada nuance que abarca a identidade racial tem substancialmente disciplinas de sociologia, ciência política, antropologia e psicologia social.

Embora o conceito de identidade individual seja claramente identificável pela natureza singular do ser, pode-se compreender, também, que um único indivíduo pode sentir e se afirmar frente a um conjunto complexo de identidades, sendo simultaneamente avô e judeu, brasileiro e operário, alcoólatra e jogador de futebol. Vê-se, portanto, que nenhuma identidade única precisa reivindicar qualquer primazia essencialista nem ser privilegiada como "fundamental" através do tempo, espaço e cultura.

De acordo com Silvério (2005, p.88)

A constituição de 1988 representa um marco para a construção de uma sociedade inclusiva. Essa é uma nítida alusão às suas sintonias com as mudanças sociais em curso, após 20 anos de regimes autoritário. Considerando que as mudanças na Constituição política refletem a correlação e forças entre grupos que disputam o poder. Neste, os movimentos sociais- negros e indígenas em especial- ganham relevância por assumirem a luta contra a opressão recebida em virtude de suas diferenças étnico-raciais e culturais.

O contexto social enquadra a identidade do ponto de referência de mais ações para o indivíduo. Observa-se, por exemplo, que a mobilização dos constituintes em torno de um interesse coletivo recebido é a essência da política e de movimentos sociais e, nesse sentido, todas as políticas de mobilização podem ser compreendidas como “política de identidade”.

2.7. POLÍTICA DE IDENTIDADE

A identidade racial foi gerada por uma história maciça de forças políticas e econômicas em uma tentativa de reduzir o nível de escolha individual, conforme relata Banton (1977). De fato, existe um corpo substancial de pesquisa indicando que, no século XIX, vários acadêmicos gastaram muita energia tentando demonstrar o intelectual e moral de superioridade dos brancos (BERNAL, 1987).

As ciências biológicas e médicas do final do século XIX assumiram um modelo darwiniano de hierarquia de adaptação à civilização (FRAZER, 1900). Assim, para contrariar a afirmação do branco de ser superior, vários grupos surgiram com o interesse em mobilizar para mudar sua posição nesta “hierarquia”. Contudo, vê-se autores, tais como Fredrickson (1995), relatando que a identidade racial poderia ser uma ferramenta útil e poderosa para alcançar a solidariedade de grupo.

De acordo com Munanga (2005, p.21), com o desenvolvimento da produção de conhecimento na esfera da ciência biológica, pode-se entender que:

Os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás cientificamente inoperante, para explicar a diversidade humana e para dividi-las em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

De fato, esses grupos buscando tal mobilização encontrariam concorrentes de identidades de grupos, como tribais, regionais, étnicos, linguísticos e de classe. Essa lista permitiria que o branco colonialista colocasse sua vantagem de “jogar” um grupo contra o outro, desse modo, pode-se notar um uso estratégico que poderia ser implantado da identidade étnica e racial, conforme relata Fenton (1999).

Sollers (1997) produziu estudos importantes sobre identidades de “raça mista” que cruzam as fronteiras da Europa e das Américas. Root (1996) selecionou uma coleção de ensaios que lidam com a construção da identidade racial além da escolha visual.

A diferença entre uma escolha visual de uma identidade racial em oposição a ter uma identidade racial “imposta” pelo Estado e/ou uma realidade empírica

obstinada de um consenso de grupo que, de modo geral, é baseado, principalmente, no fenótipo e estereótipo do indivíduo, é encontrado de forma mais variável ao longo do tempo e do local. Em síntese: existem fatores econômicos, políticos e sociais concretos frente aos reflexos psicológicos para a escolha de determinadas identidades. Logo, é por isso que pode verificar milhares de pessoas de pele clara que vivem praticamente sob regime de escravidão em carvoarias e fazendas no Brasil.

Nesse ponto, é importante salientar, conforme a ótica de Munanga (2005, p.175):

Os grupos lançam mão do conceito, dando-lhe um outro significado, relacionado ao reconhecimento da diferença entre grupos humanos, sem atribuir qualidades positivas ou negativas, ao reconhecimento da condição das origens ancestrais e identidades próprias de cada uma deles, Ou seja, ao utilizar o conceito raça negra no Brasil, denunciam o racismo, alertando para o fato de que aqueles classificados como negros (pretos, pardos, morenos e mulatos) estão expostos à condições de vida, educacionais e salariais extremamente desiguais quando comparados ao segmento branco da população brasileira.

A saber, indivíduos que redefinem coletivamente suas próprias situações e, assim, revelam como a “raça” é, vê-se a ponderação devido a interpretação do sujeito e sua circunstância, conforme relata Lal (1990) e Perry (1998).

2.8. IDENTIDADE BRANCA

Nos últimos anos, o conceito de identidade racial branca, por exemplo, tem sido foco crescente como base as maneiras pelas quais o privilégio branco é incorporado em uma normalidade sem rosto e considerada como certa (WARREN, 2000)

Twine e Warren (2000) montaram um estudo em que eles levantam uma discussão buscando gerar uma maior consciência da sociedade frente às maneiras pelas quais se vê a estratificação racial e o seu ignorar pela sociedade.

Compreende-se que existem identificações múltiplas e simultâneas de um indivíduo, logo, a tarefa do analista social ao tentar entender as circunstâncias sociais em um conjunto específico de identidades pode ser bastante árduo. Ou seja, para

sociólogo, por exemplo, ao invés de argumentar pela primazia e o caráter “essencialista” de uma identidade, a tarefa relevante, nesse ponto, é compreender por que a identidade A, B ou C surge como primária. Assim, pode ser importante pensar em uma série de múltiplas identidades latentes que são ativadas ou desativadas com base em aspectos sociais e circunstâncias políticas.

Nesses termos, a questão empírica de quando e por que a “identidade racial” é acionada não é menos atraente quando colocada como uma questão teórica. Na busca literária, vê-se o modelo de Identidade Racial Branca que foi desenvolvido por Janet Helms em 1990, que compreende um modelo de identidade racial e étnica criado especificamente para pessoas que se identificam como brancas. Essa teoria tornou-se amplamente referenciada e estudada sobre o desenvolvimento da identidade racial branca. Esse modelo foi criado "para aumentar a conscientização das pessoas brancas sobre seu papel na criação e manutenção de uma sociedade racista e a necessidade de que elas ajam de maneira responsável, desmantelando o racismo sistêmico através de uma estrutura de poder e privilégio. Além disso, Helms apresentou a ideia de que todas as pessoas têm uma identidade racial de alguma forma que é influenciada por poder e privilégio (HELMS, 1992).

O modelo de identidade racial branca é dividido em cinco estágios, divididos em dois grupos: abandono do racismo e evolução de uma identidade não racista. Os indivíduos brancos passam da compreensão de si mesmos como seres raciais e do privilégio associado a serem brancos, para se apropriar e abandonar o privilégio racial e, finalmente, aprender sobre outros grupos raciais (HELMS, 1992).

Na primeira fase, o abandono do racismo, os indivíduos que identificam brancos não têm consciência de sua raça e privilégio até encontrar uma perturbação relacionada à raça. Essa perturbação desafia as ideias de brancura do indivíduo e como ele desempenha um papel em uma sociedade racista. Após esse encontro, o indivíduo começa a entender a importância da raça e sua relevância para o poder. Nesse estágio, uma pessoa passa por três outros subestágios: Contato, Desintegração e Reintegração (HELMS, 1992).

Depois que um indivíduo passa pela fase um, passa para a fase dois, a evolução de uma identidade não racista, onde começa a refletir mais seriamente sobre

sua identidade e sobre como interage com o ambiente. Eles começam a fazer mais esforços para interagir e aprender com diferentes grupos raciais. Helms escreveu que as pessoas nessa fase estão trabalhando para serem brancas sem serem más ou racistas. Os estágios pelos quais uma pessoa se move nessa fase incluem pseudoindependência, imersão e autonomia (HELMS, 1992).

Uma das principais críticas desse modelo é que ele está desatualizado e não é tão aplicável como era antes. A teoria foi criada em 1990 e revisada em 1995. Embora tenha sido atualizada, existem muitos outros modelos de desenvolvimento e consciência de identidade branca que foram adaptados a partir disso que alguns pesquisadores e profissionais consideram mais relevantes. Row, Bennett e Atkinson criaram sua própria teoria em resposta às preocupações que tinham com o modelo de Helm. Essas críticas incluíram o foco singular nos negros e na relação branco-preto, o foco do estágio de desenvolvimento do modelo e as semelhanças com os modelos de identidade étnica, portanto, eles criaram a Teoria da Consciência Racial Branca para abordar essas preocupações (ROWE *et al.*,1994).

3 TRAJETÓRIA DO NEGRO: AS CONTRIBUIÇÕES HISTÓRICAS SOBRE A NEGRITUDE NO BRASIL E NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

O presente capítulo sublinha a necessidade de entendermos a vinda do negro para o Brasil. Objetiva mostrar um pouco da história dos afrodescendentes em nosso país e nosso estado, colaborando para compreendermos de que forma se deu o tráfico de negros e como foram mutiladas e condenadas as suas culturas de origem.

Desde a libertação dos escravos negros em 1888, o racismo se reinventou e contraiu novas formas de manifestação. Sendo assim, o dia da abolição da escravatura deve ser um momento de repensar e refletir a respeito dessa ação forte e prolongada que gerou a escravidão como um processo que durou mais de três séculos e que promove, até hoje, a segregação racial.

Existe, por parte da sociedade, uma inexistente conscientização da trajetória do povo afro-brasileiro, assim como sua importância para a história do Brasil com seu legado histórico-cultural e influências presentes em todos os que vivem neste país.

3.1. UM BREVE APANHADO HISTÓRICO DA TRAJETÓRIA DO NEGRO NO BRASIL

A vivência dos africanos e seus descendentes vêm sendo consolidada a três séculos de história, nos mais múltiplos aspectos da sociedade brasileira. Uma das mais concretas demonstrações de que seria impossível falar de cultura brasileira sem estarem presentes as matrizes africanas é a infinita contribuição e forte influência da disseminação africana na sociedade brasileira. De uma forma muito ampla, podemos citar a grande ascendência no mundo musical, na língua escrita e falada, nas festas populares, na culinária e, sobretudo, nas religiões de matriz africana. Segundo Freyre (2005, p.391), há de se considerar que mesmo os escravos fugidos detiveram uma forte ação desbravadora na civilização brasileira, sempre exaltando a cultura das populações indígenas, pois serviam como agentes de ligação com a colônia portuguesa e com a Igreja Católica.

Contudo, a importante contribuição e participação dos africanos e dos afrodescendentes aparecem na História brasileira em segundo plano, calcada no

estereótipo, folclorizada e habitualmente fora de foco (COUTO, 2009). Essa falta de reconhecimento histórico não afeta de forma significativa a vida dessa atual parcela da população brasileira. Como, por exemplo, retrato da desqualificação de sua identidade cultural pela negação de uma identidade particular. Resulta ainda em fenômenos de redução, fragmentação, desumanização e invisibilidade a respeito dos afrodescendentes na história social, cultural, política e econômica do país, que afeta não apenas esse grupo, mas toda a História da Nação. Barbosa (2002) destaca que tal técnica de minimalização cultural, seja através de humilhação, ou na recusa em aceitar as diferenças, dificulta não só o espírito cooperativo como o diálogo verdadeiro:

A garantia prévia de uma impermeabilidade étnico-cultural bloqueia outros processos diferenciativos desejáveis e que se encontram disponíveis em condições espontâneas.

[...]

Vê-se assim a dificuldade de uma sociedade heterogênea, baseada em esquema de dominação cultural, para apresentar-se como sociedade aberta e, portanto, democrática” (BARBOSA, 2002, p.41).

O complexo processo de construção da identidade em uma sociedade que chega ao século XXI marcada por intensas transformações e também por permanências profundas, nesse aspecto, os problemas sociais experimentados pelo povo afrodescendente, em especial a exclusão e o preconceito às diferenças, em vista:

[...]da pessoa negra trazer do passado à negação da tradição africana, a condição de escravo, o estigma de ser um objeto de uso como instrumento de trabalho e ter de lidar, no presente, com a constante discriminação racial e, mesmo sob tais circunstâncias, tem a tarefa de construir um futuro promissor. (FERREIRA, 2001).

A vivência negra no Brasil tem suas raízes históricas no passado escravista, e ao fato de o Brasil ter sido colonizado pela monarquia portuguesa, dona do principal período, do monopólio do tráfico transcontinental de escravos. Situação que tem levado alguns historiadores a estimar que o Brasil foi a principal colônia importadora de escravos africanos. Não há números precisos de quantos africanos foram traficados para o Brasil, mas estima-se que, entre os séculos XVI e XIX, mais de 11 milhões de homens, mulheres e crianças africanos foram transportados para as Américas. (FRAGA FILHO, 2006, p.40).

Esse número não inclui os que não conseguiram sobreviver ao processo violento de captura na África e aos rigores da grande travessia atlântica. Os portos brasileiros teriam recebido aproximadamente quatro milhões de escravos, ou seja, a cada dez escravos africanos trazidos para as Américas, quatro vinham para o Brasil (FLORENTINO, 1995). Nenhuma outra região americana esteve tão ligada ao continente africano por meio do tráfico como o Brasil. O dramático deslocamento forçado, por mais de três séculos, uniu para sempre o Brasil à África:

Assim, durante três longos séculos, e sem que jamais seu fluxo se exaurisse, o tráfico de negros trazidos da África para o Brasil mescla, sem as confundir, etnias, tribos, clãs. Eis que a organização política, econômica e social dos africanos é complexa, representa todo um mundo coerente de sociedades bem diversas, que cumpre descrever resumidamente para que se compreenda quem é vendido como escravo e será forçado à grande viagem para o desconhecido (MATTOSO, 1988, p.22-23).

O Brasil, como colônia portuguesa, dependia de grande suprimento de africanos para atender às necessidades crescentes de uma economia carente de mão-de-obra. A migração transatlântica forçada foi a principal fonte de renovação da população cativa no Brasil, especialmente nas áreas ligadas à agricultura de exportação, como cana-de-açúcar. A população escrava foi submetida a péssimas condições de vida e a maus-tratos. O índice de mortalidade infantil era alto e baixíssima a expectativa de vida. Além dos que morriam, o tráfico repunha os que saíam do sistema através da alforria ou da fuga para os quilombos. Assim, havia demanda constante de escravos africanos, algo que se intensificava nos períodos de crescimento econômico.

Após serem retirados à força de sua terra de origem, eram presos uns aos outros por correntes de aço para impedir as possíveis tentativas de fuga. Abaixo de açoites eram levados em marcha até o porto. As mortes pelo caminho eram comuns, pois o alimento e água eram insuficientes, além dos constantes maus-tratos. Os cadáveres eram desprendidos das correntes de aço e jogados em um ponto qualquer do caminho. Os sobreviventes vinham atirados e amontoados nos porões dos navios, onde era tão escuro que não se sabia se era dia ou noite.

Souza descreve que (2008, p.84): “Além de serem afastados das aldeias nas quais cresceram e que eram o centro de seu universo, muito poucas vezes

conseguiam se manter próximos de conhecidos e familiares mesmo quando todos eram capturados juntos”. Na melhor das hipóteses, perdia-se 10% da “carga”. Em muitos casos morreu metade dos indivíduos transportados, era natural que o morticínio fosse acentuado, devido às péssimas condições. (MACEDO, apud. MARTINS, 1974, p. 29).

O processo de expansão colonial está diretamente ligado com a importância do tráfico negreiro. E com isso tornou-se necessário a criação de leis para controlar esse grupo de pessoas. Produziu-se, então, no Brasil uma concreta legislação aos padrões de conduta sobre a população não escrava, e, conseqüentemente, leis comerciais e de dominação social sobre a população escrava.

As leis eram submetidas a análises e aprovações em assembleias legislativas e câmaras municipais, passando por inúmeras mudanças e adaptações ao longo do período, levando em consideração a sociedade colonial, suas situações políticas e econômicas.

Com o deslocamento da Coroa Portuguesa para o Brasil, e elevação de D. Pedro à posição de nosso primeiro monarca, a legislação pátria continuou atenta às situações que pudessem motivar a autonomia para os escravos. A lei de 29 de março de 1719 proibia aos mulatos, pretos e escravos o uso de facas e outras armas sob pena de 10 anos de galés¹. Em 25 de junho de 1749, outra legislação de igual natureza foi estendida aos forros e negros livres. O escravo que assassinasse o seu senhor estava sujeito à penalidade de morte até 1886, ano em que a pena de morte foi totalmente abolida no Brasil.

Segundo Azevedo em seu clássico livro “*Onda negra: medo branco*” nos informa que somente a partir de 1857 as galés perpétuas “passaram a constituir oficiosamente a penalidade máxima do Império, ao invés da pena de morte prevista na lei de 10 de junho de 1835, a qual já instituía para os escravos que cometessem homicídio ou ferissem feitores, senhores e respectivas famílias” (1987, p.182).

Mattoso traz alguns exemplos do dia a dia da população escrava no Brasil durante o período Imperial:

¹ A pena de galés era a punição na qual os condenados cumpriam a pena de trabalhos forçados. Era uma espécie de sanção criminal.

[...] até 1824 as mutilações em escravos desobedientes eram autorizadas: marcas a ferro em fogo, esmagamento de dedos por algemas e tarraxas, corte de orelhas, amputação parcial dos pés, não eram raros. Mas o chicote não perde a condição de instrumento preferido da repressão e somente é abolido em 1886. Uma provisão em 1830 proíbe passar de 50 chibatadas em cada castigo. Então, as sentenças de 400 e 300 chicotadas eram divididas por vários dias, sem o perigo de matar o escravo, o que geralmente ocorria quando a pena era aplicada de uma só vez. (MATTOSO, 1988, p.156).

3.2. A ESCRAVIDÃO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

A própria atuação dos capitães-do-mato², a exemplo da legislação de outros estados, era absolutamente legalizada, com valores pelas capturas formalmente contratadas. A definição de um quilombo não exigia, no caso da província do atual Estado do Rio Grande do Sul, um ajuntamento de escravos fugidos superior a três. É possível imaginar a extensão da prática de capturas realizadas pelos capitães-do-mato e, também, considerando a expressiva variação de preços entre a captura individual de um escravo e de um grupo aquilombado a rentabilidade dessas últimas formas de captura.

Segue conjunto de leis escravistas:

LEI Nº 14 DE 22 DEZEMBRO DE 1837

Antonio Eliziario de Miranda e Brito, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, etc. Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte: Art. 3º - São proibidos de frequentar as Escolas Públicas: §2º - Os escravos, e pretos ainda que sejam livre, ou libertos.

[...]

Art. 2º - São proibidos de frequentar as escolas públicas: 3 – Os escravos.

Fonte: BARBOSA, Eni (Org.) O Processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Fontes. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Grande do Sul; CORAG, 1987. pp.14-15.

LEI Nº 157 DE 9 DE AGOSTO DE 1848

[...]

POSTURAS POLICIAIS DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO LEOPOLDO

Art. 12º – Nenhum escravo, ou escrava, seja qual for o motivo ou protesto,

² No Brasil, o capitão do mato foi o serviçal de uma fazenda ou feitoria encarregado da captura de escravos fugitivos. Na sociedade brasileira gozavam de pouquíssimo prestígio social e eram suspeitos de sequestrar escravos apanhados ao acaso, esperando vê-los declarados em fuga, para devolvê-los aos donos mediante o pagamento de recompensa.

poderá viver sobre si em qualquer casa, sob pena de pagar o senhor do escravo ou escrava, a multa de 4\$rs pela primeira vez, e o duplo na reincidência: à iguais penas fica também sujeito o proprietário da casa alugada a escravos.

[...]

Art. 17º – Os Capitães-do-mato tem direito a quantia de 4\$rs por cada um escravo ou escrava fugida, que prenderem dentro dos limites da Vila, e do seu município, e à de 20\$rs cada um, que prenderem em quilombos. Estas quantias serão pagas pelos donos dos escravos. Por Quilombo entende-se a reunião no mato ou em qualquer lugar oculto de mais de três escravos.

Fonte: BARBOSA, Eni (Org.) O Processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Fontes. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Grande do Sul; CORAG, 1987. pp.98-99.

LEI Nº 271 DE 9 DE MARÇO DE 1857

O Comendador Patrício Corrêa da Câmara, Vice-Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

[...]

Art. 15º – Proibi-se conduzir dentro das ovações gado puxado a laço, andar montado em animais chucros, ou redomões, sob pena de 2\$000 rs de multa, e sendo escravo poderá comutar-se em vinte açoites.

Fonte: BARBOSA, Eni (Org.) O Processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Fontes. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Grande do Sul; CORAG, 1987. pp.107-108.

LEI Nº 532 DE 14 de abril de 1863

O Dr. Esperidião Eloy de Barros Pimentel, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos os seus habitantes, que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

CÓDIGO DE POSTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL DA VILA DE SÃO JERONYMO.

Art. 38º – É proibido o ajuntamento de escravos nas tabernas, armazéns de outras quaisquer casas, fazerem vozerias, cantando, dançando, jogado, sob multa de 10\$000 réis ao dono do armazém, tabernas ou outra casa etc.

Fonte: BARBOSA, Eni (Org.) O Processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Fontes. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Grande do Sul; CORAG, 1987. p.123.

LEI Nº 684 DE 24 DE AGOSTO DE 1869

O Dr. João Sertório, Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul. Faço saber a todos as autoridades que a Assembléia Legislativa Provincial decretou, e eu sancionei a Lei seguinte:

[...]

Art. 24º – Andar a cavalo, com carga, ou estar parado com carga nas calçadas ou passeios públicos. Pena: multa de 1 a 4\$000 réis, e não tendo com o que pagar sofrerá 2 dias de cadeia; ser for escravo poderá, a requerimento de seu senhor ser a pena comutada em açoites.

Art. 26º – Correr a cavalo, em mula, carretam carretinha, ônibus ou qualquer

outra dessas espécies pelas ruas da vila ou povoação, à exceção dos militares em serviço e dos professores de saúde no exercício da profissão. Penas: multa de 6\$000 rs, e se for escravo sofrerá imediatamente vinte e cinco açoites, independente de processo.

Art. 35º – São Absolutamente proibidas as reuniões de escravos com tambores e cantorias dentro da vila ou povoação; o dono terá 20\$000 rs de multa, e os escravos sofrerão 25 açoites.

Fonte: BARBOSA, Eni (Org.) O Processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul – Fontes. Porto Alegre, Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Grande do Sul; CORAG, 1987. Pp.144-145.

Esse conjunto de legislações demonstra aspectos do cotidiano das relações escravistas no país. O resumo legislativo demonstrado acima comprova que, ao contrário do que por muito tempo se acreditou, no século XIX, o estado do Rio Grande do Sul, apresentou significativa presença da população escrava.

As compras de escravos exigiam certa experiência. Provava-se o suor, o comprador passava o dedo pelo corpo do escravo e lambia para sentir se era suor verdadeiro ou efeito de algum óleo para tornar a pele brilhante, já que o suor na pele do escravo demonstrava bom estado de saúde. Todo o corpo examinado.

Quando se tratava de mulher, os seios eram bem examinados pois poderia vir a servir como ama de leite e bem assim as nádegas. Tinha-se interesse em negras do traseiro grande, bem servido de carnes, porque isso era – diziam – indício de força, saúde e qualidade de boa parideira, capaz de dar novos escravos ao senhor. (MACEDO, 1974, p.32)

Entre 1835 e 1888, fase de formação e desenvolvimento de grande parte da rede municipal gaúcha foi sancionada inúmeras leis escravistas, para 44 municípios. Nesse período, a população escrava do estado aumentou nove vezes, passando de 7.500 em 1823, para 67.791 em 1872. Isso fez com que ocupássemos o *ranking* das províncias com o maior número de pessoas escravizadas, ficando somente atrás das províncias do Maranhão com 74.939, Pernambuco com 89.028, São Paulo com 156.612, Bahia com 292.637, Rio de Janeiro com 292.637 e Minas Gerais com a maior população escrava, num total de 370.459 escravos. (BARBOSA, 1987).

Analisando as legislações, podemos ver de forma clara alguns dos limites que os escravos eram submetidos, como, por exemplo, “viver sobre si em casa alugada”, necessitavam de uma concessão dada por seu dono que este,

consequentemente, pagaria uma taxa anual à câmara municipal por dada concessão.

Indicando o quão profundo era o cotidiano escravista neste período monárquico, podemos citar que a regulação sobre a população escrava era, igualmente, estendida à população livre, ou seja, as infrações cometidas pelos proprietários das casas alugadas, tanto por senhor como por escravos, variavam entre prisões e multas.

Outro exemplo de que o estado de controle se estende também à população livre é a proibição da convivência com as práticas de cantoria, batuques, danças ou qualquer tipo de agrupamento, fundamentando que isso resultaria em transgressões para a sociedade branca. As penas para essas práticas eram de açoites para os escravos e multas para os proprietários de casas em que essa prática ocorresse.

3.3. O PROCESSO DE “FIM” DA ESCRAVIDÃO

O tráfico passou a ser considerado pirataria no ano de 1826, com a assinatura do tratado ou convenção entre o Império do Brasil e a Grã-Bretanha. O que ocorreu única e exclusivamente por uma forte pressão da Inglaterra. A luta contra o tráfico de escravos tem início em 1807, quando a Inglaterra proíbe o tráfico entre sua população e inicia-se uma extensa movimentação para eliminá-lo em outros países sujeitos à sua influência econômica.

Contudo, o Estado Império brasileiro resistiu praticando o tráfico até o ano de 1850, momento em que não pôde mais ser sustentada tal prática devido à forte vigilância e ferrenhas apreensões de navios negreiros.

Embora vigorassem leis proibitivas para a escravidão, a importação de negros não parou até as vésperas da Abolição. Os senhores de escravos sempre encontravam meios de burlá-las e, na maioria das vezes, com o auxílio das próprias autoridades, o que é muito compreensível, visto que a classe dominante era constituída de fazendeiros de café e donos de engenhos, seus parentes e aderentes, rapidamente transformados em nobres da Colônia e do Império [...] (LUNA, 1968, p.98).

A presença escrava dos períodos colonial e monárquico foi responsável por fornecer a qualquer visitante estrangeiro a impressão de que o Brasil era, acima de

tudo, um país numericamente dominado pela população de origem africana. Colaborando com o surgimento no final do século XVIII e início do século XIX, de um “racismo” científico, o qual considera os traços culturais pouco relevantes para a formação identitária, o que pesa é o fundamento biológico, exercitado a fim de ressaltar a hegemonia e superioridade de alguns indivíduos sobre outros.

Segundo De Gobineau (1855), às vezes chamado de “pai do racismo moderno”, existiriam três raças: a branca (Caucasiana) com inteligência, moralidade e força de vontades superiores, os negros (Negróides), em contrapartida, possuíam menor capacidade, e traços de natureza animal, ausência de moralidade além de uma instabilidade emocional e os amarelos (Mongolóides). Essa teoria influenciou Adolf Hitler em sua ideologia nazista, além de outros grupos de supremacia branca, como a Ku-Klux-Klan nos Estados Unidos e os ideais do *apartheid* na África do Sul.

A comunidade científica abandonou essa teoria, bem como o conceito de raça, após a Segunda Guerra Mundial, em razão das diferenças de tipos físicos entre os grupos humanos surgirem da procriação consanguínea, que varia de acordo com o grau de contato entre os diferentes grupos culturais.

A raça pode ser entendida como um conjunto de relações sociais que permitem situar os indivíduos e os grupos e determinar vários atributos ou competências com base em aspectos biologicamente fundamentados (...)
São também fatores importantes na reprodução de padrões de poder e de desigualdade na sociedade. (GIDDENS, 2005)

Segundo Goffman (1988), o conceito de raça é atual, porém a discriminação e o preconceito têm se alastrado há muito pela história humana. O preconceito é determinado pelas opiniões ou atitudes tuteladas por membros de um determinado grupo, seria os meios de categorizar as pessoas baseado em concepções transformadas em expectativas normativas.

Os preconceitos geralmente são baseados em estereótipos ou atributos considerados comuns e naturais para membros dessa categoria, segundo o Goffman (1988), seria a sua “identidade social”, já que nele se incluem predicados pessoais, como honestidade, e predicados estruturais, como ocupação. Tal característica é um estigma, ou seja, um atributo depreciativo. Para Goffman, o estigma é uma identidade

deteriorada, devendo portanto ser combatida e evitada, pois é tida como um mal dentro da sociedade.

Em concordância com Goffman, para Martin (1986), estigma:

[...] são marcas desacreditáveis que são estabelecidas por outras pessoas em encontros sociais e em envolvimento afetivos [...]. Estigma é produto da aprendizagem, e é na interação social onde se dá, geralmente, a estimulação ou iniciação do processo de aprendizagem social. (MARTIN, 1986, p.147).

Goffman ainda menciona três tipos de estigmas nitidamente diferentes: as abominações do corpo, representadas pelas várias deficiências físicas; as de caráter individual, percebidas como as paixões, ausência de caráter, como vícios, distúrbios mentais dentre outros; e os ora estudados que se transmitem pela linhagem, como os tribais de raça, nação e religião.

O Brasil é o país com a maior população negra, fora da África. Estima-se ser superior a setenta milhões de pessoas – classificação segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre negros e pardos. Contudo, a maciça presença negra no país, a representação dessa população é praticamente invisível, "encontra-se sub-representada no parlamento, nos fóruns de poder institucional, nas universidades etc. Mesmo na televisão e nas propagandas, homens e mulheres negras são invisíveis" (GOMES, 2003, p.13). Em outras palavras, significa que:

As estruturas da sociedade de classes não conseguiram, até o presente, eliminar normalmente as estruturas preexistentes na esfera das relações raciais, fazendo com que a ordem social competitiva não alcance plena vigência na motivação, na coordenação e no controle de tais relações. (FERNANDES, 1965, vol. 2, pp.389-391).

Enquanto a discriminação é a atividade de excluir os membros de um grupo pré-concebido de oportunidades abertas às demais pessoas, quando decorrente de aspectos de linhagem, ocasiona o racismo como a rasura da identidade social ou individual de um indivíduo.

3.4. MISCIGENAÇÃO: CRUZAMENTO DE RAÇAS DIFERENTES

Segundo a literatura especializada, as relações inter-raciais iniciaram-se no Brasil, no âmbito da vida privada, desde os primórdios da colonização, principalmente a partir do estupro e de outras formas de violência cometidas por “homens brancos” portugueses contra “mulheres negras” ou “indígenas”. O censo de 1960 apontou que, naquele ano, 8% dos casamentos eram “inter-raciais” no país. Em 2010, esse percentual saltou para 31%. Ou seja, quase um terço das uniões matrimoniais realizadas no Brasil acontece entre pessoas que se autotransmitem como sendo de “raças diferentes”. O fenômeno é muito comum entre as classes mais pobres, porém raríssimo entre as classes ricas.

De modo geral, todas as sociedades ou grupos sociais, contemporâneos, possuem mistura de diferentes etnias. Resultam de um longo desenvolvimento de miscigenação das populações. Podemos definir o conceito “miscigenação” como a mistura resultante de casamentos ou relações sexuais de um homem e uma mulher de etnias distintas. Ou seja, ela ocorre na união entre negros e brancos, brancos e amarelos e entre amarelos e negros. A partir da cor da pele, as “raças” são divididas, de forma popular, entre negros, brancos e amarelos. Porém, no sentido biológico, negros, amarelos e brancos não constituem raças, mas sim grupos humanos de significado sociológico.

Qualquer um que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem. São, porém, estes elementos de natureza muito diversa, tendo para a formação do homem convergido de modo particular três raças (...). Do encontro, das relações mútuas e mudanças dessas três raças, formou-se a atual população, cuja história por isso mesmo tem um cunho muito particular. (MARTIUS, 1956 [1845], p.441)

O antropólogo Darcy Ribeiro (1995) desenvolveu, no Brasil, o “mito das três raças”, o que foi amplamente popularizado e que se trata de uma noção desenvolvida no senso comum, onde consiste na afirmação de que a cultura e a sociedade brasileiras foram constituídas através de influências culturais de três raças: a europeia (portuguesa), a africana e a indígena, ou seja, a história do Brasil é a história das relações inter-raciais.

Para entendermos melhor a miscigenação, não podemos deixar de falar um pouco mais sobre o mito das três raças. O Brasil era formado por três raças: o branco, o negro e o índio. A identidade nacional brasileira começou a ser construída em 1922, com a independência. Nesse momento de emancipação política, havia a preocupação de que país seria construído longe de Portugal. O Brasil precisava de uma identidade independente. Para isso foi necessária três criações.

A primeira necessidade foi a criação de escolas de medicina. Pois, com a chegada dos portugueses, eles trouxeram da Europa doenças que antes não existiam no Brasil, como sarampo, rubéola, catapora e sífilis. Daí o termo “sifilização” muito usado por Freyre em “Casa Grande e Senzala”, onde, segundo o autor, o Brasil foi “sifilizado” e não civilizado pelos portugueses. Portanto, foram criadas escolas de medicina pela extrema necessidade de haver médicos, inclusive pelas condições insalubres que as metrópoles estavam se tornando.

[...] os europeus e seus descendentes tiveram [...] de transigir com índios e africanos quanto às relações genéticas e sociais. A escassez de mulheres brancas criou zonas de confraternização entre vencedores e vencidos, entre senhores e escravos. Sem deixarem de ser relações – a dos brancos com as mulheres de cor – de „superiores” com „inferiores” [...]. A miscigenação que largamente se praticou aqui corrigiu a distância social que de outro modo se teria conservado enorme entre a casa- grande e a mata tropical; entre a casagrande e a senzala. O que a monocultura latifundiária e escravocrata realizou no sentido de aristocratização, extremando a sociedade brasileira em senhores e escravos, com uma rala e insignificante lambujem de gente livre sanduichada entre os extremos antagônicos, foi em grande parte contrariado pelos efeitos sociais da miscigenação. (FREYRE, 2006, p.33).

O segundo momento foi a necessidade de criação de escolas de direito. Precisava ter advogados para que começassem a dar início à criação de leis. O Brasil necessitava de uma legislação própria para poder funcionar de forma independente.

O terceiro aspecto, muito inusitado, foi a criação do instituto histórico geográfico brasileiro em 1844. A função desse instituto era estabelecer de fato a inventar nossa tradição, o que seria então a nossa característica. Para isso, foi criado um concurso com o título “Como escrever a história do Brasil”, pertinente para a época. Ao contrário do que seria lógico, quem ganhou esse concurso não foi um brasileiro, mas sim o estrangeiro Carl Martius, médico e antropólogo alemão. Defendendo a proposta de que a nossa história era miscigenada por três raças, em

que se originou o chamado mito das três raças.

No decorrer desse capítulo, veremos que, nesse período, várias correntes surgiram em relação à miscigenação, algumas apoiando e outras com posições contrárias à mestiçagem. Inclusive, muitos médicos dessa época afirmavam que a cor da sociedade brasileira seria o processo de purificação. Deveria haver um processo de esterilização do mestiço e acreditavam que eles deveriam ser os responsáveis por esse grande trabalho, em prol de sua nação. Alguns médicos, como Nina Rodrigues que, além de médico, era antropólogo e famoso professor na Escola de Medicina da Bahia no início do século XX, ainda defendia o tipo de visão negativa do cruzamento. Para Nina, o país, assim misturado, não tinha futuro, chegou a defender a ideia de que precisava ter um código penal para branco e outro para negros, que, além da separação física, deveria haver uma separação jurídica das raças e etnias.

Já os apoiadores da mestiçagem brasileira, como o autor Gilberto Freyre, fazia parte de uma geração científica sociológica que defendia que a formação cultural brasileira não é vinda de características biológicas como esses autores eugenistas faziam, na verdade, ele afirma que a nossa mestiçagem não teria um problema negativo propriamente, mas que a miscigenação gerava um fator positivo no Brasil, que é essa mistura ou essa grande confraternização harmônica das raças.

Silvio Romero considerava que da fusão e integração das raças e culturas surgiria o mulato, tipo caracteristicamente nacional. Mas o domínio racial e cultural seria da raça e da cultura brancas, devido à extinção do tráfico negreiro, à dizimação dos índios, e à imigração branca/europeia. Assim, a miscigenação serviria, antes de tudo, ao branqueamento da população e ao domínio do branco no tipo caracteristicamente nacional. (COSTA, 2009, p.2)

Tal situação seria profundamente alterada na década de 1930, quando novos projetos modernistas alterariam a percepção. A obra *Macunaíma* (1928) de Mário de Andrade, por exemplo, mostrava um país de costumes, raças e culturas cruzados, assim como Gilberto Freyre, em *"Casa Grande e Senzala"* (1933), em vez de entender o cruzamento como defeito, o transformava em saída para um mundo em guerra e marcado pelas perversidades do racismo.

Em sua obra *"Casa Grande e Senzala"*, Freyre demonstra que as relações

entre a casa grande e a sanzala eram muito tênues, como, por exemplo, o senhor branco patriarcal (Brasil vindo de um sistema patriarcalista), nas relações com suas escravas, tinham uma relação de fraternidade, uma relação de poder muito branda. Isso desperta na esposa do senhor branco um ódio às negras e faz com que o homem esteja isento, como o grande algoz e se torna a própria vítima.

Resultado da ação persistente desse sadismo, de conquistador sobre conquistado, de senhor sobre escravo, parece-nos o fato, ligado naturalmente à circunstância econômica da nossa formação patriarcal, da mulher ser tantas vezes no Brasil vítima inerme do domínio ou do abuso do homem; criatura reprimida sexual e socialmente dentro da sombra do pai ou do marido. Não convém, entretanto, esquecer-se o sadismo da mulher, quando grande senhora, sobre os escravos, principalmente sobre as mulatas; com relação a estas, por ciúme ou inveja sexual. (FREYRE, 1933, p.57)

Outro grande apoiador da miscigenação e responsável pela divulgação do Brasil como um país miscigenado, vendido para o exterior como o paraíso das raças, foi Jorge Amado. Isso fica evidente em várias de suas obras, como *Tenda dos Milagres* e *Tieta do Agreste*, onde, segundo sua obra, ocorria exatamente o oposto: era a mistura que representava nosso “humanismo” e a lição que teríamos a dar para o resto do mundo. Portanto, sem negar os problemas sociais brasileiros, Jorge Amado sempre foi um grande otimista da mistura das raças.

Contudo, concomitante a essa literatura mais positiva, e que fez muitos seguidores no Brasil, por outro lado, ganhava força uma visão negativa, que entendia a mistura de raças como o significado de degeneração e impureza. O naturalista e matemático francês Buffon e o filósofo holandês Corneille de Paw foram os primeiros a sinalizar para a falta de futuro de uma nação mestiça. Essa definição entraria no Brasil no final do século XIX, com a interpretação de autores como Nina Rodrigues, citado acima, Euclides da Cunha e João Batista Lacerda.

A mistura de raças mui diversas é, na maioria dos casos, prejudicial. Ante as conclusões do evolucionismo, ainda quando reaja sobre o produto o influxo de uma raça superior, despontam vivíssimos estigmas da inferior. A mestiçagem extremada é um retrocesso. O indo-europeu, o negro e o brasílioguarani ou o tapuia, exprimem estádios evolutivos que se fronteam, e o cruzamento, sobre obliterar as qualidades preeminentes do primeiro, é um estimulante à revivescência dos atributos primitivos dos últimos. De sorte que o mestiço – traço de união entre raças, breve existência individual em que se comprimem esforços seculares – é, quase sempre, um desequilibrado. (CUNHA, 2010 [1902], p.132)

Com o decorrer dos anos, as duas versões proliferaram, mas não há como negar que a visão oficial do país guardou e selecionou uma representação positiva da mestiçagem não só biológica como cultural. É certo que ela não anula as diferenças econômicas e sociais existentes no Brasil, como bem mostrou Florestan Fernandes e todo o grupo da escola de sociologia paulista já nos anos 1960, mas anuncia uma especificidade deste país que sempre se comportou como um laboratório de raças.

O movimento negro teve grande colaboração na pesquisa do sociólogo Florestan Fernandes, que não é de caráter ideológico, mas de caráter científico. O movimento negro de 1930 e 1940 era um movimento de desmascaramento, criou uma contraideologia racial no Brasil. Que mostrava que havia duas versões, uma da sociedade oficial, que partia da constituição, dos códigos, da consciência das classes dominantes. Onde defendia a ideia de que no Brasil não existiam problemas, muito menos raciais. Enquanto o próprio negro apresentava a sua consciência como objetiva, crítica e antagônica a essa fraude da realidade e se debatia pelo que os negros, naquele momento, chamavam de “a segunda abolição”. Opondo a uma visão mistificadora da raça dominante, com uma visão esclarecedora e antagônica da raça dominada.

Qualquer que seja a tentativa de identificar a mestiçagem no Brasil, encontraremos dificuldades pela própria negação de algumas pessoas, acreditando terem identidade branca, por julgarem que, ao se identificar por esta cor, esta lhes dará superioridade (MUNANGA, 2008, pp. 15,16).

O fato de as pessoas se afastarem da identidade negra ou mestiça ocorre por serem negadas diante da sociedade branca. Ao se sentirem inferiorizadas, esquecem ou não veem como fortes, muitas vezes, as suas vitórias como, por exemplo, a de Zumbi dos Palmares, que se fez herói negro dos brasileiros, bem como também a vitória de encontrarmos hoje vivo o ser negro com sua cultura, religião, dança, arte e música herdadas por seus antepassados e escondida muitas vezes através do sincretismo religioso (MUNANGA, 2008, p. 15).

3.5. POLÍTICA DO BRANQUEAMENTO

O termo eugenia, que significa “bem-nascido”, era definido como o estudo

dos agentes sobre o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades das futuras gerações, física e mentalmente. Após o surgimento da eugenia nazista, que é parte fundamental da ideologia da pureza racial, a qual culminou no holocausto alemão, essas ideias sobre uma raça mais pura que a outra, vieram de *The inequality of human races* (um ensaio sobre as desigualdades sobre as raças humanas), do filósofo Arthur Gobineau, que foi publicado em 1854. Gobineau influencia tanto o nazismo alemão quanto as políticas raciais brasileiras, ambas beberam diretamente da mesma fonte.

No século XIX, o movimento eugênico espalha-se pela Europa e pelos Estados Unidos com o objetivo principal de estudar os mais diferentes grupos e encontrar o seu encaixe na sociedade. Já no final do século XIX, para Gobineau, o Brasil não tinha futuro por ser marcado pela presença de raças julgadas inferiores e a mistura racial daria origem a mestiços, pardos, degenerados e estéreis. Segundo o filósofo, essa característica já teria selado a sorte do país, a degeneração levaria o desaparecimento da população. Sendo assim, a única saída para os brasileiros seria um incentivo à imigração das raças europeias consideradas superiores.

Dessa forma, surgem as primeiras políticas de incentivo à imigração somente de europeus brancos, com o intuito de “clarear” o Brasil. Com o fim da escravidão, chega também o fim da monarquia, um leva ao fim do outro. A pergunta que se fazia era: o que faremos com um Brasil tão negro e o que faremos com esses negros.

Essas perguntas foram respondidas pelo representante brasileiro no congresso mundial das raças realizado em 1911, na Universidade de Londres, onde abordava os problemas causados pelos relacionamentos inter-raciais.

[...] o ideal de branqueamento tornou-se parte do projeto das elites dominantes para transcender o subdesenvolvimento. O ideal [...], já presente no pensamento abolicionista, não só era uma racionalização ex-post do avanço do estágio da mestiçagem racial da população do país, como também refletia o pessimismo racial do fim do século XIX. (HASENBALG, 1979, p.238).

Portanto, o racismo era científico e havia estudos sobre isso. O representante brasileiro que abordava essa problemática, que o Brasil apontava, era o médico e cientista João Batista de Lacerda, que tratou a miscigenação no Brasil como um

processo de branqueamento da população mestiça e essa seria a solução. Segundo ele, o cruzamento racial tenderia a fazer com que negros e mestiços desaparecessem do território brasileiro em menos de um século, ou seja, antes mesmo do final do século XX, possibilitando o branqueamento da população brasileira. Em sua compreensão, esse processo deveria ocorrer por alguns motivos principais, um deles é que os mulatos procurariam sempre encontrar parceiros que pudessem trazer de volta seus descendentes para o tipo branco puro, removendo assim os aspectos característicos da raça negra.

O racismo científico serviu não só para levantar dúvidas sobre a viabilidade nacional, mas também para justificar uma sociedade hierarquizada em senhores e escravos ao legitimar as diferenças entre as classes abastadas brancas e a população pobre e racialmente diversa, como bem elucida Roberto Ventura:

As teorias racistas se ligaram aos interesses dos grupos letrados de se diferenciarem da massa popular, cujas formas de cultura e religião eram depreciadas como atávicas, atrasadas ou degeneradas. A teoria racista não exprimiu, portanto, apenas interesses coloniais e imperialistas, já que se articulava aos interesses de grupos nacionais identificados com a modernidade ocidental. [...]. Assim, o racismo científico assumiu uma função interna, [...], de definição da classe senhorial e dos grupos dirigentes, perante uma população considerada étnica e culturalmente inferior. (VENTURA, 1991, pp.58- 60)

Além disso, a crescente entrada de imigrantes europeus no país, somada aos problemas sociais e o abandono que os negros foram obrigados a enfrentar desde a abolição traziam uma perspectiva futura de uma nação inteiramente branca.

Em um tom comemorativo, o médico e cientista João Batista de Lacerda concluiu a sua fala no “Congresso Universal de Raças” em Londres, dizendo que o Brasil caminhava para ser um dos principais centros de civilização mundial. O governo brasileiro sabia que os negros estavam vivendo em situação de total pobreza e ele acreditava que, através desse sistema, o empobrecimento levaria à morte e ao extermínio dessas pessoas até o final do século XX.

O governo segue à risca as ideias deixadas por Gobineau, deixando assim o Brasil sendo o primeiro país da América do sul a ter movimento eugênico organizado. A partir daí, a sociedade eugênica de São Paulo foi criada em 1918 e ditava as regras

sobre o sistema eugênico no Brasil. Em 1931, foi criada a Comissão Central Brasileira de Eugenia, presidida por Renato Ferraz Kehl, reunindo personalidades de destaque no debate das questões eugênicas no país, como Belisário Penna, Monteiro Lobato, Fernando de Azevedo, Ernani Lopes, entre outros.

Esse grupo tinha participações diretas do governo, propunham o fim da imigração de brancos e prestigiar e auxiliar as iniciativas científicas ou humanitárias de caráter eugenista. Essas medidas visavam impedir a miscigenação, tornando o higienismo e eugenismo regra no país.

Desde as fontes primárias para os estudos da eugenia no Brasil, destacam-se alguns documentos, como os “Anais da Eugenia”, um livro organizado por Renato Ferraz Kehl reunindo atividades das conferências da sociedade eugênica de São Paulo e o jornal periódico “Boletim da Eugenia”, entre 1929 e 1934, um instrumento de propaganda eugênica no país. Em 1933, o Brasil coloca na sua constituição a fomentação da educação eugênica e passa a estar na nossa lei.

O governo esperava que realmente esse grupo fosse exterminado. Com a sua história apagada e com a não obrigatoriedade dos estudos aos negros, o Brasil passou a ser visto como o país da democracia racial. Vários autores contribuíram para essa falácia, como já citado acima, Gilberto Freyre, trouxe a questão do negro como se fosse parte de uma democracia racial que, na verdade, faz parte de um sistema que foi aprovado com o objetivo de acabar com a raça negra no país em detrimento a outras raças.

3.6. O MITO DA DEMOCRACIA RACIAL (PARAÍSO DAS TRÊS RAÇAS)

A introdução do negro na sociedade brasileira deu-se pela aceitação dos modos e costumes brancos, pela incorporação dominante sobre o problema racial brasileiro. Com a “democracia racial”, a promoção do negro ao meio social branco seria uma maneira das elites demonstrarem uma possibilidade de mobilidade social negra, desde que obedecidos certos regulamentos, ou seja, de que não havia um problema racial de fato. Para o sociólogo A. Guimarães (2001), Vargas na política, Freyre nas ciências sociais e os demais modernistas nas artes e literatura, formariam uma elite responsável pela imagem de um novo recurso para a questão racial no Brasil, pois,

durante a República Velha, a apreensão social predominante foi gerar uma europeização dos costumes, por meio do branqueamento da população, como já vimos acima, e da importação de mão-de-obra europeia enquanto uma enorme massa de mestiços era deixada à margem do mercado de trabalho.

Meu entendimento é que devemos ver na „democracia racial” um compromisso político e social do moderno estado brasileiro, que viveu, alternando força e convencimento, do Estado Novo de Vargas até o final da ditadura militar. Tal compromisso consistiu na incorporação da população negra brasileira ao mercado de trabalho, na ampliação da educação formal, enfim na criação das condições infraestruturais de uma sociedade de classes que desfizesse os estigmas criados pela escravidão. A imagem do negro enquanto povo e o banimento, no pensamento social brasileiro, do conceito de “raça”, substituído pelos de „cultura” e „classe social”, são expressões maiores desse compromisso. (GUIMARÃES, A., 2001, p.137).

No final dos anos 1970, a contestação do mito da democracia racial ganhou maior relevância através dos trabalhos dos sociólogos Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, com base em dados quantitativos sobre as desigualdades no Brasil. Alguns intelectuais, como Florestan Fernandes, Octavio Ianni e outros brasileiros, começaram a considerar a democracia racial um mito que eternizava a desigualdade e a discriminação ao desviar a atenção da opressão racial e da subordinação dos negros (FERNANDES, 1969, p. 197; HASENBALG. 1979). Na segunda metade dos anos 1970, negros das principais áreas urbanas, principalmente Rio de Janeiro e São Paulo, questionaram ainda mais esse mito, organizando um movimento contra a discriminação racial. Militaram pela democracia política, pela melhoria nas condições econômicas da população negra e pelo orgulho racial.

Já para Florestan Fernandes, apesar da intensa miscigenação ocorrida no Brasil, há a permanência do preconceito racial. Resultado de uma transição incompleta, na evolução histórica, a passagem de uma estrutura social composta de castas, no período da escravista, para uma estrutura de classes. Ou seja, para o autor, as relações raciais no Brasil dependeriam muito menos da interação íntima entre senhores e escravos do que de uma estrutura social controladamente estratificada.

Não existe democracia racial efetiva, onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a “raças” distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências do bom-tom, de um discutível „espírito cristão” e da necessidade prática de „manter cada um no seu lugar”. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base

da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a e justificando-a acima dos princípios de integração da ordem social democrática. (FERNANDES, 1960, p.14)

Assim, o padrão tradicional das relações raciais, estabelecido como uma “persistência do passado”, poderia ser superada com a ampliação da oferta de emprego nos anos 1950, devido ao desenvolvimento capitalista, o que permitiria ao negro a condição de ascensão social, até então desconhecidas. E, dessa forma, podendo ocupar um novo lugar na estrutura de classes. Portanto, apesar da relativização e otimismo de Freyre, a evolução histórica deveria resultar numa solução não muito distante.

Considerando o impacto causado pela crítica de Fernandes ao mito da pacífica mestiçagem entre as raças na obra de Gilberto Freyre, a “democracia racial” acabou sendo colocada à prova, representando a elite agrária conservadora nordestina e um ensaísmo de tipo erudito destituído de base científica. (HOLANDA, 2010, p.63). Considerada uma espécie de falsa consciência, com o intuito de impedir a alteração dos padrões tradicionais brasileiros nas relações raciais. Ao contrário de estimular o respeito e a igualdade, a crença de que no Brasil não haveria discriminação funcionaria como um dispositivo para que o problema racial não fosse de fato encarado.

A ideia de paraíso racial serviu como parâmetro e objeto de estudo pelos norte-americanos que analisavam a forma contrária que conviviam negros e brancos nos Estados Unidos (HARRIS, 1956, 1964; DEGLER, 1976; MEYER, 1999). Os pesquisadores Marvin Harris e Donald Pierson, da *Columbia University*, desmistificaram os mitos que conduziam o ideário nacional brasileiro, como a obra de Freyre sobre a propensão inata dos portugueses para a miscigenação, o mito da escravidão benigna e a festejada democracia racial.

Hasenbalg (1996) destaca que, com a influência dos movimentos por direitos civis nos EUA e a formação de uma classe média negra, deu-se efetivamente a consolidação de um campo de estudos altamente crítico aos pensamentos de Gilberto Freyre e a seus seguidores no fim dos anos 1970. Por conseguinte, acredita-se que a “democracia racial” foi uma ideia criada para desarmar uma “bomba étnica” para

abrandar um potencial conflito entre brancos e não brancos, cegando os indivíduos negros com uma falsa impressão de que faziam parte da comunidade nacional, enquanto a estrutura de privilégios que historicamente os discriminou era mantida.

A partir dos anos 70, o conceito raça através, entre outros, da influência da discussão norte-americana, ganha renovada importância política no Brasil, funcionando como instrumento de ruptura da homogeneidade construída simbolicamente pela política da mestiçagem, como se se tratasse de dissociar os grupos socioculturais fundidos na simbologia da nação mestiça.

Assim, o conceito de raça se transforma em instrumento de mobilização política, em construção discursiva que deve fazer dos diferentes estratos populacionais afrodescendentes (...) um coletivo político capaz de enfrentar as desigualdades raciais. (...) O que se tem é uma estratégia política de delimitação e mobilização de grupos populacionais que, (...), continua sistematicamente discriminado. (COSTA, 2001, p.150).

Essa visão do “mito da democracia racial” vê uma permanente lembrança de que a nossa sociedade foi formada com bases complexas e extremamente mesclada, em que a cor da pele não impossibilitou uma importante identidade e integração entre dominados e dominadores, não é uma construção fantasiosa ou uma forma de perpetuar as hierarquias do Brasil Colonial, muito pelo contrário, “os candomblés, as macumbas, os espiritismos contemporâneos são o resultado de embates e negociações entre elite e povo, brancos e negros, letrados e iletrados ao longo dos anos” (FRY, 2005, p.162).

Encontrando-se aí uma percepção que surgiu a partir de Casa-grande & senzala e seus antagonismos em controle, de suas zonas de inserção e de tolerância convivendo lado a lado com a atrocidade própria do sistema escravocrata, porém bases fortes o suficiente para não gerar no Brasil grupos étnicos estagnados.

A “democracia racial”, no Brasil, foi mais um mito que uma realidade, ainda que o poder desse mito fosse significativo. A imagem de tolerância e de mobilidade social encorajou a quietude dos negros, deixando-os na base da pirâmide social sem reações de grande impacto. (...) (...) foi o “maior inimigo” e o impedimento para a formação da identidade e da mobilização. (MARX, 1996, pp.161- 164).

Para os sociólogos Pierre Bordieu e Loïc Wacquant, nos estudos no Brasil sobre “raça”, não assumir que a mestiçagem, nessa visão, era a única maneira de democratizar a relação entre senhores e escravos, para que no presente houvesse um “paraíso racial” entre brancos, indígenas e negros, é render-se ao imperialismo cultural dos Estados Unidos e seus particularismos históricos. Uma vez que esses

preceitos não respeitariam os princípios e códigos brasileiros, pois aqui, para os sociólogos, embora haja racismo, a ocorrência de preconceito de cor traria uma divisão social em que brancos oprimem negros:

No Brasil, a identidade racial define-se pela referência a um continuum de cor", isto é, pela aplicação de um princípio flexível ou impreciso que levando em consideração traços físicos como a textura dos cabelos, a forma dos lábios e do nariz e a posição de classe (principalmente, a renda e a educação), engendram um grande número de categorias intermediárias (mais de uma centena foram repertoriadas no censo de 1980) e não implicam ostracização radical nem estigmatização sem remédio. Dão testemunho dessa situação, por exemplo, os índices de segregação exibidos pelas cidades brasileiras, nitidamente inferiores aos das metrópoles norte-americanas, bem como a ausência virtual dessas duas formas tipicamente norte-americanas de violência racial como são o linchamento e o motim urbano. (BOURDIEU & WACQUANT, 2002 [1998], p.20).

Apesar de o "mito da democracia racial não refletir a realidade, constitui-se um ideal, um valor social para a maioria da população brasileira, Segundo Schwarcz, por exemplo, não basta "desmascarar" a "democracia racial" como uma "falsa ideologia". É imprescindível levá-lo a sério" (SCHWARCZ 1998. FRY 1995 e 1996). Para a antropóloga, "a oportunidade do mito se mantém, para além de sua desconstrução racional, o que faz com que, mesmo reconhecendo a existência do preconceito, no Brasil, a ideia de harmonia racial se impõe aos dados e à própria consciência da discriminação." Uma vez que o mito da democracia racial, como todo bom mito, possui distorções na igualdade absoluta que reconhece, mas possui verdades parciais ao apontar uma singularidade no relacionamento entre as raças.

4 RELAÇÕES INTER-RACIAIS

A fim de abordar a questão identitária na pós-modernidade, o presente capítulo trará valiosos conceitos de Stuart Hall, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman. Este tópico tem por finalidade analisar os impactos das relações cotidianas no desenvolvendo da identidade negra. Será abordada a importância que as relações sociais e cotidianas possuem na formação da identidade racial. Em seguida, discorrerá como os casais aqui analisados se reconhecem sobre os aspectos relativos à formação da sociabilidade, enquanto processo e forma de interação social dentro reconhecimento como condição de representatividade em relacionamentos inter-raciais. Ainda abordará a questão de raça e classe social, de que forma o negro brasileiro pode “branquear-se”, na medida em que se eleva economicamente e adquire os estilos comportamentais dos grupos dominantes. E, por fim, como se dá a seletividade matrimonial no Brasil e no Rio Grande do Sul.

4.1.O CENÁRIO LITERÁRIO SOBRE A RELAÇÃO INTER-RACIAL

Há aproximadamente 50 milhões de famílias no Brasil, segundo o IBGE (2010), com cerca de 70% dos casamentos ocorrendo entre pessoas da mesma cor. (IBGE, 2010). Particularmente, nas últimas décadas, as relações inter-raciais cresceram exponencialmente (WANG, 2012).

A realização deste estudo permite gerar a compreensão mais clara das relações inter-raciais e como estas promovem reduções na distância social, sinalizando a outras pessoas que barreiras raciais são permeáveis; encorajando outras pessoas a considerar amizades e relacionamentos românticos em linhas raciais.

Considerando que o cenário nacional frente à *harmonização racial*, há noções e conceitos paradigmáticos no imaginário social, conforme relata Silvério (2006, p.7):

[...] a ampliação da liberdade, para grupos socialmente excluídos, passa necessariamente pela identificação, por um lado, dos fatores sociais que são geradores e ou causadores da forma de exclusão e, por outro lado, pela identificação dos tipos de ações concretas e quais instituições sociais podem atuar de forma que se impeça sua reprodução. Uma das principais instituições sociais, considerada por muitos a instituição-chave das sociedades

democráticas, é a escola, que sempre aparece como a que é capaz de preparar cidadãos e cidadãs para o convívio social.

Várias pesquisas abordam as relações inter-raciais e, de modo geral, se concentram amplamente nas experiências de discriminação, tais como Steinbugler (2005); ou considerações terapêuticas no trabalho com casais inter-raciais, tais como Killian (2001) e Leslie. Contudo, vê-se poucos estudos que abordam o impacto da consciência étnica em relacionamentos afetivos inter-raciais. Além disso, com algumas exceções, tais como Daiton (2015), existem poucas pesquisas destinadas a entender os casais inter-raciais, os processos de relacionamento que suportam resultados bem-sucedidos.

No âmbito neoliberal globalizador, vê-se a ótica de Siqueira (2006, p.45):

Precisamos repensar certos conceitos, que estão carregados de pré-conceitos, de parcialidades, de ocultações, de negações. Por exemplo, o que significam para nós: Colonização, Pós-colonização, Multiculturalismo, Pluralismo, Globalização, Pós-Globalização, entre outros. Qual o verdadeiro sentido do conceito de ações afirmativas, políticas públicas, mitos, ancestralidade, universalismo, espiritualidade?

Nesse viés, é interessante observar que os casais inter-raciais experimentam uma experiência única, bem como passam, de modo geral, por desafios na construção de seu relacionamento, potencialmente impulsionados por suas diferentes heranças, como diferenças nas expectativas de papéis sexuais, atitudes de trabalho e lazer, expressão emocional, rituais familiares frente as suas tradições, barreiras linguísticas, perspectivas conflitantes de criação de crianças, diferenças de estilo, preconceitos raciais, estigmatização social e diferenças nas práticas religiosas (DAINTON, 2015).

Em síntese: a literatura concentra-se amplamente nas experiências únicas de casais inter-raciais e considerações terapêuticas ao trabalhar com casais ou famílias inter-raciais, mas ainda carece de estrutura explícita para entender o desenvolvimento de relacionamentos inter-raciais bem-sucedidos.

De acordo com a revisão da literatura, Bratter e Escbach (2006) observaram que, frente às relações inter-raciais, é mais provável que os casais experimentem eventos estressantes de relacionamento que resultam em angústia psicológica em

comparação com aqueles em relações monorraciais.

Além disso, algumas pesquisas sugerem que as relações inter-raciais correm um risco maior de dissolução do que as relações monorraciais (Wang, 2012), portanto, verifica-se que há vários fatores de desenvolvimento de uma relação que contribuem, seja para a angústia, para a estabilidade ou dissolução em relacionamentos que praticamente foram poucos explorados. Ao estudar a influência da raça nos relacionamentos inter-raciais, é preciso considerar as diferentes experiências de indivíduos que se identificam como parte da maioria racial ou minoria e as experiências únicas de grupos étnicos.

A identidade étnica é um conceito tradicionalmente explorado na pesquisa de desenvolvimento individual, com foco principal em como as minorias étnicas passam a entender sua herança étnica ou racial (REYNOLDS *et al.*; 2016).

Embora importante na compreensão do desenvolvimento individual, a identidade étnica também desempenha um papel importante na minoria étnica frente às relações afetivas inter-raciais, frequentemente percebida como força ou uma balança atenuadora contra estressores. Em um modelo conceitual exposto por Bryant *et al.*, (2002), que faz a verificação de resultados de casais negros, os pesquisadores postularam que uma identidade étnica madura é uma proteção contra fatores estressores na relação conjugal.

Dessa forma, pode-se observar que as experiências de discriminação baseadas em raça ou etnia podem ser um dos estressores primários para indivíduos de minorias étnicas em casais inter-raciais. Por outro lado, sentimentos positivos sobre a identidade étnica e o sentimento de alguém pertencer e se identificar em uma relação estão associados a uma maior felicidade (KIANG *et al.*,2006).

Logo, tal pesquisa pode ter sua investigação em uma ótica educativa emancipatória, isto é: uma educação transformadora, conforme relata Santos (1996):

[...] é um projeto de aprendizagem de conhecimentos conflitantes com o objetivo de, através dele, produzir imagens desestabilizadoras dos conflitos sociais em que se traduziram no passado, imagens capazes de potenciar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo, para um tipo de subjetividade que submete a uma hermenêutica de suspeita a repetição do presente, que recusa a trivialização do sofrimento e da opressão [...]. O objetivo último de uma educação transformadora é transformar a educação,

convertendo-a no processo de aquisição daquilo que se aprende, mas não se ensina, o senso comum. O conhecimento só suscita o inconformismo na medida em que se torna senso comum, o saber evidente que não existe separado das práticas que o confirmam. (SANTOS, 1996, p.18)

De acordo com Kiang *et al.*, (2006), para casais minoritários, a experiência de raça frente a sua discriminação é um estressor saliente e grave, que tem sido associado a numerosas questões raciais e disparidades étnicas em resultados importantes. Para as minorias étnicas em relacionamentos com pessoas da mesma cor, sua semelhança racial e entendimento compartilhado podem servir como um meio para compreender as experiências de seus parceiros (GAINES JR, 2001).

Segundo Silva Filho (1997 p. 19): *“Relações raciais implicam modificações, perdas e recriações no jeito de ser e de viver dos grupos que travam conhecimentos ou mantêm convívio em situações de opressão ou de solidariedade”* Para as minorias raciais, a identidade racial e o conhecimento da “afiliação racial são uma das características definidoras de seu autoconceito (SELLERS *et al.*, 1998, p. 19). Para indivíduos brancos, por outro lado, uma forte "identidade racial" pode ser professada como orgulho de sua origem racial, valores significantes, talvez supremacistas.

Nota-se que a articulação dos deveres e requisitos da pessoa branca reflete o desejo de correlacionar uma identidade branca consciente com atributos positivos, sugerindo que, para indivíduos brancos, a consciência de sua própria localização no contexto social mais amplo da raça é compreendida como uma melhor descrição da consciência racial, em vez da identidade.

Assim, para aqueles que se identificam como brancos, ter uma perspectiva crítica e consciente em relação à pessoa branca demonstra consciência das implicações sociais da raça, tanto do eu como do outro, bem como no reconhecimento do privilégio.

Neste ponto, ressalta-se que, ao se considerar as nuances da identidade racial significativa para indivíduos brancos, vê-se que a medida de tal construto precisa ser menos focada sobre desenvolvimento racial ou orgulho. Pelo contrário, a “identidade” racial dos indivíduos brancos deve colocar ênfase na consciência de como a raça é experimentada por outros e o papel da raça branca na discriminação e privilégio em comparação com grupos minoritários raciais.

De acordo com Silvério (2006, p.13):

[...] uma qualificação importante é necessária no debate brasileiro de modo que precise posições distintas: uma para qual a introdução da ideia diversidade cultural é aceitável e desejável; e outra para a qual a diversidade cultural aparece como forma adequada de contenção de articulação da diferença cultural no âmbito da política educacional e da escola.

Sobre identidade racial, o termo conota a consciência racial para indivíduos de uma específica cor, contudo, é empregado para gerar reflexão de sua equivalência à identidade racial de outros grupos raciais.

Dado que as relações afetivas inter-raciais diferem em sua identidade racial e étnica, é importante entender como essas diferenças estão associadas ao sucesso de um relacionamento afetivo. A literatura sobre esse tema, no entanto, negligencia amplamente as experiências únicas das relações afetivas inter-raciais e sua identidade racial e étnica frente a sua influência no relacionamento.

Além disso, a literatura atual sobre desenvolvimento e manutenção de relações afetivas inter-raciais, de modo geral, aborda pouco o impacto de identidades, valores e práticas raciais e étnicas diferentes.

4.2. O QUE É IDENTIDADE

As compreensões sobre a formação identitária, apresentadas nesse capítulo, não têm uma presunção unificadora, surgem de múltiplos processos, do confronto de lógicas de ação. Sendo assim, para as finalidades desta pesquisa, não distinguiremos o “eu” das noções de pessoa, personalidade, caráter, indivíduo e individualidade. Todos esses termos referem-se a um mesmo campo paradigmático, relativamente vago e instável, conforme encontramos em outros autores, por exemplo: em Durkheim (1894/1988), Simmel (1908/1999) ou Elias (1987/1991).

O sociólogo Stuart Hall aborda como o conceito de identidade foi se construindo ao longo dos séculos. Na sua obra “*Identidade cultural na pós modernidade*”, o autor aborda três tipos de identidades ou sujeitos. A Identidade no iluminismo, a identidade sociológica e a identidade na pós-modernidade. (HALL, 2000).

[...] as velhas identidades, que por tanto tempo estabilizaram o mundo social, estão em declínio, fazendo surgir novas identidades e fragmentando o indivíduo moderno, até aqui visto como sujeito unificado. Assim a chamada “crise de identidade” é vista como parte de um processo mais amplo de mudança, que está deslocando as estruturas centrais das sociedades modernas e abalando os quadros de referência que davam aos indivíduos uma ancoragem estável no mundo social. (HALL, 2015, p.9).

No iluminismo, acreditava-se que o sujeito tinha uma identidade inerente, era algo inato. Ou seja, o indivíduo já nascia com a identidade que ia levar ao longo da vida. Já a identidade sociológica se caracteriza como uma ligação entre a sociedade e o indivíduo, onde ela seria o meio-termo dessas trocas de relações entre estrutura e indivíduo. E, por último, a identidade pós-moderna, ou identidade na pós modernidade, que é onde estamos inseridos. Caracteriza-se pela identidade do indivíduo totalmente fragmentada, onde as pessoas são todos os dias atravessados por diversas culturas. Hall nos traz alguns exemplos, como a globalização, a imigração, os movimentos sociais e o feminismo.

Os indivíduos dos países colonizados estão migrando para os países colonizadores, onde se mudou a forma como as pessoas se relacionam, o mundo todo está conectado virtualmente, pelo menos boa parte dele. Onde as mulheres já não desempenham as mesmas funções que no passado e é nesse momento que acontecem essas trocas culturais, tanto virtualmente quanto pessoalmente. Dessa forma, os indivíduos estão começando a se questionar sobre a sua etnia, pois estão em diversos lugares e que, muitas vezes, não correspondem à sua etnia. Não somos mais seres isolados no mundo, temos diversas influências a nosso redor. Um exemplo claro disso é que antes as pessoas tinham uma profissão, em geral passada de pai para filho sucessivamente, e viviam nessa profissão a vida toda. Hoje as pessoas estão se reinventando, seguindo novos caminhos, descobrindo novos hábitos e possibilidades.

Porém isso causa um grande conflito de identidade, que é um dos pontos analisados nessa pesquisa, voltado para identidade racial. Hall nos traz o debate como a crise de identidade do sujeito, a descentração do sujeito, a questão das identidades nacionais e influência da globalização no hibridismo e reforço das identidades. Isso causou transformações nas concepções de gênero, sexualidade, etnia, raça e

nacionalidade.

[...]a globalização não parece estar produzindo nem o triunfo do “global” nem a persistência, em sua velha forma nacionalista, do “local”. Os deslocamentos ou desvios da globalização mostram-se, afinal, mais variados e mais contraditórios do que sugerem seus protagonistas ou seus oponentes. Entretanto, isto também sugere que, embora alimentada, sob muitos aspectos, pelo Ocidente, a globalização pode acabar sendo parte daquele lento e desigual, mas continuado, descentramento do mesmo. (ibid, p. 56).

A identidade está em um processo de transformação, provocando inúmeros fenômenos, como a crise do multiculturalismo, as guerras religiosas, amorosas, sexuais e profissionais. Eis aí a grande contradição, pois a ideia de possuir uma identidade significa pertencimento, coesão e finitude, situação totalmente esvaziada em tempos líquido-modernos (BAUMAN, 2000).

Cada grupo social tende a acolher determinado comportamento frente ao outro, esse seria justamente seu modo de representação. A afirmação social de uma representação tem como alicerce fundamental a ação e a comunicação. Ela articula pensamento e linguagem, o que possibilita a percepção do mundo e assimilação das relações que nele se constituem. Para compreendermos quem somos em grupo, como coletividade, ou quem somos individualmente, como indivíduos, dependemos da interpretação e do reconhecimento que nos é dado pelos outros. “Ninguém pode edificar a sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele” Habermas (1983).

Formam-se, de um lado, em nível social, princípios atribuídos assim como assumidos e incorporados, e, de outro, em nível de processo biológico, elementos herdados e elementos almejados. Habermas ensina que “ninguém pode edificar a sua própria identidade independentemente das identificações que os outros fazem dele” (HABERMAS, 1983, P.22).

Neste sentido, Castells (1999, p.18) argumenta:

A elaboração de uma identidade empresta seus materiais da história, da geografia, da biologia, das estruturas de produção e reprodução, da memória coletiva e dos fantasmas pessoais, dos aparelhos do poder, das revelações religiosas e das categorias culturais. Mas os indivíduos, os grupos sociais, as sociedades transformam todos esses materiais e redefinem seu sentido em função de determinações sociais e de projetos culturais que se enraízam na

sua estrutura social e no seu quadro do espaço-tempo.

Numa sociedade que tornou incerta e transitória as identidades sociais, qualquer tentativa de fixar-se a uma identidade deixou de ser um legado confortável, ainda que de difícil manejo. Deixou de ser um compromisso para sempre com valores que se supõem eternos, para se tornar, em vez disso, uma tarefa sem fim para indivíduos que se sentem órfãos de demandas políticas específicas contra a marginalização, a negligência, o estigma e o racismo da cultura brasileira contemporânea.

Considerando, como ponto de partida, através da análise de questionários preliminares feitos com casais inter-raciais é possível analisar: de um lado, a discussão acerca da negação de uma identidade particular, dando surgimento ao debate ao eventual reconhecimento da sua especificidade cultural e política. Dessa forma, Taylor (1994: 58) ensina que “a projeção sobre o outro de uma imagem inferior ou humilhante pode deformar e oprimir até o ponto em que essa imagem seja internalizada”. Do outro, a discussão teórico-conceitual sobre a natureza das desigualdades e alternativas de intervenção para reduzi-las, para aqueles que têm desvantagens ou mais necessidades é necessário que sejam destinados maiores recursos ou direitos do que para os demais e não dar um reconhecimento igualitário a alguém pode ser uma forma de opressão. (TAYLOR, 1994).

As rápidas transformações ocorridas levam ao surgimento de uma discussão cada vez mais complexa sobre exclusão social englobando os mais diversos aspectos da vida cotidiana. O que nos leva a pensar nesses diferentes enfoques sobre a temática exclusão social, bem como suas consequências psíquicas nos indivíduos e as experiências desafiadoras para contornar essa situação. Sem dúvida, contribui-se efetivamente para o debate teórico mais geral deste trabalho as questões de como é possível a construção de uma identidade afrodescendente, num momento em que a identidade entra num processo de transformação provocando inúmeros fenômenos como a crise do multiculturalismo, em que medida as relações de identidade e reconhecimento impactam nas relações afetivas inter-raciais e, ainda, é possível possuir uma identidade numa sociedade que tornou incertas e transitórias as identidades sociais? Eis que qualquer tentativa de se fixar a uma identidade deixou

de ser um legado confortável de fácil manejo.

A questão de as pessoas se afastarem da identidade negra ou mestiça decorre do fato de serem tão negadas diante da sociedade branca. Ao se sentirem inferiorizadas, esquecem ou não conseguem se enxergar como fortes, inclusive as suas vitórias como, por exemplo, a de Zumbi dos Palmares, herói negro dos brasileiros, bem como a vitória de a sua cultura encontrar-se viva com sua religião, dança, arte e música herdadas por seus antepassados e escondida muitas vezes através do sincretismo religioso. (MUNANGA, 2008, p. 15).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a negação da identidade dos negros e mestiços é muito maior do que imaginamos, 56,10% da população brasileira é composta de negros (pretos e pardos). Dos 209,2 milhões de habitantes do país, 19,2 milhões se assumem como pretos, enquanto 89,7 milhões se declaram pardos, são, portanto a maioria da população. Contudo, sua distribuição entre as diferentes camadas sociais está longe de ser equilibrada: entre os 10% mais pobres da população brasileira, 70% são negros, e entre o 1% mais rico, apenas 8% são negros. Essa desigualdade tem implicações significativas para se pensar a questão racial no Brasil. (ALBERT: PEREIRA, 2005, p. 1).

4.3. RECONHECIMENTO

A conservação de negação das suas características históricas, de forma subjetiva, sem o reconhecimento da sua individualidade cultural e política, incentivará o assimilacionismo pós-moderno, separando o seu real do indivíduo afro-brasileiro. Considerando que qualquer tentativa de se fixar a uma identidade repleta de identificações pejorativas com depreciativos pessoais e morais deixa de ser tarefa confortável e de fácil manejo, como se percebe nas respostas dos casais, previamente pesquisados, as questões: (1) O que é ser negro? (2) O que é ser um casal inter-racial? (1) "É ter coragem"; (1)"Forma de ser discriminado"; (1) "É ser desfavorecido econômico e social"; (1) "Ser negro é ter que provar sua honestidade todos os dias"; (2) "Ser um casal interracial é ser minoria no Rio Grande do Sul": (2) "Administrar dificuldades com lutas", (2) "Complicado"; (2) "Ser um casal inter-racial é algo difícil, a pessoa tem que ter realmente determinação e uma personalidade forte para suportar as pressões e dificuldades impostas para que não se ergam novos pensadores, ou

melhor, novos questionadores disto que aí está (sociedade)”; (2) “É ser olhado com estranheza e aversão por onde passa”; (2) “É ter que se adequar aos costumes de uma família branca para ser aceito, ou melhor, tolerado”.

Por sua vez, Taylor aponta como uma característica intrínseca ao ser humano: a formação dialógica. A identidade se forma pela apreensão no contato com as demais pessoas daquilo que G. H. Mead chamou de "outros significativos" (TAYLOR, 2000, p. 245). Caso esses "outros significativos" valham para nós, eles serão apropriados, caso contrário, são desprezados. Essa via de duas mãos é que importará na construção intersubjetiva da identidade, e que assim revela a importância do reconhecimento.

Assim sendo, minha descoberta de minha identidade não implica uma produção minha de minha própria identidade no isolamento; significa que eu a nego por meio do diálogo, parte aberto, parte interno, com o outro. Eis porque o desenvolvimento de um ideal de identidade gerada interiormente dá uma nova importância ao reconhecimento. Minha própria identidade depende crucialmente de minhas relações dialógicas com os outros. (TAYLOR, 2000)

O termo reconhecimento tem sido usado para designar o parâmetro normativo de justiça. Esse conceito é muito antigo, remonta a filosofia do jovem Hegel, que vai até o ano de 1807. Já o Hegel maduro trata do termo reconhecimento na obra *“Fenomenologia do Espírito”*. Axel Honnet, ao utilizar Hegel como suporte, se volta para a do jovem Hegel e não do Hegel maduro.

Portanto o termo reconhecimento do jovem Hegel significa a relação ética entre dois sujeitos. Para ele o processo de formação da identidade tem como necessidade a relação recíproca, o reconhecimento recíproco entre dois sujeitos. Assim, o indivíduo somente se vê como sujeito social se for reconhecido pelos demais. Ou seja, identidade e reconhecimento estão intimamente interligados. Se não houver esse reconhecimento, não há, portanto, a formação de um sujeito social.

Segundo Hegel, “A consciência de si é em si e para si quando e porque ela é em si e para si outra consciência de si; isto quer dizer que ela só é enquanto ser reconhecido.” (HEGEL, p.155) O homem só é humano na medida em que ele quer se impor a outro homem, a fim de ser reconhecido. Enquanto ele não é efetivamente reconhecido pelo outro, é este outro que permanece o tema de sua ação. É deste outro,

do reconhecimento por este outro, que dependem seu valor e sua realidade humana. É neste outro que se condensa o sentido de sua vida. Não há luta aberta entre o branco e o negro. Um dia o senhor branco reconheceu sem luta o preto escravo. Mas o antigo escravo quer fazer-se reconhecer. Há, na base da dialética hegeliana, uma reciprocidade absoluta que precisa ser colocada em evidência. É na medida em que ultrapasso meu ser imediato que apreendo o ser do outro como realidade natural e mais do que natural. Se fecho o circuito, se torno irrealizável o movimento nos dois sentidos, mantém o outro no interior de si. Indo às últimas consequências, chego mesmo a lhe tomar este ser-para-si.

Honnet, ao tratar dessa temática, acaba retomando a filosofia de Hegel. A sua filosofia trata basicamente de temas como filosofia social, filosofia política, filosofia moral e ainda a filosofia do direito. Honnet preocupa-se com uma explicação normativa das relações de poder estreito e reconhecimento. Seu grande objetivo é mostrar como indivíduos e grupos sociais se inserem na sociedade atual. Para isso, ele mostra que se dá pela luta por reconhecimento e não pela autoconservação.

Tanto Maquiavel como Hobbes defendiam que era pela autoconservação que a inserção na sociedade se dava visando à conservação. Por exemplo, Thomas Hobbes falava no estado de natureza onde não existiam normas, os indivíduos viviam em guerra permanente e por isso que eles se inseriam na sociedade visando, da mesma maneira, a auto conservação.

Maquiavel também analisa a natureza humana no sentido que ela é egoísta. Por esse motivo, Honnet defende que nem Maquiavel nem Hobbes estão corretos. Porém a ideia da inserção na sociedade se dá pela luta por reconhecimento, ou seja, o grande objetivo é o reconhecimento. É importante destacar novamente que o conceito reconhecimento que Honnet utiliza é do jovem Hegel não do Hegel maduro.

Portanto, com base na sua teoria, é possível afirmar que há três formas de reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade. O amor gera autoconfiança, o direito o autorrespeito e a solidariedade a autoestima. Ferindo qualquer uma dessas formas, surge a luta por reconhecimento, a partir de uma ideia de gramática moral dos conflitos sociais.

Sobre a sua primeira forma de reconhecimento, o amor, Honnet volta-se aos

estudos da psicologia infantil, onde nos ensina que há duas fases no desenvolvimento psíquico da criança, a dependência absoluta e a dependência relativa. Dependência absoluta também chamada de simbiose, mãe e bebê estão em uma fase de indiferenciação, não há uma diferenciação entre mãe e bebê. Porém que nessa fase já começa a haver um rompimento entre mãe e filho, o bebê começa se dar conta de que a mãe faz parte do mundo e não parte dele.

Já na segunda fase, na dependência relativa, a criança começa ver o outro como alguém com direitos próprios e independentes e é quando surge o amor. Somente quando a criança reconhece o outro como alguém dependente a ela. Em relação a essa segunda forma de reconhecimento, o direito e a história nos ensinam que, no século XVII, já existiam direitos de liberdade. No século XIX, existiam direitos políticos de participação. E, no século XX, existiam direitos sociais de bem-estar e sobre a solidariedade ou também chamada de eticidade, que é a terceira forma de reconhecimento, ela remete a aceitação recíproca das qualidades individuais, julgadas por medos e valores da comunidade. Essa forma exige a autoestima, porém, como sabemos que os valores das comunidades variam de época para época, a autoestima também varia.

A forma de autoestima também é mutável, a evolução social pode ser explicada a partir da passagem progressiva dessas três formas de reconhecimento: o amor, o direito e a solidariedade. Se há alguma forma de despeito ou violência contra essas três formas, surgem à luta por reconhecimento. Por exemplo, desrespeitando a integridade física ou psíquica de alguém, estão violando a primeira forma, que é o amor. Já com a privação de direito ou exclusão, atinge-se assim a integridade social de um indivíduo que é membro de uma comunidade política jurídica. Dessa forma, estão ferindo a segunda forma de reconhecimento: o direito.

E por fim degradações e ofensas que afetam a honra e a dignidade do indivíduo que é membro de uma comunidade de valores acabaram assim ferindo a terceira forma de reconhecimento, a saber, a solidariedade.

Sendo assim, podemos concluir afirmando que, desrespeitando qualquer uma dessas três formas de reconhecimento, o amor que gera autoconfiança, o direito que gera o autorrespeito e a solidariedade que gera a autoestima, cria-se assim uma

luta visando o reconhecimento dessas três formas.

Portanto, a luta social surge justamente nesse patamar, nessa ideia, que é visar um reconhecimento de uma dessas três formas, tanto indivíduos quanto grupos sociais somente formam a sua identidade se houver reconhecimento intersubjetivo. Essa temática, a formação da identidade individual e social, perante uma intersubjetividade, é extremamente importante na atualidade, o próprio termo reconhecimento é muito utilizado em vários grupos sociais que visam esse reconhecimento.

O conceito reconhecimento constitui a base argumentativa do discurso de uma gama de movimentos sociais. O aprofundamento dessa temática, portanto, pode contribuir para solucionar casos concretos de injustiça contra grupos vulneráveis, no caso específico deste trabalho, o preconceito e discriminação sofridos por casais interraciais.

Honnet considera as relações sociais afetivas como modelo normativo, como o “epítome das virtudes democráticas”:

[...] uma vez que todas as relações baseadas no amor e no cuidar podem ser entendidas, desde o início da modernidade como relações baseadas na ideia normativa de que os indivíduos se completam reciprocamente para permitir em conjunto a sua própria autorrealização e por conseguinte uma pessoa deveria representar um condição para as outras. (HONNET, 2017, p. 117-118).

O nexos existente entre a experiência de reconhecimento e a relação consigo próprio resulta da estrutura intersubjetiva da identidade pessoal. Os indivíduos se constituem como pessoas unicamente por ser a perspectiva dos outros que as sentem ou encorajam.

Aprendem a se referir a si mesmos como seres a que cabem determinadas propriedades e capacidades. A extensão dessas propriedades e, por conseguinte, o grau da autorrealização positiva, cresce com cada nova forma de reconhecimento a qual o indivíduo pode referir a si mesmo como sujeito. Desse modo, está inscrita, na experiência do amor, a possibilidade da autoconfiança, na experiência do reconhecimento jurídico, o do autorrespeito e, por fim, na experiência da

solidariedade, a da autoestima.

Dentro desse sentido:

[...]saber empiricamente se o potencial cognitivo, inerente aos sentimentos da vergonha social e da vexação, se torna uma convicção política e moral depende, sobretudo, de como está constituído o entorno político e cultural dos sujeitos atingidos - somente quando o meio de articulação de um movimento social está disponível é que a experiência de desrespeito pode tornar-se uma fonte de motivação para ações de resistência política (HONNETH, 2009, p. 224).

A partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, as conflitualidades urbanas, sejam elas definidas por ações violentas e depredatórias como o racismo, ou mesmo reivindicatórias, evidenciam a ausência de reconhecimento subjetivo e social como componente detonador de tais manifestações. Nas democracias, as premissas não se fundamentam na destituição do poder constituído, mas na exigência de variadas demandas, resultado das múltiplas subjetividades. Quando sentimento individual de menos valia, humilhação e menosprezo se encontram com sentimentos coletivos de injustiça social, as lutas e os conflitos urbanos são deflagrados. Com efeito, a presente pesquisa instiga as discussões sobre as causas das conflitualidades sociais em relacionamentos inter-raciais, sob uma perspectiva crítica relativamente às respostas dadas pelas categorias tradicionais das ciências humanas e sociais.

5 EXCLUSÃO SOCIAL, MICRORRACISMO E SUA INVISIBILIDADE

O problema do fenômeno do racismo parece se mostrar substancial quando relacionado à modernidade, o que implica: globalização da economia, abertura cultural, construção de identidades políticas supranacionais ou infranacionais, dentre outros.

Ultimamente, essa ligação tem sido observada por meio de manifestações veladas de racismo, talvez mais ideológicas e culturais do que fisicamente violentas, conhecidas como "neorracismo" (lógica diferencialista). Nesse sentido, a intolerância às diferenças étnicas é absoluta e pressupõe a comunhão impossível com os não nacionais, por exemplo. No racismo clássico (lógica da desigualdade), a presença do "outro" é aceita desde que mantenha sua inferioridade ("biológica") e sujeita à superexploração e marginalização social. Essa conexão pode ser vista através de demonstrações recentes de racismo velado, que talvez sejam mais culturais e ideológicas do que físicas (HASENBALG, 1979).

A exclusão social sistêmica é distinta da nossa experiência cotidiana de ser bloqueado. O conceito lança luz sobre a íntima relação entre os "processos que impulsionam a desigualdade e as relações de poder. E as muitas dimensões de desvantagem e privação mostram como essas diferentes dimensões se reforçam.

Privação social, desvantagem econômica e desqualificação democrática estão inter-relacionadas e se reforçam mutuamente – mas distintas – em dimensões do fenômeno abrangente de exclusão social. A privação social refere-se, em parte, a uma negação sistêmica do capital social, na qual as redes sociais frouxas que permeiam a vida cotidiana através de "normas de reciprocidade e confiabilidade" possuem formas e disponibilidades diferentes, dependendo de raça, gênero e classe (HASENBALG, 1979).

A desvantagem econômica refere-se especificamente a restrições sobre como grupos de pessoas podem participar como trabalhadores, consumidores e proprietários. A desqualificação democrática refere-se aos limites impostos à capacidade de certos cidadãos de ter a mesma opinião nas decisões da nação ou comunidade. O complexo de regras que regem cada uma dessas dimensões da

exclusão social é imposto por meio de leis, políticas governamentais e regras de entidades privadas; práticas e relacionamentos informais; pela polícia, violência privada sancionada pelo Estado e burocracias.

Portanto, de modo geral, pessoas economicamente e politicamente poderosas semearam ideias racistas a fim de justificar as políticas e as relações de poder de seu tempo. Quando essas ideias se enraizaram, ajudaram a alimentar novas políticas que aos poucos foram se desenvolvendo e assim por diante (HASENBALG, 1979).

Mesmo quando as pessoas desmantelam as políticas, o padrão de exclusão social continua por causa da base que foi deliberadamente estabelecida. Por exemplo, um comprador branco censura uma mulher negra por não fornecer assistência adequada para encontrar um item, supondo que ela seja funcionária da loja. Essa troca não é apenas um erro inocente; o primeiro comprador expôs regras tácitas sobre como a mulher negra deveria estar naquele espaço (privação social). Essas regras nem sempre foram tácitas e fazem parte do legado de leis que segregam lugares públicos, moradias e acesso a oportunidades de trabalho robustas (desvantagem econômica) (HASENBALG, 1979).

Desse modo, a privação social é o disciplinador do trio, uma vez que essa dimensão desenha as linhas de quem pertence – na ampla comunidade nacional e em lugares muito particulares – e como eles pertencem. Deliberadamente, se distribui ideias racistas para justificar e naturalizar a exclusão social, a desvantagem econômica, a desqualificação democrática e privação social ainda mais – a fim de distrair o público de quem é responsável pela desigualdade (HASENBALG, 1979).

Nesse diapasão, ressalta-se que os microrracismos são expressões cotidianas e sutis, destinadas a perpetuar a discriminação por motivos sociais, sexuais e/ou étnicos que comprometem a personalidade, dignidade e integridade de uma pessoa, dificultando seu desenvolvimento particular e coletivo. Esse conceito nasceu devido à evolução dos pensamentos e comportamentos que o racismo implica, por causa da intolerância social em relação à discriminação direta e passividade demonstrada pela população diante de comentários pejorativos para certas pessoas, seus grupos e culturas.

De acordo com Pérez e Dasi (1996, p. 205):

[...] se encubre bajo signos de comunicação no verbal, bajo prácticas racistas simbólicas abstractas, no tiene por qué aplicarse directamente al grupo objeto del racismo, sino mediante múltiples vías indirectas; por ejemplo, atacando a esse grupo "solo" por aspectos distintos asua raza o etnia (p.ej., criminalidade, delincuencia, robôs, trafico, de drogas, ofícios desempenados, actitudes que tienen hacia la educapión, etc.). Se llega así a valorar el racismo como um profilaxis de la marginación. Em el nuevo racismo se llega a dar a entender que las prácticas del racismo vienen a ser como uma formação, educación o socialización que "necesitan" los grupos "desfavorecidos" para que puedan vivir mejor.

Essas expressões são constantemente presentes em nossa língua e inúmeras vezes evitamos confrontos com eles, sendo necessário o conhecimento de microrracismos para aumentar a conscientização sobre sua existência, e falta de consciência que a comunidade apresenta contra essas frases discriminatórias.

Conforme Pérez e Dasi (1996, p. 222):

Para acabar com la actitud racista hace falta antes despertar el prejuicio. Es cuando éste se despierta cuando la persona siente um doble conflicto. Por um lado interior, porque toma consciencia de comportarse de modo distinto a como lo manifestaba. Por outro exterior, porque el contexto social de referència desaprueba su comportamiento racista. La resolución de este doble conflicto puede provocar um cambio profundo.

De fato, existem microrracismos, sua visibilidade representa uma nova maneira de combater o racismo disfarçado. Cooper (2009, p.12-13) informa que, ao longo do percurso histórico, o ser humano tentou justificar sua suposta superioridade à cerca de grupos versus outros, com base em existirem diferenças puramente físicas. Logo, justifica-se que alguns grupos são menos treinados e eles devem estar sujeitos ao poder dos grupos supostamente superiores.

Em síntese: habilidades, comportamentos relacionados ou personalidades com características físicas, pode-se ser compreendido como o viés nazista em busca de uma superioridade da raça ariana e permanecer puro.

Atualmente, há casos de forma indireta usando como justificativa os modelos de assimilacionismo, multiculturalismo e relativismo cultural. Nas palavras de Sáez (2006), assimilacionismo é a perda de cultura de origem de grupos sociais que eles

adquiriram à cultura dominante; o relativismo cultural é baseado nas culturas diferentes, supõe que quando todos são iguais, e esse tipo de modelo fornece espaço para colocar em prática o segregacionismo e multiculturalismo, que implica em um “quebra-cabeça de culturas baseadas no relativismo absoluto cultural”, isto é, não há interação entre culturas.

De acordo com o autor, ao contrário desses modelos, podemos encontrar a interculturalidade, que é baseada no pluralismo cultural, ou seja, existe uma imensidão de culturas e uma coexistência entre elas. Nesse caso, há o princípio da igualdade, porque as culturas são constituídas por pessoas e, como tal, são igual ao restante da população, elas têm os mesmos direitos humanos; o princípio da diferença e reciprocidade, porque somos todos diferentes e cada pessoa pode contribuir com algo para sociedade, isto é, cada um de nós tem nossa riqueza pessoal; e integração, porque significa uma troca entre pessoas e, por conseguinte, um enriquecimento mútuo.

De acordo com Galeão-Silva (2007, p. 129):

O preconceito sutil pode aumentar por ser o mais adaptado ao capitalismo administrado, por ocultar o conflito (exagerado da diferença cultural) e revelar a apatia com as injustas (conservadorismo e negação do afeto positivo). O preconceito sutil é adaptativo ao mundo administrado.

Um dos grandes responsáveis pela permanência do racismo, é o termo raça e o significado que o ser humano lhe deu. A raça começou a ser usada como termo para subespécies do século XVI, e tendo uma clara emergência no século XIX. No entanto, atualmente, não seria adequado o uso do termo raça, porque foi compreendido que os seres humanos têm o mesmo código genético, então estamos iguais nesse aspecto (REBATO, 2013).

Como o autor nos diz, uma das chaves para aquele que os seres humanos estipularam quem é de uma raça e quem é de outra é a cor da pele, mas esse recurso não é válido para fazer uma justificativa científica que pode incentivar desigualdade entre as pessoas, uma vez que os diferentes tons de pele são uma proteção contra radiação solar. Logo, considera-se muito difícil agrupar os seres humanos por esses traços biológicos.

Por outro lado, temos que enfatizar o conceito atual de grupos étnicos, uma vez que seres humanos são cultura e biologia, desta forma, não se pode separar os dois. Então quando falamos de grupos étnicos, queremos dizer um coletivo de pessoas que são caracterizadas por sua cultura.

No entanto, esse conceito de etnia faz referência a um número maior de aspectos relacionados e necessários ao ser humano, já que as pessoas são biologia e cultura, mas também história, costumes, idioma, modos de vida, dentre outros. Em relação a esse conceito, continuando com a mesma linha do autor, pode ser concluído que esse termo deu origem a muitos movimentos políticos degradantes, porque tem implantado nele uma base científica para justificar ideologias racistas, que incentivam desigualdade, que deve ser negada, e incentivar os seres humanos a pregar a diversidade cultural (REBATO, 2013).

É importante ressaltar que, ao conhecer o microrracismo, é considerar que é um racismo camuflado e, portanto, muitos indivíduos não têm conhecimento de seu uso diário pela sociedade, de modo geral. Em muitas expressões, o estereótipo racista é usado por muitas pessoas e, na maioria dos casos, sem estar ciente de que estão fazendo essa diferença inventada pelo ser humano favorecendo a discriminação.

5.1. OS CONCEITOS INTER-RELACIONADOS QUE DÃO LUGAR AO MICRORRACISMO

Para aumentar a conscientização sobre microrracismos, como termo central de nossas investigações e preocupações, consideramos a busca por informações sobre certos conceitos que surgem em nós quando falamos sobre esse assunto e, portanto, que são cruciais para entender o significado crucial para entender o significado de nossas palavras.

Primeiro, devemos estar cientes de que a sociedade atual está em constante expansão e evolução. A globalização e o multiculturalismo são efeitos e resultados de um futuro da comunicação e coexistência humana. Esse fato inegável nos leva a participar do conceito principal que surge devido à reflexão anterior, à diversidade. De acordo com a Academia Espanhola Royal (2018), esse termo pode ser entendido como "variedade, dissimilaridade, diferença" ou como "abundância, grande

quantidade de várias coisas diferentes”, observando que, nos dois casos, entendemos que existe a particularidade dentro de um conjunto (SAÉZ, 2006).

De acordo com Sáez (2006, p.34), diversidade é a “visão de uma sociedade onde a heterogeneidade é a norma e não a exceção”, portanto, analisando essa definição, poderíamos afirmar que, frente a esse conceito, se não deve tomá-lo como um ameaça à sociedade, se não como um fato inegável e imparável da evolução humana. No caso de tomar esse enriquecimento como “problema, como poluição ou como conflito”, poderíamos acrescentar, como diferença, estar perto da criação de infinitos conceitos prejudiciais à comunidade em que desenvolvemos, como a discriminação ou desigualdade e compreende-se este último como o ataque aos direitos e o reconhecimento particular que merecemos como pessoas. Portanto, a diversidade deve ser tomada como "aceitar, respeitar e viver junto", termos esses que contribuem positivamente para a sociedade se conduzir rumo ao crescimento coletivo pessoal.

Se a diversidade é entendida como um fato negativo, como analisamos anteriormente, logo os pensamentos e ações podem perpetuar a distância entre as pessoas. Embora se possa definir aqui muitas das considerações a respeito do que é racismo, de acordo com o Grupo Inter (2007, p. 203), essa palavra é “Um comportamento social que consiste em classificar as pessoas em grupos, sobre a base em diferenças reais ou imaginárias, que, associadas a comportamentos cujo objetivo é justificar uma hierarquia entre grupos, fazem acreditar que alguns são melhores do que outros ”.

Se analisarmos a explicação dada por esses autores sobre racismo, pode-se verificar que esse conceito significa expandir a separação entre as pessoas, já que a ideia é que alguns estão em uma posição melhor do que outros, por estarem em grupo social ou outro, nesse sentido, qualquer adjetivo que pode definir um coletivo é suficiente para determinar se alguém tem mais ou menos valor. O racismo, portanto, é a exacerbação de senso racial de um grupo étnico que geralmente motiva a discriminação ou perseguição de outro.

Consideramos importante definir o termo preconceito, uma vez que esse conceito é entendido como uma atitude hostil ou impedida em relação a uma pessoa

que pertence a esse grupo, assumindo, portanto, que tal indivíduo possui qualidades questionáveis atribuídas ao grupo (ALLPORT, 1954, p.22). O racismo, de acordo com a definição analisada, propicia a existência de preconceitos que levam as pessoas a atribuir valores genéricos e discriminatórios para com os outros grupos por seu grupo de pertença.

O preconceito, conforme evidenciado neste estudo, é compreendido como uma opinião prévia e teimosa, geralmente desfavorável, sobre algo que é conhecido como ruim. Encontra-se, nesse ponto, uma situação extremamente exclusiva para as pessoas vítimas desses termos, porque são impotentes contra a concepção de que a sociedade tem deles.

Outro aspecto desfavorável desse ciclo discriminatório é que ele pode terminar em xenofobia, entendida como ideologia de rejeição e exclusão de toda identidade cultural fora da qual o indivíduo pertença (INTER Group, 2007, p.206), sendo capaz de alcançar o uso da violência.

Uma vez definidas as palavras que acreditamos que é necessário entender para posicionar-nos dentro do tema, devemos atender o centro deste capítulo sobre microrracismo. Vê-se, como no dia a dia encontramos momentos em que atitudes surgem e comportamentos racistas aparecem camuflados. Esses comportamentos podem manifestar com intencionalidade ou não e que, independentemente de sua condição, eles reproduzem o racismo.

O que nos leva a pensar que, embora usando outras palavras, suas reflexões também visam à definição desse novo conceito. Por fim, consideramos relevante também expor as reflexões de Reinat (2014, p.25-26), que usa o nome de "microagressões" entendidas como práticas e comportamentos de uso comum, socialmente aceitos e até aparentemente "inocente", que denotam hostilidade em relação às pessoas negras ou outro ser integrante de uma minoria julgada inferior em qualquer esquema racial.

Nessas palavras, podemos encontrar duas ideias principais, a primeira delas é que, embora existam microrracismos, talvez o elemento mais importante por não ter introduzido tão explicitamente em outros, às vezes a sociedade aceita e, portanto, não reconhece como discriminatório e hostil a certos grupos.

5.2. O PASSO DO RACISMO EVIDENTE AO RACISMO SUTIL

Na seção subsequente, desenvolve-se, de forma clara e concisa, a maneira pela qual o racismo em nossa sociedade “evoluiu”. Segundo Wiewiorka (2009), o racismo é um fenômeno anterior ao seu conceito, já que, na Grécia antiga, os gregos classificaram os bárbaros como inferiores a eles, mas certamente, de acordo com Malgesini e Giménez (2000), essa distinção é baseada mais na superioridade político-cultural e de uma posição etnocêntrica.

O conceito de "racismo" como tal nasce no período de entre guerras, espalhando-se nas sociedades ocidentais através da linguagem. Diferentes autores nos falam sobre dois tipos de racismos, o clássico ou o científico e o novo racismo, como evolução desse fenômeno social. Portanto, devemos desenvolver e criar um perfil frente às características que definem cada um.

O racismo científico começou a se difundir no final do século XVIII, apontando a existência de raças onde as características biológicas ou físicas mantêm um relacionamento próximo com os recursos psicológico e intelectual. O racismo cientista é baseado no determinismo, isto é, que promove o funcionamento social de uma certa raça, bem como seus atributos físicos. Portanto, o racismo científico dominou vários séculos em nossa história como sociedade, foi a base que estimulou a produção de um dos maiores genocídios da nossa história, como foi a cometida pelo movimento nazista, durante a Segunda Guerra Mundial.

Um racismo biológico foi desmontado desde antropologia social e estudos científicos, sobre diferentes culturas e seus vários aspectos, determinaram a existência da plasticidade (capacidade de se adaptar em qualquer circunstância e aprender ao longo da vida) do ser humano.

Embora, atualmente, hajam estudos que demonstram e confirmam o grande erro do racismo científico, de acordo com Malgesini e Giménez (2000), ainda existem grupos sociais que continuam a defender a ideia de raça, e essas crenças racistas antiquadas continuam existentes no "imaginário" coletivo de certas camadas da população.

Na evolução para o novo racismo, o sociólogo Wieviorka (2009) afirma que, através da Publicação de Baker em 1981, do livro "The Novo Racismo", é o primeiro a começar a falar sobre esse novo conceito, afirmando sobre a diferenciação biológica que foi deixada para trás e isso foi alterado pela diferenciação cultural, a fim de continuar legitimando esse fenômeno racista.

Portanto, o entendimento do racismo em seu viés mais primórdio foi substituído pelo racismo com propósito cultural, nem tanto a seres humanos considerados individualmente, mas a rejeição de certas formas de existência (Miles, 1991, p. 62).

Nas palavras de Wieviorka (2009), afirma-se que esse novo racismo é diferencial e tende a rejeitar e a excluir e não incluir. Pelo que se pode obter dessa compreensão, esse novo racismo tem uma série de recursos. A primeira é a de seu conceito de raça para a gestão de grupo étnico ou minoria cultural, porque o problema foi culturalizado. A segunda característica é que vivemos com os outros de nosso grupo e o estrangeiro não pode pertencer.

Pensa-se em evolução de conceito de racismo e como esse "progresso" se tornou as linhas aparente frente ao conceito de igualdade para todas as culturas. Mas, apesar dessa evolução, não podemos nos enganar e pensar que não resta mais nada de racismo antigo na sociedade, dado que há sempre algo que resta e, como Colleyn afirma (1983), há persistência do pensamento racista, tanto na linguagem científica como na vida cotidiana; o último, conforme relata o autor, nos dá as pistas de que, apesar de o conceito de racismo ter evoluído, isso ainda está se manifestando de diferentes formas.

Ainda há resíduos dessa idade de racismo que dominou a sociedade e que vem através de estereótipos. Estes são reduzidos à linguagem cotidiana que usamos sem pensar, os chamados microrracismo, que fazem parte deste fenômeno social, perpetuando maneiras inconscientes de racismo. Entendendo, portanto, o conceito de microrracismo como aquelas frases feitas ou expressões que subestimam certas culturas, uma vez que são associados a conceitos negativos de vida diariamente.

5.3. EXPRESSÕES ESTEREOTIPADAS

Primeiramente faz-se necessário diferenciar estereótipos de estigmas sociais. Como se dá a estereotipação e a estigmatização. Vejamos, o estereótipo e o estigma social são dois agentes formadores de preconceitos, ou seja, o preconceito é formado através de dois mecanismos que são: o estereótipo e o estigma social, embora com naturezas distintas.

O estereótipo se baseia numa imagem irrefletida da realidade, é um preconceito construído em cima de algo que não tem fundamento. Por exemplo, mulheres com roupas justas ou curtas, as pessoas já determinam que ela é promiscua, imoral ou indecente. Como se pudéssemos definir decência pela roupa de uma pessoa. Quando se olha para essa mulher, já é feito uma predeterminação. Isso é estereotipar.

Já o estigma é focado na realidade, ele é um preconceito construído através da realidade. Por exemplo, uma pessoa que está na cadeira de rodas e o chamam de aleijado. O que distingue o estereótipo do estigma social, como agentes formadores de preconceito, é que o estereótipo é baseado numa imagem que reflete uma realidade simbólica, mas, muitas vezes, não está em consonância com a verdade, ou seja, o estereótipo não é embasado em fato, é embasado apenas numa imagem irrefletida e superficial que é constituída como se realidade fosse.

O estereótipo é uma generalização de julgamentos subjetivos, feitos em relação a um determinado grupo, impondo-lhe o lugar de inferior e de incapaz, no caso dos estereótipos negativos. No cotidiano, temos expressões que reforçam os estereótipos: “tudo farinha do mesmo saco”; “tal pai, tal filho”; “só podia ser mulher”; “nordestino é preguiçoso”; “serviço de negro”; e uma série de outras expressões e ditados populares específicos de cada região do país.”.

Os estereótipos são também uma maneira de “biologizar” as características de um grupo, isto é, considerá-las como fruto exclusivo da biologia, da anatomia. O processo de naturalização ou biologização das diferenças étnico-raciais, de gênero ou de orientação sexual, que marcou os séculos XIX e XX, vinculou-se à restrição da cidadania a negros, mulheres e homossexuais.

O estereótipo é simplesmente o “rótulo” com que costumamos classificar certos grupos de pessoas, e é muito mais comum do que possa parecer. É introduzido no seio da sociedade e se agrega à psique das pessoas por meio de anedotas, frases feitas, contos populares etc., pois, desde a mais tenra idade, as pessoas são condicionadas a acreditar que certos grupos de pessoas estão ligados a determinados atributos ou características.

Como temos comentado, os microrracismos são comportamentos quase invisíveis internalizados pela suposição de preconceitos em relação ao que chamamos “diferente” ou “inferior”, dão origem a expressões estereotipadas que encontramos no cotidiano de nossas vidas e que são de natureza sexista e racista. Essas expressões estereotipadas podem ser de diferentes tipos, sejam elas sociais e sexuais, sejam elas étnicas.

Para o tipo social e sexual, estes se referem às expressões empregadas frente ao físico, tais como: “os gordinhos são amigáveis” “aquele rapaz ou é gay ou é casado”; ao sexo, pode-se ter o exemplo “mulher não sabe dirigir por ser mulher” ou local de origem das pessoas, tais como “os russos sempre estão bêbados”.

Para o tipo étnico, ou seja, expressões estereotipadas frente à cultura de grupos, encontramos frases, tais como “os ciganos são sujos”. Neste ponto, vale destacar frente à ponderação de quantas dessas expressões empregamos em nosso dia a dia. Estamos cientes das palavras que usamos?

Muitas vezes, as próprias pessoas que lutam ativamente para obter uma sociedade equitativa, são as mesmas que incentivam o racismo na sociedade, ao usarem esses tipos de expressões estereotipadas sem estarem cientes disso. Outro exemplo é o verbo “denegrir” que quer dizer fazer ficar mais negro, tornar escuro e é usado de maneira pejorativa com o intuito de difamar ou rebaixar alguém.

Por fim, reafirmamos a ideia de que é muito importante desnormalizarmos os microrracismos invisíveis que nos cercam em nosso dia a dia, sem estar ciente disso. Rompendo com os estereótipos fixos e normais que são socialmente impostos, promovendo, desse modo, uma sociedade intercultural.

6 METODOLOGIA

A pesquisa é pertinente na medida em que possibilita o conhecimento da autoidentificação do sujeito dentro de um relacionamento afetivo inter-racial, seja ele branco ou negro, em uma sociedade extremamente racista. A finalidade é possibilitar um crescimento, por meio de um ciclo virtuoso de autoidentificações, da força da identidade negra no Brasil.

De outro, a pesquisa pretende demonstrar as tensões suscitadas no núcleo familiar e não familiar, decorrentes dos efeitos causados por um relacionamento exogâmico.³ Contribui de forma teórica para desmistificar os “mitos da democracia racial” e o “ideal do branqueamento”, que impedem reconhecimento de uma cultura específica e sua contribuição histórica na formação nacional.

É no contexto social mencionado que esta pesquisa se propõe analisar a experiência inter cruzando com o instrumental teórico sobre a natureza da diversidade étnica e cultural afro-brasileira, a validação dos nexos entre as condições sociais posicionadas historicamente, oriundas da interação de conteúdos cognitivos desses atores com a própria realidade coletiva, formadores da identidade desses indivíduos sociais, compostas por casais de diferentes raças, sob pano de fundo verificam-se as dinâmicas das relações inter-raciais e os efeitos dessa interação social na sociedade. A fim de contribuir no avanço do debate público sobre a construção do reconhecimento na cultura brasileira, a partir de suas próprias narrativas e construções discursivas, à luz da descrição de problemáticas próprias de experiências de discriminação, negação de direitos e reconhecimento de uma identidade histórica e culturalmente particular.

O caminho metodológico para a realização do presente trabalho estruturou-se a partir da pesquisa qualitativa em virtude do potencial de apreensão crítica da realidade. Na pesquisa qualitativa, as respostas não são objetivas, e o propósito não é contabilizar a quantidade como resultante, mas sim conseguir compreender o comportamento de determinado grupo-alvo, que, especificamente no presente trabalho, trata-se das relações afetivas inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

³ Casamento entre indivíduos pertencentes a grupos étnico-raciais distintos.

Com a pesquisa qualitativa, os entrevistados estão mais livres para apontar os seus pontos de vista sobre determinados assuntos que estejam relacionados com o objeto de estudo. Normalmente, as pesquisas qualitativas são feitas com um número pequeno de entrevistados.

A escolha da pesquisa qualitativa como metodologia de investigação foi feita com a finalidade de fazer com que o objetivo do estudo fosse entender o porquê de certos comportamentos oriundos de relacionamentos inter-raciais, como a escolha de relações afetivas entre pessoas de raças diferentes. Esse tipo de pesquisa se preocupa com o significado dos fenômenos e processos sociais, busca entender fenômenos humanos e como as pessoas relatam suas vivências e experiências diante de sua visão de mundo.

Com isso, a dissertação contribui e desenvolve, de um lado, a discussão teórico-conceitual sobre a natureza das desigualdades e alternativas de intervenção para reduzi-las, contribuindo efetivamente para o debate teórico mais geral. De outro, a pesquisa ilumina a discussão teórico-prática com os materiais empíricos de experiências em andamento por casais na cidade de Porto Alegre e região metropolitana.

O foco principal desta pesquisa é conceitual, centrando-se em concepções mutantes do sujeito. Decorrente da análise do contexto social em que vivem esses casais, pretendo apontar as discriminações e desafios enfrentados dentro de um relacionamento inter-racial.

Efetivamente, para o debate teórico mais específico, pretende-se: compreender como o racismo é considerado e sentido por casais inter-raciais; identificar se são adotadas estratégias de enfrentamento ao racismo pelo casal e as convergências e divergências existentes nos discursos raciais dos cônjuges; perceber o modo como os conflitos decorrentes da identificação dos cônjuges em família, como os amigos e parentes se apresentam, e como esses são resolvidos.

Para os propósitos desta exposição, proponho as hipóteses identitárias destacadas por Hall e a teoria do reconhecimento destacada por Honneth. O sujeito

sociológico que reflete a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que o sujeito se constitui de sentidos e símbolos internalizados na relação com outros indivíduos da sociedade baseado na interação do "eu real" com os mundos culturais exteriores e as identidades que esses mundos oferecem. A pós-modernidade na concepção, onde a identidade do sujeito fragmenta-se, frente às várias possibilidades de possuir outras identidades sociais.

A pesquisa vislumbra, objetivamente, de um lado, a manutenção da negação dos atributos históricos desse grupo, de que forma esses casais se reconhecem na sociedade de forma cultural e política, onde o momento social é de incerteza e liquidez contemporânea, desestimulando qualquer tentativa de fixar-se a uma identidade carregada de identificações pejorativas, depreciativas, pessoais e morais.

Direcionando o meu trabalho de pesquisa, uma das formas de análise é através de depoimentos de homens e mulheres com perguntas abertas em que os interrogados respondem com suas próprias palavras, sem qualquer restrição, corroborando o estudo exploratório, cuja análise se dá através de depoimentos de pessoas que vivem ou vivenciaram um relacionamento racialmente heterogêneo, por meio de entrevistas semiestruturadas, que é caracterizada pela utilização de um roteiro previamente elaborado. As informações coletadas por meio de entrevistas abertas permitirão aos sujeitos explicitar suas percepções acerca do estigma e da discriminação das relações afetivas inter-raciais especificamente no estado do Rio Grande do Sul.

Nesse contexto, os depoimentos são feitos por forma de entrevistas semiestruturadas conduzidas pelos objetivos da pesquisa, com maiores possibilidades de abrangência, gravadas em áudio e posteriormente transcritas.

Os casais foram escolhidos por critério visual, homens negros com companheiras brancas e mulheres negras com companheiros brancos. O segundo tipo de casal, como já pude notar até aqui, será um grande desafio. Pois várias pesquisas apontam que há muito menos casais com homens brancos e mulheres negras do que homens negros com mulheres brancas. O resultado dessa lógica pode ser constatado nos dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010), que mostram o seguinte: as mulheres negras são as que menos se casam; em

matrimônios inter-raciais, normalmente, o cônjuge negro é o homem; os relacionamentos inter-raciais são mais comuns em classes mais pobres e raros em classes mais ricas.

Imprescindível destacar que, neste trabalho, atentamos à ética na pesquisa, preservando e respeitando nossos entrevistados, guardando sigilo de suas identidades e utilizando aqui nomes de flores, de acordo com a Resolução nº 510/2016 da Comissão Nacional de Ética em pesquisa (CONEP).

Nessas entrevistas, pretendo fazer alguns questionamentos objetivos como: onde se conheceram, como é a relação com a família do parceiro, como é a sua família em relação a esse relacionamento, se já se sentiu discriminado por ter essa relação, se há alguns episódios para contar e se são um casal militante ou não. De maneira mais subjetiva, tenciono fazer uma comparação entre as condições econômicas dos casais, se isso gera alguma influência e de que forma. Na execução dessa análise, os conceitos que transcorrem o problema serão aprofundados, associando-os aos dados quantitativos, oriundo de levantamentos estatísticos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), os quais serão interpretados qualitativamente, pretendendo revelar as contradições e imprevisibilidades dos fenômenos sociais em relação ao tema proposto.

A pesquisa qualitativa parte do pressuposto de que o objeto não é um dado neutro e inerte, ele possui significados que os sujeitos concretos estabelecem em suas relações. Pois as análises quantitativas “sugerem caminhos, reiteram e/ou descartam certas hipóteses, mas não desvelam as representações e valores sociais que orientam tais escolhas” (MOUTINHO, 2003).

Outra técnica de grande valia será a pesquisa bibliográfica, constituída de artigos científicos e obras literárias a fim de construir o referencial teórico sobre as principais categorias do estudo, será a partir de material já elaborado que a pesquisa possibilitará a identificação de diversos tabus nas relações inter-raciais. Importante ressaltar que as informações coletadas por meio de entrevistas abertas permitirão aos sujeitos explicitar suas percepções acerca do estigma e da discriminação racial sofrida no cotidiano devido à exposição por manter uma relação afetiva inter-racial.

Com base nos objetivos propostos, esta pesquisa também se classifica como uma pesquisa descritiva exploratória, porque possibilitará a descrição das características da família e, como será conduzida a interação dos casais com suas famílias e seus problemas, visando tornar mais explícito o aprimoramento de ideias, causando estímulo à compreensão do problema.

Dentre essa abrangência, é instigante explorarmos como tais casais lidam com as representações raciais, seja atualizando-as e operacionalizando-as ou resistindo a elas e elaborando representações alternativas numa sociedade resistente a uniões desse tipo. Assim, importa entender tais representações associadas à raça, classe e gênero, pois essa articulação produz especificidades não encontradas em outros casais ou até mesmo nos próprios sujeitos que formam o casal em outros contextos de filiação grupal (ocupacional e de lazer, por exemplo).

A análise do relacionamento entre brancos e negros numa interação mais próxima, como é o caso daqueles que estão numa situação conjugal, nos proporciona a oportunidade de perceber justamente se e como, no decorrer dessa interação, circulam os significados de “branquitude” e “negritude”. As representações dos casais acerca de raça é uma questão a ser discutida. Ao descrever como são socializados os filhos do casal, por exemplo, mostrarei como se manifestam as tensões e contradições de uma sociedade que nomeou a mestiçagem como marca de identidade e que tem na raça um dos mais importantes elementos de desagregação. A não aceitação do negro por parte das famílias brancas denota a exigência da negação de sua identidade e dos traços afros, vistos como negativos, para que ele seja ao menos tolerado.

A cor da pele, como dito no primeiro tópico deste trabalho, passa a ser ponto hierarquizante no âmbito afetivo, quanto mais escura a cor da pele, menos aceitação. Existe, portanto, uma interdição, nas formas de discriminação, preconceito e estigma, dos casamentos ou uniões inter-raciais. Os discriminadores, que não se consideravam racistas, revelam-se no momento em que o negro adentra à sua intimidade familiar.

Moutinho (2001) observa, em seu estudo sobre relacionamentos afetivo-sexuais entre negros e brancos, que nas análises que mencionam relações afetivas inter-raciais, sejam elas quantitativas ou qualitativas, é bastante recorrente a preocupação em identificar os fatores que levam à escolha de mulheres brancas ou

negras pelos homens, mas não se percebe a preocupação com os motivos pelos quais as mulheres escolhem homens brancos ou negros como parceiros. Entretanto, notam-se variações no que se refere à explicação da importância da “raça” nesses relacionamentos.

Florestan Fernandes, em seu livro “A integração do negro na sociedade de classes” (1978 [1969]), afirma que o objetivo da interdição aos casamentos interraciais era “impedir a mobilidade social vertical – a passagem do negro para a condição de gente ou de pessoa respeitável”. (FERNANDES, op. cit., p. 323- 324). Mesmo que o casamento ocorresse, o preconceito dos parentes dos cônjuges não era alterado. Com frequência, o mecanismo de aceitação favorecia apenas o indivíduo envolvido. Se houvesse resistência ao casamento, por exemplo, passadas as peripécias ligadas aos primeiros anos de afastamento, redefiniam-se o “marido” da filha, da irmã ou da sobrinha, sem que isso afetasse em nada os demais julgamentos etnocêntricos. (FERNANDES, 1978 [1969], p.327).

Enfim, metodologicamente, constitui-se um trabalho de investigação qualitativa por meio de revisão de literatura e entrevistas semiestruturadas, considerando a aproximação que se estabelece com o objeto de pesquisa de modo descritivo e interpretativo. Dessa forma, as motivações são mais subjetivas em que procura interpretar aspectos imateriais, como opiniões, intenções, sensações, pensamentos, comportamentos e sentimentos.

Sobre o lugar da pesquisa, compreende-se que a escolha da cidade de Porto Alegre foi feita devido ao racismo estar evidente em aspectos históricos da própria formação da cidade, tal como, a título de exemplo, pode-se citar a remoção da população negra para as zonas mais afastadas da área central da cidade no final do século XIX, movimento este composto por indivíduos oriundos do antigo sistema escravista. Após uma substancial invasão de imigrantes, a prefeitura concedeu, em 1959, o “branqueamento” nominal definitivo.

Ainda, um dos critérios de escolha por casais da grande Porto Alegre, foi o fato de eu mesma ter vivido um casamento inter-racial na capital riograndense. Por dois anos, tive uma relação afetiva inter-racial, com inúmeros enfrentamentos de racismos e preconceito.

Decidi escolher casais o mais próximo da realidade em que vivi aquele casamento, pessoas que tivessem rotinas parecidas com a que tínhamos, para que pudesse, dessa forma, olhar de “fora” essas relações. Acabei chegando aos sujeitos da pesquisa através de indicações de amigos e colegas de trabalho e do mestrado.

Sobre o tipo de análise utilizada das entrevistas, compreende-se o desdobramento em dois itens, um deles sendo a análise descritiva, isto é, nessa parte eu descrevo o que os sujeitos disseram. E a outra parte é composta pela análise e atendimento dos objetivos desta pesquisa.

7 ANÁLISE

A análise descritiva foi realizada visando fornecer uma compreensão geral da entrevista semiestruturada empregada que se encontra nos anexos A, B, C, D, E e F, deste estudo.

O Estado do Rio Grande do Sul possui grandes cidades, alguns centros urbanos modernos, que abarcam a inclusão e a tolerância, afinal, pontos turísticos, tais como a capital Porto Alegre e cidades vizinhas, são importantes polos econômicos, onde muitas culturas e pessoas vivem juntas, mas essa imagem é frágil. As entrevistas realizadas para seis indivíduos que possuem relação afetiva inter-racial demonstram os problemas que estes enfrentam ao construir seu relacionamento em uma sociedade cheia de microrracismos.

A entrevistada nº 1 (Rosa) é uma mulher branca, com 30 anos de idade, servidora pública do Estado e está junto com seu parceiro há 3 anos. Nessa relação afetiva inter-racial, pode-se verificar que a barreira para a aceitação do relacionamento teve início na própria família da entrevistada, uma vez que ela informou que seu grupo familiar, especialmente seu pai, não reagiu bem à notícia de que ela estava namorando um rapaz negro.

Ressalta-se, neste ponto, que houve uma espécie de delimitador de aceitação racista do pai ao perguntar o “quanto negro era o rapaz”, o pai não aceitou o relacionamento da filha alegando que o pretendente não tinha “procedência” e, dessa forma, houve afastamento familiar.

É importante frisar o panorama comumente empregado pela sociedade de que, em uma relação afetiva inter-racial, um dos parceiros tem algum outro interesse além do amor ou da sexualidade, tais como o econômico. Acrescenta-se que esse pensamento não é automático quando são casais brancos.

Os comportamentos de denominação de intensidade suave ou muito baixa e quase invisíveis vêm na internalização de preconceitos racistas, eles resistem à extinção. Tais comportamentos e comentários, em uma série de gestos, são carregados com estereótipos raciais em detrimento das minorias étnicas.

O caso dessa entrevistada, em particular, é significativo. Ela, uma mulher branca, já seu parceiro, um homem negro, essa composição familiar, por si só, os fizeram enfrentar o racismo, que não lhes era estranho como casal, uma vez que a própria família mostrou oposição e, por conseguinte, discriminação.

Ao ser perguntada se já se sentiu discriminada por essa relação, a entrevistada informa que se sente constantemente discriminada. Observa-se que o termo democracia racial soa bem distante desse cenário, contudo, mesmo sabendo que tal ação possui incontáveis formas que podem ser verificadas frente aos tratamentos iguais, independentemente da cor da pele, textura do cabelo ou fenótipo, pode-se dizer com propriedade, frente às entrevistas realizadas que em todos os entrevistados, tem-se reflexos de racismo experienciado, ou seja: todos os entrevistados concordam que a sociedade, de modo geral, os olham de maneira depreciativa e que a maioria viu ou experimentou comentários negativos e rejeições.

Necessário destacar aqui, para uma maior compreensão, o que é genótipo e fenótipo. Genótipo é a constituição genética do indivíduo, são todos os genes que ele possui herdado geneticamente e não muda com o passar do tempo. Já o fenótipo são todas as características morfológicas, fisiológicas ou comportamentais do indivíduo. Os fenótipos podem ser a cor dos olhos, o cabelo, a pele, altura, calvície e tudo que o corpo responde a estímulos do meio ambiente. Ou seja, o fenótipo é o genótipo mais o ambiente em que o indivíduo está inserido.

Um dos principais pilares da ideia de que o Brasil é essa grande nação multirracial, em que pessoas de diferentes raças, cores e origens étnicas se misturam livremente sem nenhuma das turbulências raciais, é uma falácia, compreende-se o alto índice de uniões inter-raciais que têm sofrido discriminações e o racismo é proeminente enraizado na história da nação há séculos.

Vê-se, também, que, há um bom tempo, milhões de brasileiros aprenderam dois ideais muito fortes. Um, que o racismo não existe mais, e dois, é melhor ser branco. E qual é a conexão entre essas duas correntes de pensamento? Se uma grande porcentagem da população, independentemente da raça, concorda com a segunda afirmação, ela pode ter o efeito de diluir o conflito racial, porque muitos podem aspirar ser brancos. Compreende-se, por exemplo, o cenário do casal dessa primeira

entrevista, em que os familiares da mulher, especialmente o pai, deixou de conversar com a própria filha devido à escolha dela frente a uma relação afetiva inter-racial. Note-se que a entrevistada fica espantada por não ter imaginado que a sociedade é muito racista.

De fato, nossa sociedade está cheia de microrracismos que passam, muitas vezes, despercebidos e que reproduzimos. O pensamento da sociedade, de modo geral, tem resquícios do viés racista e machista, o caminho das relações afetivas inter-raciais frequentemente se cruza com o racismo, criando uma união que muitas vezes vai do questionamento ao exotismo, estigma, fetichização, além de todos os estereótipos que ocorrem nessa perspectiva.

Outro problema que surge para os casais inter-raciais é o sentimento de antinaturalidade, no sentido de que as pessoas ao seu redor acreditam que não se encaixam. Por exemplo, a entrevistada nº 1 explica que “a família não sabia como agir”, muitas pessoas ficam surpresas ao ver um casal inter-racial interagindo como um casal: quando se beijam, às vezes pessoas olham com nojo ou perplexidade, sem entender a causa de estarem juntos.

A resposta da entrevistada nº 2 (Margarida), sendo ela negra, servidora pública, com 34 anos de idade, que está junto com seu parceiro há 9 meses, quando é perguntada sobre como é sua relação com a família dele, “*Conheci a família apenas depois de cinco meses de relacionamento, porque Cravo sabia que não seria fácil, principalmente para seu pai e a família dele, que é muito conservadora. Para mim, ainda é complicado falar sobre isso*”[...] *meu companheiro tem se esforçado para que me “aceitem”, para o emprego do termo conservador, nessa resposta, é interessante observar que essa narrativa está bem presente, ainda nos tempos atuais, é comum ouvir adolescentes e adultos admitirem ter sido incentivados por seus pais a se casar com brancos e a gerar filhos mais brancos, por exemplo.*

Percebe-se que a maioria das pessoas que admitem ouvir isso em suas casas buscam seguir o exemplo, pelo viés “conservador” e por busca de “aceitação” se relacionam com parceiros brancos ou quase brancos. Hoje em dia, porém, estamos lentamente vendo uma crescente rejeição a essa ideologia, à medida que mais e mais brasileiros não brancos estão começando a questionar essas crenças impostas a eles

e seus ancestrais por décadas.

Compreende-se que, para a entrevistada nº 2, diante da população branca, muitas vezes a reação, quando acompanhada por seu marido, é carregada de racismo e machismo. Diante disso, pode-se verificar a busca por defesa frente ao argumento de que as mulheres "não são propriedade de homens" e observa-se a reivindicação de uma necessidade do olhar da sociedade para casais mistos como naturalizados.

Apesar de a segunda entrevistada relatar que a discriminação parte da família de seu cônjuge e não de seu ciclo de amigos ou trabalho, um dos grandes problemas das pessoas com relações afetivas inter-raciais é que elas sofrem uma grande exclusão. A entrevistada informa que, em uma situação em que a avó paterna de seu cônjuge estava hospitalizada, e a entrevistada foi visitar a paciente no hospital, ninguém da família de seu parceiro a cumprimentou. Essa antinaturalidade responde ao racismo mais estrutural da sociedade, que é sutil, mas que se arrasta dentro de nós.

O entrevistado nº 3 (Cravo) é um homem branco, com 36 anos de idade, policial civil, e está em um relacionamento inter-racial há 9 meses. Ele conta que a família de sua parceira sempre o tratou bem, mesmo tendo ciência das barreiras que sua namorada teve para que os dois ficassem juntos, devido a sua parceira nunca ter namorado com um homem branco, a família teve certas dificuldades para lidar com essa relação inter-racial.

O entrevistado relata que o racismo nunca foi pauta na casa dele até conhecer sua atual namorada, a partir desse ponto, o entrevistado informa que começou a prestar mais atenção aos detalhes e que até mesmo piadas que ele achava normal, compreendeu que era racista.

Observa-se, neste ponto, que o racismo, nesse caso, está figurado como algo "aceitável" e comum frente às piadas e comentários discriminatórios. Logo, compreende-se que os relacionamentos inter-raciais, como todos os relacionamentos, representam seu quinhão de problemas. Contudo, as tensões que surgem, sejam elas pelas diferenças culturais familiares, sejam elas pela natureza discriminatória travestida como algo banal, podem ser superadas.

Vê-se que o entrevistado relata que nunca se sentiu discriminado e que nunca participou de nenhuma manifestação, porém ele sente a necessidade de conversar mais com sua parceira sobre o assunto. Essa superação advém de uma boa comunicação e, quando o indivíduo estabelece com um parceiro que compartilha seus princípios, a ética e moral comuns provam ser mais significativos do que os antecedentes raciais comuns na determinação do sucesso de um casal.

O entrevistado nº 4 (Lírio) é um homem negro, com 35 anos de idade, formado em direito e está em uma relação inter-racial há 3 anos. Ao ser perguntado sobre como é sua relação com a família dela, ele informou que não tem muito contato, uma vez que a própria parceira teve que enfrentar várias barreiras para assumir essa relação.

Considera-se inúmeras situações nas quais vários casais inter-raciais passaram por cenários difíceis. Essa narrativa superficial exposta pelo quarto entrevistado (sabendo que a parceira teve que enfrentar várias barreiras) é apenas mais uma na longa lista que vários negros, de modo geral, passam em seus cotidianos.

Há uma crença de que o racismo termina quando as raças são misturadas, quando os grupos são integrados. No entanto, o fato de pessoas de diferentes raças compartilharem espaços, que socializam através da amizade ou se apaixonam, não é garantia de que as tensões raciais deixem de existir. Pelo contrário, o que antes era feito, muitas vezes de forma velada, agora passa a ser exteriorizado.

No Estado do Rio Grande do Sul, frente à pesquisa, e esta reflete a posição nacional, colocam de forma indireta, em práticas microrracistas, em circulação o discurso da miscigenação para gerar uma identidade homogênea. Os sujeitos foram incentivados a se integrar cultural e socialmente, e a diversidade preexistente das populações ficam deliberadamente desconhecidas. A ancoragem de uma relação inter-racial é indesejável para muitos, porque, frente à ótica racista, implica atraso e incivilização.

É interessante observar que, quando se olha pela natureza histórica, territórios afro-indígenas foram saqueados, assim como mentes foram colonizadas, nesse viés, pensa-se: seja menos negro para ser aceito. Progresso, desenvolvimento e modernização foram os pilares que sustentaram a miscigenação como ideologia.

A entrevistada nº 5 (Tulipa) é uma mulher de 36 anos, branca, trabalha com turismo, conheceu seu parceiro na época em que cursava faculdade. Ele, por ser negro, ela informa que sabia que teria de enfrentar os vários tipos de preconceito que surgiriam dessa relação, à priori, ela relata que seus pais tiveram receio. É interessante observar que a quinta entrevistada informa que já presenciou a ideia dos próprios negros que argumentam que negro tem que apenas se relacionar com negros.

Neste ponto, frisa-se que poucos indivíduos assumem abertamente ter preconceito, em especial, quando o ser não tem consciência de seus próprios preconceitos em alguma medida. Apesar de grande parte dos indivíduos só considerar a etnia negra quando a pauta é preconceito e racismo, pode-se, também, identificar que não é novidade que, por exemplo, pessoas brancas que fazem alguma atividade ou que têm algum hábito que provém da cultura negra serem ostracizadas, bem como julgadas. Nesse cenário, quando se trata de relação inter-racial, conforme o relato da entrevistada em questão, por ela ser branca e estar em um relacionamento com um negro, muitos negros agem como se ela estivesse errada.

O entrevistado nº 6 (Girassol) é um homem negro, 41 anos, é sócio em um escritório de advocacia. Vê-se que, nessa entrevista, fica clara a visão do entrevistado frente ao racismo sofrido e a visão da parceira dele ser considerada “mais branda”, há um momento em que a parceira iguala os preconceitos por ele vivido em um exemplo que ela sofreu preconceito de gênero. Nota-se que, quando relatado pelo entrevistado que já sofreu racismo, por exemplo em restaurantes mais refinados, em que as pessoas olham e julgam o casal, pode-se compreender como um preconceito da sociedade em não aceitar a relação inter-racial frente às ações de se atribuir específicos gostos ou capacidades de um indivíduo com a justificativa única de que tal característica é exclusiva da etnia à qual esse indivíduo pertence, mesmo que não se tenha a intenção de discriminar, há a disseminação da ideia de um estereótipo racial.

Nessa linha, pode-se compreender como preconceito não intencional, frente às ações de se atribuir específicos gostos ou capacidades de um indivíduo com a justificativa única de que tal característica é exclusiva da etnia à qual esse indivíduo pertence, mesmo que não se tenha a intenção de discriminar, há a disseminação da ideia de um estereótipo racial, tal como argumentado por um próprio negro que as relações afetivas só podem existir entre eles.

Ao analisar a presente entrevista, pode-se compreender que as pessoas tendem a se confundir sobre os termos preconceito e racista, muitas famílias das pessoas entrevistadas podem não se considerar racistas, quando, por exemplo, um pai para de conversar com sua filha devido ela estar em uma relação inter-racial. É importante compreender que o preconceito se refere às noções sociológicas sobre um determinado grupo. Um exemplo de preconceito seria agarrar seus pertences com muita força quando você vê uma pessoa de pele escura com medo de que ela o roube.

O racismo, por outro lado, tem mais a ver com poder. Não é apenas a crença de que uma determinada raça é superior, mas também é um sistema que aproveita essa crença para garantir que o grupo no poder permaneça no poder enquanto os grupos marginalizados permanecem oprimidos. Nesse viés, pensa-se, uma pessoa racista nem sempre é alguém que marcha pelas ruas de Porto Alegre com tochas ardentes, insultando e gerando discursos de ódio. Frequentemente, uma pessoa racista é o subproduto de seu privilégio e ambiente em que certas noções de inferioridade dos grupos minoritários raciais foram reforçadas.

As palavras e os sentimentos por trás dos familiares que reprovaram a relação inter-racial de um membro seu não são necessariamente sobre ódio, mas mais sobre dinâmica de poder e medo de perder a supremacia “investida” dentro da família.

É certo que o Brasil teve mudanças significativas culturais ao longo do século passado relacionados às relações entre pessoas de diferentes raças. Culturalmente, no entanto, os relacionamentos inter-raciais ainda nem sempre são aceitos e as pessoas neles podem ter que esconder seu relacionamento ou reprimir seus sentimentos se sua família ou comunidade não aprovar. A realidade é que, infelizmente, a raça no contexto de um relacionamento inter-racial é uma questão predominante e continuará sendo uma questão enquanto houver uma dinâmica de poder que priorize certos indivíduos em detrimento de outros.

A raça será inevitavelmente um tópico importante de discussão durante a maioria dos relacionamentos inter-raciais, pois não fará justiça a ninguém fingir que esses problemas desaparecem simplesmente como resultado de estar em um relacionamento com alguém de uma raça diferente. Os relacionamentos inter-raciais podem ser uma coisa bonita, contudo, não se deve ponderar que esta ação torna a

solução para o racismo.

Viu-se nas entrevistas geradas que a conversa entre o parceiro e a empatia entre o casal para poder obter uma compreensão mais profunda de como é viver no lugar da outra pessoa, dá a ambos os parceiros a chance de desaprender quaisquer crenças implícitas que possam ter antes. Isso é importante em qualquer relacionamento, mas pode ser particularmente relevante em um relacionamento inter-racial.

Todos nós já ouvimos a frase típica "não vejo cor", usada em referência a pessoas de cor. Aparentemente, pode ser bom ouvir isso, mas optar por não ver as diferenças um do outro implica que há algo de vergonhoso em uma determinada cultura, a ponto de não poder ser discutida abertamente.

Diante desse contexto, não é de surpreender que o resultado das entrevistas realizadas evidencia comentários entre famílias de forma microrracista. Podemos estar cientes de quem ou a quem dedicamos tempo e atenção. Compreende-se, neste ponto, que o amor parece não ser universal, desde que cada grupo social no tempo e no espaço construa seus modos culturais de amar. O amor não é como a sociedade racista pinta, podemos escolher quem amar, conscientes e politizados, podemos deixar de lado as pressões estruturais do racismo.

Vê-se que a relação afetiva inter-racial, de modo geral, enfrenta desafios extras de pessoas de fora dele. Pôde-se perceber nas entrevistas, como um todo, oito fatores presentes na relação afetiva inter-racial, sendo elas:

- Hostilidade aberta e intimidação
- Estereotipagem negativa
- Comentários depreciativos de terceiros
- Olhares, insultos, piadas e sussurros
- Comentários negativos no ciclo de amizades do cônjuge
- Uma sensação de isolamento
- Rejeição da família ou deserdação
- Perda de contato com amigos ou familiares que desaprovam

Compreende-se que há um número crescente de indivíduos que estão entrando em relacionamentos inter-raciais hoje e, no campo da ciência da família, é importante aprender maneiras de navegar com sucesso por esses relacionamentos e promover resultados saudáveis. Além disso, pesquisas dedicadas à compreensão dos processos e fatores que beneficiam as relações inter-raciais podem servir para reforçar essas uniões em meio a atos discriminatórios.

É necessário entender o contexto e as experiências culturais para compreender um processo de relacionamento. Essa consideração, no entanto, exige que os indivíduos reconheçam que cada indivíduo é moldado exclusivamente por suas experiências individuais e, desse modo, tem-se o desenvolvimento de sua identidade, que, por sua vez, impactará suas relações.

A presente pesquisa, ao apresentar essa entrevista semiestruturada, permitiu observar que os principais resultados do estudo sugerem que a identidade racial, tipicamente confinada a uma experiência singular que ocorre no desenvolvimento individual, é um aspecto importante e merece atenção em uma relação afetiva inter-racial.

Especificamente, verificou-se que a identidade racial é positivamente relacionada para os participantes negros, quando se expõem a atenuação do racismo. Esses achados estão alinhados com pesquisas anteriores, tais como (Phinney, 1995; Umaña-Taylor et al., 2002).

Se a identidade étnica não é um indicador importante do desenvolvimento da identidade para indivíduos brancos, faria sentido que esse viés não gere impactos substanciais para esse grupo, por exemplo, como seria para indivíduos de minorias étnicas.

Ao analisar a busca pelo atendimento do objetivo proposto neste estudo, que é constatar de que forma se manifestam as pressões envolvidas na construção dessas relações e compreender as contradições de uma sociedade que se vangloria da mestiçagem como um indício de ausência de conflitos raciais, vê-se que a tenacidade das ideias de mestiçagem sobre a compreensão enraizada de que a mistura é, em algum nível, antitética ao racismo, observa-se uma característica de democracia racial que a mestiçagem supostamente produz é que ela representa um estado de coisas aspiracionais

a nível de futuro. Isso significa que, embora seja continuamente necessário destacar o racismo e sua operação, também precisamos prestar atenção ao modo como ele trabalha em íntima conjunção com forças que tendem a reduzir a hierarquia racial.

Podemos destacar destas entrevistas um padrão comum de reconhecimentos heterogêneos e contraditórios do racismo e negações dele. Esse padrão surge substancialmente frente aos detalhes sobre as dimensões pessoais, emocionais e experimentais da diferença racial. Verifica-se que todos os entrevistados em suas respectivas relações inter-raciais precisam “lidar” com o racismo, seja ele oriundo da própria família, seja ele do ciclo social do entrevistado, uma vez que, para alguns entrevistados, a própria família mostrou oposição gerando, assim, discriminação.

Particularmente, chama-se a atenção ao fato de as respostas se concentrarem em processos estruturais discursivos de exclusão, seja uma exclusão econômica, seja uma exclusão política, muitas vezes com o objetivo de medir as dimensões da desigualdade racial e o papel da discriminação racial na sua criação e perpetuação.

Retrata-se contradições e tensões das formações raciais nas entrevistas aqui expostas. Observa-se ações racistas de familiares e amigos como uma máscara simples que cobre as realidades do racismo e da desigualdade racial. Revela-se, portanto, a maneira como essas contradições operam e como as pessoas se envolvem com as realidades simultâneas, mas parciais, da hierarquia racial e da insignificância da raça, que estão implícitas nas ideias e práticas da mestiçagem.

Destaca-se, neste ponto, a democracia racial, até mesmo a inocência racial em um cenário de hiperconsciência e negação da raça na qual os brasileiros, de modo geral, têm plena consciência da diferença racial e de suas implicações sociais, mesmo quando não são explicitadas; mas, comumente, eles negam ou minimizam sua importância e, às vezes, com cumprimentos complicados, tal como um pai achar errado sua filha ter uma relação inter-racial, logo, quando desafiados ou quando certas situações trazem à superfície diferenças racializadas, vê-se um agir preconceituoso de modo “natural”.

De fato, as entrevistas nos dão uma melhor compreensão da negação e minimização das pessoas do que sua consciência de raça. O estigma associado à negritude significa que as pessoas adquirem várias estratégias de enfrentamento, incluindo exemplos de resistência: aprendem “fluência racial” (como usar os termos de cor/raça de maneira

apropriada, incluindo não usá-los) e aprendem etiqueta racial para evitar possíveis vergonha e desprezo.

Observa-se essa etiqueta com razão, que os estereótipos raciais infligem a experiência da desigualdade de classe de maneiras poderosas, de modo que os negros são hipersensíveis a fatores de reputação, tal como é narrado pelo entrevistado nº 4 que *“em várias vezes, tanto em relação a família dela, quanto na rua, são muitos olhares desconfiados, como se eu estivesse fazendo algo de errado”*.

Compreende-se, portanto, que as ideias e os julgamentos fortemente baseados na aparência racializada (cor da pele, tipo de cabelo, forma do nariz, dentre outros), e o estigma associado ao capital corporal categorizado como preto, pode afetar profundamente os relacionamentos e as disposições emocionais em famílias inter-raciais.

Mostra aqui uma imagem deprimente de racismo informal de pessoas que suas ações levam à segregação racial. Chama-se a atenção para as formas negligenciadas pelas quais as pessoas tendem a ter uma dinâmica racial multiculturalista de uma visão geral incisiva da subordinação dos afrodescendentes.

Todo sofrimento é relacional, é psíquico e é social, sendo essas dimensões inseparáveis da experiência humana. O racismo é um fenômeno que carece para ser conhecido tanto a investigação de seus determinantes objetivos, no campo da História e das Ciências Sociais, quanto a compreensão de seus impactos psíquicos nos sujeitos, nas famílias e nos grupos. Por isso, esta pesquisa pensa o racismo a partir das experiências dos indivíduos envolvidos e suas famílias, sendo os casais inter-raciais um fenômeno singular, no qual é possível ver como as potencialidades de violência racial, mas também de seu reconhecimento e enfrentamento, podem ter origem no interior da própria intimidade familiar.

Observamos de forma concreta que os casais Margarida/Cravo e Rosa/Lírio, independentemente do gênero, nesse caso, os negros são os que recebem menos. Margarida, negra de 35 anos, está na faixa D da renda mensal enquanto seu companheiro, Cravo, branco de 36 anos, está na faixa C. Da mesma forma, enquanto Lírio, negro de 35 anos, está enquadrado na faixa D da renda mensal, sua companheira, Rosa, branca de 30 anos, já se enquadra na faixa C, mesmo sendo cinco anos mais jovem. A única entrevista onde o negro recebe mais que o branco é o

casal Tulipa e Girassol, branca de 36 anos e negro de 41 anos, respectivamente. Nesse caso, o homem negro está enquadrado na faixa salarial B, enquanto a mulher branca enquadra-se na faixa C.

Ainda nesse contexto, nota-se que, exceto Girassol, todos os outros entrevistados afirmam que esse é o primeiro relacionamento inter-racial. Já Girassol conta que teve outras relações com mulheres brancas, mas sempre casos breves. Aqui, chamamos a atenção que Girassol, por ser o único negro a ganhar entre R\$9.370,01 a R\$ 18.740,00, o que é muito mais do que a grande maioria da população brasileira, foi o único a se relacionar com mulheres brancas antes. Uma questão importante a ser destacada aqui é que, na maioria dos casamentos inter-raciais, conforme o livro “Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica”, de Edward Telles, em cinco de seis casamentos, o cônjuge negro tem status socioeconômico superior. Numa visão social, a pessoa negra com uma condição financeira mais elevada é mais “aceita” no meio branco, como se o status econômico passasse por cima dos estigmas e preconceitos.

A pesquisa é resultado dos depoimentos de três casais inter-raciais, cada membro entrevistado de forma individual. Em cada entrevista, podemos ver como estes elementos são dinamizados de modos singulares em cada uma das relações, a partir das histórias das relações com as famílias e amigos, das relações de amor e ódio que se estabelecem entre os vínculos. Nessa narrativa, eu tentei mostrar como o que poderia ser tomado como um elemento objetivo, a cor da pele, ganha diferentes tons no imaginário dos membros das famílias. O que vemos, com os casos apresentados nesta dissertação, é que as dinâmicas de afetos e identificações que constituem o mundo interno de cada um de nós, bem como os vínculos que estabelecemos, não podem ser desconsiderados quando se busca compreender, em cada caso singular, o modo como a cor da pele, a própria e a do outro, é sentida e significada.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já referi no decorrer do texto, este trabalho surgiu de uma série de inquietações que encontrei em minha trajetória como estudante e pesquisadora das relações raciais brasileiras. A pergunta que iniciou este trabalho começou quando eu tive mais contato com essa questão, através do meu próprio casamento inter-racial. Essa pergunta foi formulada a partir de diferentes relatos de sujeitos que, em diferentes momentos, expunham a mim os conflitos gerados pela questão da raça no interior de suas relações afetivas. Os relatos eram de pessoas com sofrimentos intensos de racismo, com feridas profundas e traumáticas vividas no seio familiar. A partir desses relatos, surgiu o desejo de compreender como essas relações, permeadas por tanto amor e afeto, poderiam também ser tão violentas e repressoras do ponto de vista racial.

A sociedade atual, como foi evidenciada ao longo desta investigação, encontra-se caracterizada por pessoas que se contêm um universo particular e coletivo. Por estarem cientes da variedade de suas comunidades, estão, de modo geral, acostumadas a entrar em contato com pessoas de diferentes partes do mundo, apesar da existência de barreiras contra a interculturalidade. Com o tempo, a comunicação e as relações entre etnias serão os fatores que mais caracterizarão as identidades e comunidades.

Em relação a essa última ideia, também se tem a compreensão, de modo geral, de que todas as pessoas são diversas, não por pertencerem a raças diferentes, mas porque são educadas em grupos étnicos que mostram a variedade e diversidade humana.

O intuito aqui foi investigar como a ideia de raça e, particularmente, a ideia falaciosa de “superioridade”, construída acerca do significado de “ser branco”, foi apropriada por sujeitos considerados brancos. Os resultados desta pesquisa evidenciam que a ideia falaciosa de superioridade moral, social, econômica, intelectual e estética ainda faz parte da construção desses sujeitos, construindo, então, o que foi nomeado como branquitude, ou seja, identidade racial branca. De fato, como pudemos concluir, a posição social/econômica do sujeito perpassa aos preconceitos de cor e raça.

Portanto, considera-se que uma visão de mundo deve ser incentivada dentro da interculturalidade, com a intenção de eliminar expressões ou pensamentos como atos discriminatórios e racistas, entre outras questões. A maneira de enfrentar esses movimentos que tentam contra a identidade do outro deve ser vista pelo viés da educação, uma vez que não se deve deixar levar por medo que aparece quando se encontra algo novo e que traga uma mudança. Então o que se pretende explicar é que o ser humano atual está imerso em um mundo de confortos, físicos e mentais, e a interculturalidade permite tomar a diversidade como uma oportunidade positiva para nossa evolução e crescimento individual, coletivo e social.

Como se pode integrar valores culturais o fato de que um coletivo é considerado inferior a outro? Desde o ponto de vista da educação e reflexão, achamos extremamente complicado tentar entender conceitos como o racismo, mas esse entendimento é básico para ser capaz de lutar, não se pode enfrentar o que não se sabe, talvez inconscientemente percebe-se isso.

O racismo travestido em seu modo microrracista gera a possibilidade de conhecer o conceito, as expressões e outros recursos que compõem a intenção de cada um de nós. Um desdobramento possível desta pesquisa seria, portanto, compreender como a branquitude é deslocada, desconstruída, negociada, e, também, afirmada nas relações afetivas interpessoais entre brancos e negros. Aí pode estar a chave para se compreender as múltiplas relações de dominação racial na intimidade familiar e, também, como essas relações afetivas podem ser o gatilho para processos de desidentificação, ou seja, a desconstrução do racismo em sujeitos brancos. Minha hipótese de partida foi a de que a intimidade inter-racial seria um lugar privilegiado para contribuir na compreensão qualitativa das relações raciais brasileiras.

Entende-se que a discriminação contra o negro é algo que causa sofrimento, uma vez que há conscientização popular, pode-se ter ações que permitem combater o racismo. Podemos dizer que temos, no Brasil, uma estrutura social na qual a raça é um marcador social da desigualdade. Nesse sentido, o racismo é estrutural. Sendo estrutural, ele está em todos os lugares do tecido social, inclusive na intimidade das relações.

A presença do racismo na sociedade, seja ela sutil ou não, mantém uma exaltação da supremacia de uma cultura sobre outra, do arrebatamento de privilégios de minorias. Cada um de nós muitas vezes não tem a noção do dano que o racismo gera, e esse mal causa muitas barreiras além da exclusão.

Entendemos que a branquitude se caracteriza nas sociedades estruturadas pelo racismo como um lugar de privilégios materiais e simbólicos, construído pela ideia de “superioridade racial branca”, que foi forjada através do conceito de raça, edificado pelos homens da ciência no século XIX, delimitando, assim, fronteiras hierarquizadas entre brancos e outras construções racializadas.

Conclui-se que os desafios que surgem de um ponto de vista pessoal e profissional independente do trabalho que um analista social, por exemplo, irá encontrar, compreende-se que o foco deve ser voltado para a educação, uma vez que conscientizando sobre o problema junto com facilitadores da construção de conhecimento, é que gradualmente combater o racismo, em especial, em relações afetivas inter-raciais.

Assim, falar sobre casais inter-raciais teve o intuito de entender como a estrutura social que vivemos, de um mundo hierarquizado pela e através da colonização europeia – e que nos trouxe o terrível legado do racismo e da ideia de raça como componente fundamental da colônia –, se atualiza dentro das relações mais próximas e corriqueiras, que são as dinâmicas familiares. O discurso de um amor “romântico”, “puro”, e que “a tudo supera” encobre o fato de que mesmo os laços afetivos mais nobres se formam e se mantêm no interior de um mundo hierarquizado, violento e profundamente desigual.

Sugere-se, para trabalhos futuros, a exploração dessas associações da manifestação de racismo em relações inter-raciais e como elas diferem quando ambos os parceiros pertencem ao mesmo grupo racial, como parte da maioria ou minoria.

A conclusão da pesquisadora é a de que, no Brasil, é possível ser contra o racismo, achar que o racismo é um mal a ser combatido, casar com “negro”, e mesmo assim, ser racista. Racista no sentido de hierarquizar as pessoas a partir do fenótipo, de achar o “cabelo do branco” mais bonito, o “nariz do branco” mais bonito, e assim por diante. Mas, se a família inter-racial é, muitas vezes o lócus de vivências raciais,

ela também pode ser um espaço privilegiado para o acolhimento e o desenvolvimento de estratégias de enfrentamento do racismo da sociedade envolvente, como pude verificar em mais de uma entrevista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO e. DE Taunay. **Subsídio para a História do Tráfico Africano no Brasil**. São Paulo, 1941.

ALLPORT, G. **The nature of prejudice**. Massachusetts: Addison-Wesley Publishing Company, Inc. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/44941453/235210146-Allport-Gordon-Nature-Of-Prejudice-EUDEBA1971.pdf>. Acesso em: 12/11/2019.

ALMEIDA, Sílvio. **O que é racismo estrutural?**, Editora Letramento, 2018.
DE AZEVEDO, Célia Maria Marinho. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARBOSA, Eni. **O processo legislativo e a escravidão negra na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul**. Porto alegre, Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul; CO RAG, 1987.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **Cultura negra e dominação**. São Leopoldo: Editora UNISINOS; 2002.

BRATTER, Jenifer L. & ESCHBACH, Karl. What about the couple? Interracial marriage and psychological distress. **Social Science Research**, v. 35, n. 4, p. 1025-1047, 2006. Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2006-21158-007>. Acesso em 21/11/2019.

BRYANT, DIRK & BURKE, LAURETTA & MCMANUS, JOHN & SPALDING, MARK. **Reefs at Risk: A Map-Based Indicator of Threats to the World's Coral Reefs**. 2002.

BURITY, Joanildo A. **Identidade e cidadania: a cultura cívica no contexto de uma nova relação entre sociedade civil, indivíduos e estado**. Coleção de Leis do Império do Brasil, 1808-1889. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/doimperio>. Acesso em 15/05/2019.

CASTRO, Alex. **Racismo, miscigenação e casamentos inter-raciais no Brasil**. Geledés Instituto da Mulher Negra. 2013. Disponível em: geledes.org.br/racismomiscigenação-e-casamentos-inter-raciais-no-brasil-2. Acesso em 29/08/2019.

COLLEYN, J. P. The color of the Words, **Journal of the Institute of Sociology**, Solvay 3-4, p. 467-479, 1983.

COOPER, A. **The racism**. Madrid: Morata, S.L. 2009.

COSTA, Sérgio. A construção sociológica da raça no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**. vol. 24, n. 1, p. 35-61, 2002.

COSTA, Rosely Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, n. 21, p.

94-120, Dossiê UFRGS, Porto Alegre, 2009.

COUTO, Mia. **“A África que existe na cabeça das pessoas é folclorizada”**. 2009. Disponível em:

<http://g1.globo.com/noticias/poparte/0,,mul120794a+africa+que+existe+na+cabeca+das+pessoas+e+folclorizada+diz+mia+couto.html>. Acesso em 21/11/2019.

DAINTON, M. An interdependence approach to relationship maintenance in interracial marriage. **Journal of Social Issues**, v. 71, n. 4, p. 772-787, 2015.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

ELDIARIOES. [Eldiarioes]. **Six racist expressions that escape us every day**. [Video file]. (April 20, 2017). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=f7E1V5m_qlJU. Acesso em 11/11/2019.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes, vol. 2**. São Paulo: Ática, 1978.

FRANKLIN, Ricardo Ferreira; CAMARGO, Amilton Carlos. A naturalização do preconceito na formação da identidade afro-brasileira. **Eccos Revista Científica**. São Paulo: UNINOVE, v. 3, n. 1, p. 75-92, 2001.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

FRAGA FILHO, Walter_Salvador: **Centro de Estudos Afro-Orientais**; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. v. 21, Rio de Janeiro: José Olympio, 1981.

FRY, Peter. **A persistência da raça. Ensaios antropológicos entre o Brasil e a África austral**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Estudo EBAPE revela aumento de casamentos inter-raciais**. 2013. Disponível em: portal.fgv.br/noticias/estudo-professor-ebape-revela-aumento-casamentos-inter-raciais. Acesso em 28/08/2019.

GAINES, JR, S. O. Coping with prejudice: Personal relationship partners as sources of socioemotional support for stigmatized individuals. **Journal of Social Issues**, v. 57, n. 1, p. 113- 128, 2001.

GALEÃO-SILVA, Luís Guilherme. **Adesão ao fascismo e preconceitos contra negros: um estudo com universitários na cidade de São Paulo**. Tese de doutorado da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2007.

GEREHOU, M. [New Code]. **Racism on television**. [Archive Of video]. October the 17th of 2017). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8wsTHpp Ql6I>. Acesso em 21/11/2019.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia**. v. 6, Porto Alegre, 2005.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.

GOFFMAN, Erving, **Estigma**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, editora LTC, 1988.

GOMES, Flávio dos Santos. **Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e o pós-emancipação no Brasil**. Passo Fundo: UPF, 2003.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). **Tempo Social**, v. 13, n. 2, p. 121-142, São Paulo: USP, 2001.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade**. v. 7, Rio de Janeiro: DPeA, 2002.

HASENBALG, Carlos Alfredo. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HELMS, JE. **Uma corrida é uma coisa agradável de se ter: Um guia para ser uma pessoa branca ou entender as pessoas brancas em sua vida**. Topeka, KS: Comunicações de Conteúdo, 1992.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

INTER Group Glossary. *In*: INTER Group. **Racism: what it is and how it is tackled**. A guide to talk about racism. p. 187- 206. Madrid: Pearson Educación, S.A, 2007.

INTER Group Module 4. Racism. How does it reproduce?. *In*: INTER Group. **Racism: what it is and how it is tackled. A guide to talk about racism**. p. 115-143. Madrid: Pearson Educación, S.A, 2007.

KIANG, Lisa., YIP, T., GONZALES, M., WITKOW, M., & FULIGNI, A. J. **Ethnic identity and daily psychological well-being of adolescents from Mexican and Chinese backgrounds**. *Child Development*, v. 77, n. 5, p. 1338–1350, 2006

KILLIAN, Kyle D. Crossing borders: Race, gender, and their intersections in interracial couples. **Journal of Feminist Family Therapy**, v. 13, n. 1, p. 1–31, 2001.

LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017.

LESLIE, Leigh A.; YOUNG, Jenifer L. Interracial couples in therapy: Common themes and issues. **Journal of Social Issues**, v. 71, n. 4, p. 788-803, 2015.

LI, W; ZHAO, Y. Análise bibliométrica de pesquisa de avaliação ambiental global em um período de 20 anos. *Environ. Avaliação de impacto*. v. 50, p. 50, 158-166, 2015.

LIEBERMAN Leonard, KIRK, Rodney C.; LITTLEFIELD, Alice. Perishing paradigm: Race– 1931– 99. *American Anthropologist*. v. 105, n. 1, p. 110–13, 2003.

LULEWICZ-SAS, Agata. **Responsabilidade social corporativa à luz da ciência da administração** - análise bibliométrica. *Procedia Eng*. v. 182, p. 412-417, 2017.

LUNA, Luiz. **O Negro na luta contra a escravidão**. Rio de Janeiro: Leitura, 1968.

MACEDO, Sérgio D. Teixeira. **Crônica do Negro no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 1974.

MARTIN, L. G. Stigma: a social learning perspective. In Ainlay, S. C.; Becker, G.; Colman, L. M. A. (Ed). **The Dilemma of Difference**. New York: Plenum. p. 145-161, 1986.

MATTOSO, Kátia de Queirós. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, v. 2, 1988.

MUNANGA, Kabenguele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. *In: Educação e população negra e indígena. Movimento - Revista da Faculdade de Educação da Faculdade Federal Fluminense*, n. 12, setembro, 2005

OLIVEIRA, Iolanda (org). **Relações Raciais e Educação: alguns determinantes**. Niterói: Intertexto/ Cadernos PENESB. v. 1, 1999.

PÉREZ, Juan Antonio; FERNÁNDEZ, Francisco Dasí. Nuevas formas de racismo. *In: J. Francisco Morales; Mioguel Olza (org.). Psicología social y trabajo social*. Madrid: McGraw- Hill, p. 202-223, 1996.

QUIJANO, Aníbal; Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. 2000.

REYNOLDS, Jamila E.; GONZALES-BACKEN, M. A.; ALLEN, K. A.; HURLEY, E. A.; DONOVAN, R. A.; SCHWARTZ, S. J.; HUDSON, M.; AGOCHA, B.; WILLIAMS, M. Ethnic–racial identity of Black emerging adults: The role of parenting and ethnic–racial socialization. **Journal of Family Issues**. early view, 2016.

ROWE, Wayne; BENNETT, Sandra K.; ATKINSON, Donald R. **Modelos de identidade racial branca**. *O psicólogo de aconselhamento*. v. 22, n. 1, p. 129-146, 1994.

SALES JUNIOR, Ronaldo Laurentino. **Raça e justiça: o mito da democracia racial e o racismo institucional no fluxo de justiça**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2009.

SILVA FILHO, José Barbosa da. **A questão Racial na História do Brasil: velhos**

estereótipos, novas abordagens. Monografia apresentada no curso de Pós-Graduação lato-sensu, PENESB, Faculdade de Educação-UFF, Niterói, RJ, 1997

SILVÉRIO, Valter Roberto. A (re)configuração do nacional e a questão da diversidade. *In*: ABROMOWICZ, Anete e Silvério, Valter Roberto. **Afirmando diferenças: montando o quebra-cabeça da diversidade na escola.** Campinas, SP: Papyrus. p. 87-108. 2005

SIQUEIRA, Maria de Lourdes. **Intelectualidade Negra e pesquisa científica.** Salvador: EDUFBA, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano.** São Paulo: Ática. 2008.

STEINBUGLER, Amy C. Visibility as privilege and danger: Heterosexual and same-sex interracial intimacy in the 21st century. **Sexualities**, v. 8, n. 4, p. 425–443, 2005.

TELLES, Edward. **Racismo à Brasileira: Uma Nova Perspectiva Sociológica.** Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2003.

VAN ECK, N. J.; WALTMAN, L. Pesquisa de software: Vosviewer, um programa de computador para mapeamento bibliométrico. **Scientometrics**. v. 84, p. 523-538, 2010.

VAN NUNEN, K.; LI, J.; RENIERS, G.; PONNET, K. **Análise bibliométrica de pesquisa em cultura de segurança.** Saf. Sci. v. 108, p. 248-258, 2018.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil: 1870- 1914.** São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1991.

WANG, Wendy. The rise of intermarriage: Rates. **Characteristics vary by race and gender.** Washington, DC: Pew Research Center. 2012.

ANEXO A – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADA 1

ROSA, COMPANHEIRA DE LÍRIO

Mestrado em Ciências Sociais: Estigma e discriminação: uma análise teórica e crítica sobre as relações afetivas inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Andréia Mendes dos Santos Professora Escola de Humanidade PUCRS
Professora/ Pesquisadora PPGEDU Editora Revista Educação

Mestranda: Alice Viali

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania

Características da(o) entrevistada(o)

Gênero: feminino

Cor: branca

Cidade atual: Porto Alegre/RS

Idade: 30

Renda: C

E – Até 2 SM – R\$1.874,00
D – De 2 a 4 SM – R\$1.874,01 a R\$3.748,00
C – De 4 a 10 SM – R\$3.748,01 a R\$9.370,00
B – De 10 a 20 SM – R\$9.370,01 a R\$18.740,00
A – Acima de 20 SM – R\$18.740,01

- Fale um pouco sobre sua vida pessoal (infância, estudo, trabalho...).

Tive uma infância muito tranquila, morava no interior com meus pais e irmã. Minha família é muito grande e muito unida, uma típica família italiana. Estudei em escola particular a vida toda, depois de formada no ensino médio vim morar em Porto Alegre, fiz faculdade de direito na PUC/RS. Depois de formada, fiz cursinhos para concurso e hoje sou servidora pública do Estado.

- Como conheceu seu companheiro?

Em um seminário de criminologia da faculdade, trocamos olhares e ali já percebemos uma conexão muito forte. Depois fomos apresentados por colegas em comum.

- Há quanto tempo estão juntos?

3 anos

- Como é sua relação com a família dele?

É uma relação muito boa, nos apoiam e ajudam sempre.

- Como sua família reagiu no início da relação?

Não reagiu nada bem. A primeira pessoa que contei que estava namorando com ele foi minha mãe, mandei uma foto para ela, pois não moramos na mesma cidade. Ela ficou super preocupada como eu ia contar para o meu pai que estava namorando um negro e ficou me pedindo o quanto negro ele era, se era muito escuro ou mais ou menos. Quando falei para o meu pai que estava em um novo relacionamento e em breve ia apresentá-lo, não citei o fato de ele ser negro, contrariando a vontade da minha mãe, pois não acho que isso é relevante. Quando finalmente levei o Lírio na casa dos meus pais, meu pai ficou em choque, o cumprimentou com frieza e depois não conversou com ninguém. Logo na mesma semana, ele veio falar para eu terminar aquele relacionamento porque ele não ia aceitar eu namorar alguém que não tinha procedência.

- Como é sua família hoje em relação a esse relacionamento?

Minha mãe aceita, mas eu sinto que é mais para não discutirmos, meu pai está sem falar comigo há quase três anos. No início, eu tentei combater esse preconceito e mostrar que não tem nada a ver, mas depois eu vi que só ia me fazer mal e fazer mal ao nosso relacionamento, pois tivemos muitas discussões por isso. Então acabei me afastando, eu e meu pai não nos falamos há quase três anos.

- Você já se sentiu discriminada por essa relação?

Muitas vezes, na rua me sinto constantemente discriminada e julgada, uma coisa que nunca tinha sentido. Por ser branca, nunca senti esse tipo de coisas, depois de começar a namorar

o Lírio, foi como se eu tivesse entrado em outro universo, comecei a perceber coisas que até então passavam despercebidas. O jeito que me tratam quando estou com ele é muito diferente de quando estou sozinha. Eu já sabia que o Brasil era racista, mas não imaginava que era tanto. E minha família, eu nunca imaginei que fosse nesse nível também, pois sempre falou-se aquela famosa frase “não sou racista, tenho até amigos negros”. Mas nunca ninguém havia tentado colocar um negro dentro da família, a partir disso, tudo mudou.

- Se sim, relate algumas situações.

Eu poderia citar inúmeras situações que passamos ao longo desses três anos, alguma mais sutis e outras mais escancaradas. Mas uma das coisas que notei muito no início, quando eu ainda estava tentando combater esse preconceito e fazer com que minha família aceitasse o Anderson, foi que nos meus outros relacionamentos, sempre com brancos, todos sempre foram tratados muito bem e com muita naturalidade, já com o Lírio as vezes que tiveram reuniões familiares, entre tios, avós, primos, ninguém conversava conosco. Eu percebi que as pessoas não sabiam como agir. No início eu não entendia, depois, através das inúmeras conversas que eu e o Lírio temos sobre isso, comecei a notar todas as formas de preconceitos que estão tão enraizadas que algumas pessoas nem percebem que fazem.

- Vocês são um casal que luta por causas sociais ou acompanha esses assuntos na mídia?

Sim, muito.

- Já participaram de alguma manifestação?

Sim, de várias.

- Você já teve relacionamentos com pessoas da mesma cor que a sua?

É a primeira vez que me relaciono com um negro.

- Se sim, quais as principais diferenças vivenciadas em comparação à atual relação?

As diferenças são que eu nunca tinha me atentado o quanto racismo ainda temos no Brasil, pude sentir um pouco do que os negros sofrem, claro que o que eu sinto não chega nem perto...mas me sinto discriminada também, por assumir um relacionamento inter-racial.

ANEXO B – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ENTREVISTADA – 2

MARGARIDA, COMPANHEIRA DE CRAVO

Mestrado em Ciências Sociais: Estigma e discriminação: uma análise teórica e crítica sobre as relações afetivas inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Andréia Mendes dos Santos Professora Escola de Humanidade PUCRS
Professora/ Pesquisadora PPGEDU Editora Revista Educação

Mestranda: Alice Viali

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania

Características da(o) entrevistada(o)

Gênero: feminino

Cor: negra

Cidade atual: Porto Alegre/RS

Idade: 34

Renda: D

E – Até 2 SM – R\$1.874,00
D – De 2 a 4 SM – R\$1.874,01 a R\$3.748,00
C – De 4 a 10 SM – R\$3.748,01 a R\$9.370,00
B – De 10 a 20 SM – R\$9.370,01 a R\$18.740,00
A – Acima de 20 SM – R\$18.740,01

- Fale um pouco sobre sua vida pessoal (infância, estudo, trabalho...).

Tenho pais casados, uma irmã mais velha de um primeiro relacionamento do meu pai (com uma mulher branca) e uma irmã mais nova. Crescemos com momentos em nossas vidas em uma situação mais estável, outras bem críticas (financeiramente). Estudei em escola pública, sempre longe de casa e fiz faculdade em uma universidade privada através de uma bolsa (ProUni). Me formei com 25 anos e casei aos 27. Aos 30, tive minha filha e, com 32, me divorciei. Fiquei três anos solteira. Há nove meses, conheci o Cravo (nome fictício) e estamos morando juntos há três meses. Trabalho na prefeitura de Alvorada há seis anos, sou assistente social e atualmente estou lotada em uma casa de acolhimento para crianças e adolescentes. Em março de 2018, ingressei no programa de pós graduação da PUCRS nas ciências sociais. Minha filha se chama Margarida (nome fictício), tem cinco anos, tenho a guarda dela e a maternidade é a experiência mais rica e intensa que eu já vivi. Minhas irmãs são meu porto-seguro, são minhas melhores amigas e madrinhas da minha filha.

- Como conheceu seu companheiro?

Em uma atividade profissional. No espaço de trabalho dele.

- Há quanto tempo estão juntos?

Nove meses.

- Como é sua relação com a família dele?

Conheci a família apenas depois de cinco meses de relacionamento, porque Cravo sabia que não seria fácil, principalmente para seu pai e a família dele, que é muito conservadora. Para mim, ainda é complicado falar sobre isso, pois eu sei o quanto meu companheiro tem se esforçado para que me “aceitem”, mas eu não faço questão de estar com eles. As pessoas que me tratam bem ou com o mínimo de respeito não se opõem a quem já falou declaradamente que eu não sou o tipo de mulher para o Cravo, isso me incomoda muito.

- Como sua família reagiu no início da relação?

Com estranhamento, por nunca ter namorado um homem branco e pelo pouco tempo que estávamos juntos e pela intensidade com a qual nos envolvemos.

- Como é sua família hoje em relação a esse relacionamento?

Se incomodam com as coisas que tive de enfrentar e ainda enfrento, como a rejeição por parte de alguns da família dele, mas ficam felizes por verem que nos tratamos com carinho e respeito.

- Você já se sentiu discriminada por essa relação?

Sim, como já comentei, a principal discriminação que acontece é por parte da família dele, pois, no meio de amigos e trabalho, nunca senti nenhum tipo de discriminação.

- Se sim, relate algumas situações.

Há cerca de quatro meses, a avó paterna de Cravo estava hospitalizada, acompanhei Cravo para uma visita, quando chegamos lá, nenhum tio dele me cumprimentou, agiram como se eu não existisse. A partir de então, passei a frequentar menos ainda a família dele.

- Vocês são um casal que luta por causas sociais ou acompanha esses assuntos na mídia?

Eu sim, ele não.

- Já participaram de alguma manifestação?

Eu já, de várias. Ele não.

- Você já teve relacionamentos com pessoas da mesma cor que a sua?

Sempre. Nunca havia me relacionado com um homem branco.

- Se sim, quais as principais diferenças vivenciadas em comparação à atual relação?

A diferença é que, por vezes, ele iguala situações que não são iguais. Pessoas negras são como uma grande comunidade. Se entendem, se protegem, gostam das mesmas músicas, se comportam de forma parecida, têm rituais religiosos semelhantes. Não me reconheço na cultura europeia e não valorizo o que é de origem europeia mais do que qualquer outra coisa. Ele não tem esse tipo de comportamento, mas foi criado em uma região de colonização alemã e tem hábitos como o de seus semelhantes. Isso não me incomoda um pouco, mas eu reconheço essas diferenças e ele não acha que isso seja diferente, que isso de alguma forma se reflita nas nossas vidas.

ANEXO C – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA ENTREVISTADO 3

CRAVO, COMPANHEIRO DE MARGARIDA

Mestrado em Ciências Sociais: Estigma e discriminação: uma análise teórica e crítica sobre as relações afetivas inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Andréia Mendes dos Santos Professora Escola de Humanidade PUCRS
Professora/ Pesquisadora PPGEDU Editora Revista Educação

Mestranda: Alice Viali

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania

Características da(o) entrevistada(o)

Gênero: masculino

Cor: branco

Cidade atual: Porto Alegre/RS

Idade: 36 anos

Renda familiar: C

E – Até 2 SM – R\$1.874,00
D – De 2 a 4 SM – R\$1.874,01 a R\$3.748,00
C – De 4 a 10 SM – R\$3.748,01 a R\$9.370,00
B – De 10 a 20 SM – R\$9.370,01 a R\$18.740,00
A – Acima de 20 SM – R\$18.740,01

- Fale um pouco sobre sua vida pessoal (infância, estudo, trabalho...).

Sou filho mais velho e tenho mais uma irmã. Meus pais são de classe média e eu e minha irmã sempre estudamos em escola particular. Meus pais sempre fizeram de tudo por nossos estudos. Depois do ensino médio, fiz três anos de cursinho pré-vestibular, até ingressar na UFSM. Após me formar, logo consegui emprego.

- Como conheceu sua companheira?

Passei em um concurso e conheci minha namorada na Delegacia. Sou policial civil e precisei ouvir um menor e minha namorada estava acompanhando como responsável desse menor.

- Há quanto tempo estão juntos?

Nove meses e meio.

- Como é sua relação com a família dela?

Eles sempre me trataram muito bem, apesar de eu saber que eles se incomodam com algumas coisas pelas quais a Margarida teve de passar para que ficássemos juntos. Ela nunca namorou um branco então isso é ainda novo para eles.

- Como sua família reagiu no início da relação?

Minha família reagiu super bem, adora minha namorada.

- Como é sua família hoje em relação a esse relacionamento?

O racismo nunca foi um assunto na minha casa até eu conhecer a Margarida. Quando começamos a nos relacionar, comecei a prestar mais atenção em alguns comentários e piadas, que antes eu achava normal, nem percebia que eram racistas. Por isso fiquei com receio por ela, de como ela ia se sentir naquele ambiente e como seria a relação da minha família. É uma família grande, típica alemã. Os meus pais viram que a Margarida é uma mulher incrível e hoje em dia eles até já discutiram com pessoas da família, principalmente do meu pai, por comentários preconceituosos sobre ela.

- Você já se sentiu discriminado(a) por essa relação?

Não.

- Se sim, relate algumas situações.
- Vocês são um casal que luta por causas sociais ou acompanha esses assuntos na mídia?

Minha namorada é mais ativa do que eu. Acho que devemos conversar até mais sobre o assunto.

- Já participaram de alguma manifestação?

Não

- Você já teve relacionamentos com pessoas da mesma cor que a sua?

Só tive relacionamentos com mulheres brancas, até conhecer a Margarida.

- Se sim, quais as principais diferenças vivenciadas em comparação à atual relação?

A única diferença que vejo é com minhas outras namoradas a família sempre recebeu muito bem, o que não aconteceu dessa vez. Mas, para mim, não tem diferença nenhuma.

ANEXO D – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADO 4

LÍRIO, COMPANHEIRO DE ROSA

Mestrado em Ciências Sociais: Estigma e discriminação: uma análise teórica e crítica sobre as relações afetivas inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Andréia Mendes dos Santos Professora Escola de Humanidade PUCRS
Professora/ Pesquisadora PPGEDU Editora Revista Educação

Mestranda: Alice Viali

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania

Características da(o) entrevistada(o)

Gênero: masculino

Cor: preta

Cidade atual: Porto Alegre/RS

Idade: 35

Renda: D

E – Até 2 SM – R\$1.874,00
D – De 2 a 4 SM – R\$1.874,01 a R\$3.748,00
C – De 4 a 10 SM – R\$3.748,01 a R\$9.370,00
B – De 10 a 20 SM – R\$9.370,01 a R\$18.740,00
A – Acima de 20 SM – R\$18.740,01

- Fale um pouco sobre sua vida pessoal (infância, estudo, trabalho...).

Venho de família humilde, com mais 4 irmãos, fazia esporte desde 7 anos, aos 12 anos ganhei bolsa de estudo pelo esporte e passei estudar em colégio particular onde me formei. Depois, me formei em direito na faculdade, também com bolsa pelo esporte.

- Como conheceu sua companheira?

Nos conhecemos em um evento da faculdade.

- Há quanto tempo estão juntos?

3 anos

- Como é sua relação com a família dela?

Não tenho muito contato. As vezes que tive, foi sempre uma situação forçada e constrangedora. A Rosa mesmo não quer muito esse contato, ela teve de enfrentar vários preconceitos para assumir essa relação, admiro muito ela por isso. O pai dela sempre foi declaradamente contra.

- Como sua família reagiu no início da relação?

Minha família é muito pequena, apenas minha mãe, minha irmã e minha sobrinha, elas gostam muito da Rosa, mas no início ficaram muito preocupadas pela reação da família dela.

- Como é sua família hoje em relação a esse relacionamento?

Hoje elas apoiam 100%.

- Você já se sentiu discriminado(a) por essa relação?

Várias vezes, tanto em relação à família dela quanto na rua, são muitos olhares desconfiados, como se eu estivesse fazendo algo de errado.

- Se sim, relate algumas situações.

Teve uma vez que estávamos no shopping quando uma senhora parou e ficou nos olhando com cara de reprovação, continuamos caminhando e ela parou na porta do shopping, perto dos seguranças, ameaçando falar com algum deles, foi uma situação horrível, pois vimos que ela estava totalmente incomodada com a gente. Outra situação foi no nosso primeiro Natal juntos, a Rosa costumava passar o natal na casa dos pais, com toda a família. Naquele ano, antes mesmo de me conhecerem, disseram que nós não eramos bem vindos para a confraternização, nem eu nem ela.

- Vocês são um casal que luta por causas sociais ou acompanha esses assuntos na

mídia?

Sim, estamos sempre atentos e tentando lutar de alguma forma, nosso relacionamento já é uma forma de resistência.

- Já participaram de alguma manifestação?

Sim, várias.

- Você já teve relacionamentos com pessoas da mesma cor que a sua?

Sempre tive relacionamentos com mulheres negras. Todas minhas ex namoradas foram mulheres negras, com exceção da Rosa.

- Se sim, quais as principais diferenças vivenciadas em comparação à atual relação?

Para mim, não é nenhuma novidade tudo que aconteceu e ainda acontece. Passei a vida toda enfrentando preconceitos, é uma luta diária, todos os dias tenho que provar minha honestidade.

ANEXO E – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADA 5

TULIPA, COMPANHEIRA DE GIRASSOL

Mestrado em Ciências Sociais: Estigma e discriminação: uma análise teórica e crítica sobre as relações afetivas inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Andréia Mendes dos Santos Professora Escola de Humanidade PUCRS
Professora/ Pesquisadora PPGEDU Editora Revista Educação

Mestranda: Alice Viali

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania

Características da(o) entrevistada(o)

Gênero: feminino

Cor: branca

Cidade atual: Porto Alegre/RS

Idade: 36 anos

Renda familiar: C

E – Até 2 SM – R\$1.874,00
D – De 2 a 4 SM – R\$1.874,01 a R\$3.748,00
C – De 4 a 10 SM – R\$3.748,01 a R\$9.370,00
B – De 10 a 20 SM – R\$9.370,01 a R\$18.740,00
A – Acima de 20 SM – R\$18.740,01

- Fale um pouco sobre sua vida pessoal (infância, estudo, trabalho...).

Minha infância foi tranquila, tenho uma irmã gêmea, sempre fomos muito companheiras. Sempre fiz esportes, tive muito apoio dos meus pais para isso... estudamos sempre em escola particular, segundo grau em escola pública, com 17 anos já fiz vestibular, não passei na UFRGS, tentei ULBRA, meio do ano passei, me formei, pós graduei, hoje tenho MBA em gestão empresarial. Trabalho há 15 anos na mesma empresa, com turismo, viajo bastante (por motivos óbvios) kkk já morei no RJ cinco anos, sou de PoA e estou de volta há dois anos.

- Como conheceu o seu companheiro?

Ele estudava na mesma faculdade, na ULBRA, muito amigo de uma amiga, após dez anos de a gente se conhecer, nos reencontramos, os dois separados, nossos filhos se amaram, têm quase a mesma idade e então o papo rolou... Conversamos e tudo começou... época da faculdade não... (achava ele metido, kkkk nada sobre a cor da pele, não, mas ele era muito metido como atleta e não fazia nada meu estilo. kkk).

- Há quanto tempo estão juntos?

Dois anos.

- Como é sua relação com a família dela(e)?

Eles são uns amores, adoro eles, sempre me recebem muito bem, a mim e ao meu filho.

- Como sua família reagiu no início da relação?

No início ficaram preocupados com a reação que o restante da família ia ter e com os tipos de preconceitos que iríamos enfrentar e de fato enfrentamos, mas meus pais, mesmo com receio, sempre apoiaram. Gostam muito dele. Eu e minha família nos afastamos de alguns parentes por conta de preconceito, o qual não concordamos.

- Como é sua família hoje em relação a esse relacionamento?

Hoje em dia, eles adoram, super puxa-sacos dele. Minha família é toda espírita, acreditam muito em reencontros, de espíritos afins, enxergam ele como alguém já conhecido da família de outras caminhadas.

- Você já se sentiu discriminado(a) por essa relação?

Não diretamente para mim, pois as pessoas sabem que eu bato de frente... talvez tenham medo, ou talvez tenham mais respeito comigo por eu ser branca. Mas com ele já senti muito mais o racismo dos próprios negros, que ficam afirmando que família linda é "preto com preta" do que racismo de brancos com relação a mim ... nos lugares,

sim, a gente percebe os olhares, são muitos os olhares incomodados e então começamos a se beijar, para ver se choca mais... é como uma forma de protesto, resistência.

- Se sim, relate algumas situações.

Meu filho, tem quatro anos... ele é loiro de olhos azuis... eu não tenho olhos azuis... mas ele tem, ele chama o Girassol (nome fictício) de pai... entra nos lugares com ele no colo... e sempre é motivo de olhares... alguns vendedores até dizem... "a cara do pai" e dão aquela risada debochada, sabe? Mas eu sei que tem gente que se choca... ou dá aquela olhada para conferir se "a mãe da criança está por perto", entende?

- Vocês são um casal que luta por causas sociais ou acompanha esses assuntos na mídia?

Sim.

- Já participaram de alguma manifestação?

Nunca.

- Você já teve relacionamentos com pessoas da mesma cor que a sua?

Somente com pessoas da mesma cor que a minha, este é meu primeiro relacionamento interracial.

- Se sim, quais as principais diferenças vivenciadas em comparação à atual relação?

Eu posso citar várias coisas que esta relação me ajudou a olhar e pensar:

1- Nunca tinha parado para pensar quantos atores negros tinham em um filme que eu ia ver.

2- Nunca tinha imaginado que uma criança de seis anos odiasse história por causa das passagens de escravidão que se aprende (li isso no livro da Djamilia Ribeiro, que só li porque é pauta da vida do Girassol).

3- Quando a gente viaja, as vezes em hotéis mais caros, ele sempre repara quantos negros tem lá, normalmente são um ou três ou nada ... Essas coisas acabam fazendo eu pensar também, nos meus outros relacionamentos, eu não tinha estas pautas, eu via o filme e pronto... Eu sempre me achei super militante, sou de umbanda, fiz capoeira oito anos da minha vida... sempre tive amigos negros (minhas melhores amigas e as mães delas, que me chamavam de filha e eu elas de mãe) todos negros... na liderança de minha equipe, eu sempre contratei negros a ponto de uma cliente (infeliz) dizer o seguinte: "depois que essa aí virou gerente, isso aqui mais parece um navio negreiro". Eu fiquei tão brava e irritada com aquilo que voei até o meio do salão

da agência de viagens e mandei essa mulher embora na mesma hora, eu gritava que ia chamar o segurança.... já vi coisas bem tristes muito triste isso... e uma sequência de casos que vivi com esses colegas e agora com o Girassol...

Até em fila de supermercado, a ponto do preconceito de gente furar a fila com desculpa de que era branca e meu companheiro não... absurdo... enfim, minha relação me faz crescer muito, pensar em muitas coisas e evoluir como pessoa, por ele ser negro, aprendo e vivo coisas que, em outros relacionamentos, não tive oportunidade. Sou muito feliz por isso.

ANEXO F – ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA – ENTREVISTADO 6

GIRASSOL, COMPANHEIRO DE TULIPA

Mestrado em Ciências Sociais: Estigma e discriminação: uma análise teórica e crítica sobre as relações afetivas inter-raciais no estado do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Andréia Mendes dos Santos Professora Escola de Humanidade PUCRS
Professora/ Pesquisadora PPGEDU Editora Revista Educação

Mestranda: Alice Viali

Área de concentração: Organizações, Cultura e Democracia

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Políticas Públicas e Cidadania

Características da(o) entrevistada(o)

Gênero: masculino

Cor: negro

Cidade atual: Porto Alegre/RS

Idade: 41

Renda: B

E – Até 2 SM – R\$1.874,00
D – De 2 a 4 SM – R\$1.874,01 a R\$3.748,00
C – De 4 a 10 SM – R\$3.748,01 a R\$9.370,00
B – De 10 a 20 SM – R\$9.370,01 a R\$18.740,00
A – Acima de 20 SM – R\$18.740,01

- Fale um pouco sobre sua vida pessoal (infância, estudo, trabalho...).

Sou morador da Restinga e na infância éramos muitos pobres, passávamos necessidades, porém nunca passei fome. Estudei a vida toda em escola pública e me formei no 2º grau na escola da Ulbra Canoas, pois era atleta de basquetebol e os atletas tinham bolsas de estudos. Acabei a faculdade em dez anos, com muita dificuldade, e acabei terminando na Faculdade Dom Bosco, quando tive uma oportunidade de uma bolsa de 50%. Sendo assim, consegui acabar a faculdade. Fazia estágio e trabalhava como Call Center para conseguir pagar meus estudos. Depois de formado, passei a advogar em escritório de advocacia, onde hoje sou sócio.

- Como conheceu sua companheira?

Conheci a Tulipa há alguns anos, quando era atleta da Ulbra e ela estudava Educação Física. Ela diz até hoje que eu era um cara muito “marrento” e “metido”. Sinceramente, não recordo muito daquela época, porém, anos depois, queria muito sair com ela e, nos últimos dois anos da gente realmente dar o primeiro beijo na casa de uma amiga em comum, eu já convidava ela para almoçar ou jantar, porém ela estava em um momento de clausura em função de uma separação.

- Há quanto tempo estão juntos?

Estamos juntos desde 1 de julho de 2017.

- Como é sua relação com a família dela(e)?

Minha relação com a família dela (pai e mãe apenas) é muito bacana, porém, com o resto da família, não tenho contato, pois não fui bem recebido e alguns nem quiseram me conhecer, eu também não faço questão. Meus sogros são pessoas inteligentes, atenciosas e tenho certeza que querem o meu bem, pois eles sabem que a filha deles não é fácil.

- Como sua família reagiu no início da relação?

Minha família reagiu positivamente. Sem problemas e sem restrições. Todos gostam muito da Renata.

- Como é sua família hoje em relação a esse relacionamento?

Todos querem muito nossa continuidade e que nos sejamos felizes.

- Você já se sentiu discriminado(a) por essa relação?

Quando comecei a namorar a Tulipa (branca, formada, elitizada), eu questionei a nossa amiga em comum (essa da casa do nosso primeiro beijo, que também é negra) se os pais da Tulipa eram preconceituosos ou racistas, pois essa amiga já teve contato com

os pais dela em outros momentos. Essa amiga disse que nunca se sentiu à vontade com eles, porém eu, sendo sincero, nunca senti um desconforto no início, mas depois, eles mesmo falam hoje, que era apenas preocupação e não preconceito. Mas, na realidade, para mim, é apenas um preconceito velado. Porém, hoje em dia, nos damos muito bem, pois eles inclusive se posicionaram perante alguns familiares que são declaradamente contra o namoro. No fim, hoje me sinto muito bem acolhido.

- Se sim, relate algumas situações.

Discriminação diretamente nunca, mas as indiretas sempre. Em restaurantes mais sofisticados, quando vamos, por exemplo, as pessoas ficam nos olhando direto e ela já percebe isso, pois antes tudo que eu falava era o tal “mimimi”.

A própria Tulipa não entende algumas situações de questões raciais, mesmo após quando eu explico. Exemplo: ela relata pra mim o seguinte – “amor eu também já sofri discriminação do trabalho por ser mulher, quando eu era gerente e achavam que eu não tinha capacidade” eu falo “amor, sofrer discriminação por questões de gênero deve ser terrível mesmo, porém as mulheres negras sofrem muito mais do que tu” ela fica uma arara, ou seja, algumas vezes não entende essas situações.

- Vocês são um casal que luta por causas sociais ou acompanha esses assuntos na mídia?

A Tulipa é meio avessa às causas sociais e, algumas vezes que conversamos sobre determinado assunto, ela fica meio brava, pois acha que somos um país que todos somos iguais, apesar que, depois das nossas conversas, ela está mudando e muito.

- Já participaram de alguma manifestação?

Nunca participamos. Acredito que nem iremos.

- Você já teve relacionamentos com pessoas da mesma cor que a sua?

Sim, mas sempre relações mais breves, meus relacionamentos sérios sempre foram com mulheres brancas.

- Se sim, quais as principais diferenças vivenciadas em comparação à atual relação?

As mulheres negras sabem que a luta pela discriminação racial não é mimimi. As mulheres negras sabem que a desigualdade no país é gigantesca, sabemos que a polícia, em inúmeras vezes, escolhe a dedo os seus investigados.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br